

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PEAS – PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO  
UMA ANÁLISE E UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALÉM DO CAPITAL  
SOCIAL

MARIA ODETE DA ROSA PEREIRA  
RIO GRANDE  
2011

MARIA ODETE DA ROSA PEREIRA

PEAS – PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO  
UMA ANÁLISE E UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALÉM DO CAPITAL  
SOCIAL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação Ambiental.

Orientador: Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

RIO GRANDE

2011

P436p Pereira, Maria Odete da Rosa  
PEAs – Programas de Educação Ambiental no licenciamento: uma análise e uma proposta pedagógica para além do Capital Social / Maria Odete da Rosa; orientador Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro. – Rio Grande : FURG, 2010.  
168 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande –  
Doutorado em Educação Ambiental.

1. Educação ambiental. 2. Licenciamento ambiental. 3. Capital social.  
I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. II. Título.

CDU: 504:37

**MARIA ODETE DA ROSA PEREIRA**

**PEAS – PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO  
UMA ANÁLISE E UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALÉM DO CAPITAL  
SOCIAL**

Tese de doutorado aprovada como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

---

Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro  
(orientador – UFRJ)

---

Dra. Maria do Carmo Galiazzi  
(FURG)

---

Dra. Maria das Graças e Silva  
(UFPel)

---

Dra. Nailsa Maria Souza Araújo  
(UFS)

---

Dra. Cleuza Maria Sobral Dias  
(FURG)

### **Dedicatória**

Dedico esse trabalho ao professor José Quintas que me fez reconhecer que não nos podem roubar a música....

Também dedico à CGEAM /CGPEG/ IBAMA e aos NEAS, pela resistência.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar queremos agradecer a todas e todos que lutaram e os que ainda lutam para que pudéssemos usufruir de um sistema de educação público e gratuito, graças a essas pessoas é que chegamos até aqui. Aos servidores públicos que incansavelmente buscam os pontos de interrogação e exclamação nas suas vidas e na vida do Estado Brasileiro, como sinal de inquietude com as injustiças sociais e a indignação com o autoritarismo e repressão estatal. Agradecemos também aos amigos e amigas que fizemos nessa caminhada evolutiva de pensar o mundo, especialmente aqueles que estiveram bem pertinho, por vezes segurando nossa mão como a Luciara Figueira. As parceiras de luta social a Vera Silva, a Gessy Chaves, a Cleonice e a Cilanda. A Jane, a Lucimara, a Leila, a Salete, e as outras tantas que não caberiam nesta página. Aos companheiros de jornada, Ederson (Z3) e ao cara que entende porque um peixe não pode estar sorrindo diante de um anzol, Carlos Martins (Carlão). Agradecemos à Rosângela Argolo por ter acreditado em nosso trabalho. A toda equipe da UFS (Universidade federal do Sergipe) por aceitar os desafios do trabalho proposto no PEAC (Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras), especialmente às professoras Nailsa Araújo e Josiane Soares Santos e de forma especial à professora Maria das Graças e Silva (PE). Ao parceiro que apesar da seriedade, alegra nossa caminhada árdua nas lutas da vida com suas músicas e suas piadas Gil Mendonça, as gurias do CIPAR, Tatiana Walter e Fabiana Cava. Ao seu Adilson e seu carisma inquestionável e pela lição de vida, e na pessoa dele a todas e todos pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras do Baixo Sul da Bahia. A turma da CGPEG e seu capitão dos mares revoltos Edmilson Maturana, obrigada por resistirem.

Agradecemos ao Programa de Pós Graduação de Educação ambiental da FURG (PPGEA) e à CAPES pela oportunidade de estudar com a garantia de uma bolsa e também à Pró reitoria de pós graduação da FURG por toda administração. Ao diretor do Museu Oceanográfico da FURG, Lauro Barcellos por sua paciência com o processo educativo e sua indignação com os problemas socioambientais. Às professoras Maria do Carmo e Cleuza Dias por aceitar participar desta banca examinadora.

Agrademos com carinho ao orientador desse trabalho, Frederico Loureiro pela compreensão e compromisso.

De forma especial:

Agradeço a pessoa que tem uma capacidade enorme de influenciar pessoas na busca do bem comum e que nos é muito querida a professora e companheira Lúcia Anello, à nossa maravilhosa filharada, na sua juventude borbulhante. Ao revisor desse texto meu dedicado filho Rodrigo. Ao Tiago por ter paciência de discutir o conteúdo com a sogra. À caçula e sempre querida Clara, à filhona Jô e ao Grande Mateus. Aos filhotes graúdos, Júlio e Cecília. À minha amada Sofia e ao meu gurizinho Artur.

Por fim, a todos que inspiraram minha emoção nestes últimos meses, às lágrimas e aos risos, porque acreditamos num “povo novo” que construa um mundo sempre renovado!

Obrigada!

## ***A música***

*(Galeano, 2007)*

*Era um mago da harpa. Nos altiplanos da Colômbia, não havia festa sem ele. Para que a festa fosse festa, Mesé Figueiredo tinha de estar ali, com seus dedos bailarinos que alegravam os ares e alvoroçavam as pernas.*

*Certa noite, num caminho deserto, os ladrões o assaltaram. Ia Mesé Figueiredo, em lombo de mula, a uma festa de casamento. Numa das mulas ia ele, na outra a harpa, quando os ladrões o atacaram e o moeram a bordoadas.*

*No dia seguinte, alguém o encontrou. Estava atirado no chão, um trapo sujo de barro e sangue, mais morto do que vivo. E então aquele farrapo humano disse, com um fiapo de voz:*

*- Levaram as mulas.*

*E disse:*

*- Levaram a harpa.*

*E respirou fundo, acrescentando:*

*- Mas não levaram a música.*

## RESUMO

Numa perspectiva do materialismo histórico e dialético, realizamos a análise textual do conjunto de documentos que compõe o processo de licenciamento ambiental os quais propõem e relatam as ações de Educação Ambiental (EA), tal como definidos em sua estrutura na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº. 01/2010. O objetivo do trabalho foi identificar os elementos teóricos que influenciam a efetivação do trabalho comunitário, suas dificuldades e possibilidades. Nossa inquietação é resultante do ecletismo conceitual que sofrem tais propostas de trabalho, embora haja por parte do órgão licenciador (IBAMA) orientações que apontam o referencial teórico pautado nas diretrizes da educação no processo de gestão ambiental enquanto abordagem formulada e adotada pela referida instituição pública, inspirada na tradição crítica da EA. Nosso trabalho descortina palavras-chave e termos no conjunto textual do processo que se expressam como ícones ou categorias analíticas que por vezes são antagônicas com o aporte teórico da EA transformadora e da teoria crítica que acreditamos apropriada ao trabalho socioambiental, em consonância com o IBAMA. Nosso foco foi explicitar as diferenças, dissensos e antagonismos entre ambos os métodos, bem como apontar as fragilidades de propostas que se baseiam em uma educação comportamental, na psicologia ancorada na autoajuda e possivelmente na teoria comunicativa em detrimento de outras abordagens com centralidade no trabalho, nas ações políticas e na transformação social. As conclusões do estudo apontam para uma metodologia de trabalho ancorada nos movimentos sociais e populares com corte de classe, assim como no compromisso com a organicidade intelectual proposta por Gramsci e a práxis inspirada em Marx e Mészáros, definitivamente descartando o iluminismo e a dicotomia teoria e prática. Por fim, apontamos uma proposta de roteiro de Projeto/Programa de Educação Ambiental (PEA) do ponto de vista do Método (Materialismo histórico e dialético).

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Materialismo histórico e dialético. Licenciamento Ambiental.

## **ABSTRACT**

From the perspective of dialectical and historical materialism, we conducted a textual analysis of the documents that make up the licensing process which report and propose actions in Environmental Education (EE), as defined in its structure in the Technical Note CGPEG / DILIC / IBAMA no. 01/2010. Our aim was to identify the theoretical elements influencing on the effectiveness of community work, based on its difficulties and possibilities. Our concern was a result of the conceptual eclecticism suffered by such work proposals, although guidance is given by the licensing agency (IBAMA) which points out the theoretical framework based on the guidelines for education in the process of environmental management as an approach formulated and adopted by that public institution, inspired by the critical tradition of EE. Our study reveals keywords and terms from the textual set of the process which are expressed as icons or analytical categories that are sometimes conflicting with theory of transformative EE and the critical theory that we find appropriate to the socio-environmental work in line with IBAMA. Our focus was to explain the differences, disagreements, and conflicts between both methods, as well as to point out the weaknesses of proposals that are based on a behavioral education, a psychological approach rooted in self-help, and possibly the communicative theory to the detriment of other approaches concerned with work, political action, and social transformation. The study's findings point to a methodology of work rooted in social and popular movements with class cutting, as well as commitment to the intellectual organicity proposed by Gramsci and the praxis, grounded on Marx and Meszaros, definitely setting aside the Enlightenment and the dichotomy between theory and practice. Finally, we point out a guideline proposal for Environmental Education Projects (AEPs) from the standpoint of the Method by historical and dialectical materialism.

**KEYWORDS:** Environmental Education. Historical and Dialectical Materialism. Environmental Licensing.

## LISTA DE QUADROS

	<i>Página</i>
Quadro 1 - Resumo das forças de autoritarismo brasileiras. Adaptado de Santos 1998.....	47
Quadro 2 - Regionalização dos PEAS - Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010.....	77
Quadro 3 - Programas de Educação Ambiental executados na costa Brasileira, Adaptado de Maturana 2009.....	78
Quadro 4 - Estimativa Populacional de pescadores e números de bairros e comunidades pesqueiras litorâneas nos oito municípios definidos na área do estudo.....	84
Quadro 5 - Figura com as comunidades em destaque, in Walter 2010.....	85
Quadro 6 - Página Inicial do Parecer Técnico ELPN/IBAMA N°046/06.....	104
Quadro 7 - solicitações do órgão licenciador para elaboração do PCAP.....	106
Quadro 8 - Página Inicial do Relatório Técnico analisado.....	107
Quadro 9 - Página Inicial da proposta técnica da Fase I - Capacitação, mobilização e articulação Institucional.....	108
Quadro 10 - Página Inicial do relatório do Curso de Capacitação em Diagnóstico Participativo.....	109
Quadro 11 - Palavras Chave do processo de unitarização.....	110
Quadro 12 - 1°Bloco de Unitarização.....	111
Quadro 13 - 2°Bloco de Unitarização.....	114
Quadro 14 - Modelo esquemático da Pirâmide Informacional - in Soma, 2008, p. 33.....	116
Quadro 15 - 3°Bloco de Unitarização.....	121
Quadro 16 - 4°Bloco de Unitarização.....	128
Quadro 17 - 5°Bloco de Unitarização.....	133
Quadro 18 - 6°Bloco de Unitarização.....	138
Quadro 19 - 7°Bloco de Unitarização.....	142
Quadro 20 - Síntese dos componentes do PEA - in Anello 2009.....	155
Quadro 21 - Fluxograma metodológico do PEA. In Anello 2009, p 117.....	163

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGEAM -	Coordenação Geral de Educação ambiental
CGPEG -	Coordenação de Petróleo e Gás do Brasil
CF -	Constituição Federal
DILIC -	Diretoria de Licenciamento
DRP -	Diagnóstico Rápido Participativo
ELPN -	Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LI -	Licença de Instalação
LO -	Licença de Operação
LPper -	Licença Prévia de perfuração
LPpro -	Licença Prévia de produção para a pesquisa
LPS -	Licenças de Pesquisa Sísmica
MMA -	Ministério do Meio ambiente
NEAs -	Núcleos de Educação Ambiental (IBAMA)
NT -	Nota Técnica
NUPAUB -	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas em Áreas Úmidas Brasileiras
PEAs -	Projetos e ou programas de Educação Ambiental
PRONEA -	Programa Nacional de Educação Ambiental
PT -	Pareceres Técnicos
SISNAMA -	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUS -	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

	<i>Página</i>
INTRODUÇÃO .....	14
1 OS SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA .....	18
1.2 Justificativa .....	22
1.3 Objetivo geral .....	23
1.4 Objetivos específicos e possíveis categorias .....	23
1.5 Roteiro didático da pesquisa .....	24
1.6 Análise documental .....	25
2 O ESTADO NA HISTÓRIA .....	28
2.1 O Estado Moderno no contexto histórico.....	40
2.1.1 <i>O modelo contratualista versus a visão negativa do Estado.</i> .....	41
2.1.2 <i>Visão negativa do Estado.</i> .....	43
2.2 Estado Brasileiro .....	44
2.2.1 <i>Uma visão panorâmica do Estado Brasileiro</i> .....	47
2.2.2 <i>Estado intervencionista e o que isto significaria a um país como o Brasil.</i> .....	48
3 A NATUREZA DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA .....	52
3.1 Contexto histórico da região costeira no Brasil diante dos desafios do processo educativo.....	56
3.2 Breve histórico da Educação Brasileira .....	61
3.3 Revisitando a educação ambiental.....	66
4 A GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA E O LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NO MAR DO BRASIL .....	68
4.1 O senso de público do licenciamento ambiental e a importância do funcionalismo (servidores públicos) no processo de consolidação do SISNAMA. ....	68
4.2 A mitigação e a compensação ambiental: como se relacionam .....	72

5 SITUANDO GEOPOLITICAMENTE O ESPAÇO DO ESTUDO (PEAS – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO).....	75
5.1 A análise do material.....	79
5.2 O mergulho no processo.....	86
5.3 Revisitando as ferramentas participativas e sua história.....	89
6 AS CATEGORIAS <i>A PRIORI</i> DO CORPUS DE PESQUISA.....	91
6.1 Totalidade.....	93
6.2 Ideologia.....	95
6.3 Hegemonia.....	96
6.4. Práxis.....	97
6.5 Alienação.....	98
6.6 Trabalho.....	99
7 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO MATERIAL.....	101
7.1 O subtexto.....	101
7.2 A proposta de análise textual (discursiva).....	102
7.3 Análise do material de pesquisa.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	165

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos a análise de um PEA (Projeto de Educação Ambiental) propostas metodológicas participativas nos PEAs – Programas de Educação Ambiental executados no âmbito do licenciamento ambiental das atividades de exploração e produção do petróleo e gás no mar do Brasil. Para efeito deste estudo, analisamos o processo no. 02022.001612/01 e condicionante específica da LPper nº 70/07. Tais processos são peças do licenciamento das empresas junto ao órgão licenciador federal (IBAMA) na esfera de competências estabelecidas pelo SISNAMA.

A pesquisa que segue passou por diferentes momentos nesses quatro anos de estudos e reflexões que compõem o curso de doutorado. No princípio, a intenção foi de trabalhar com os pescadores e pescadoras artesanais da região sul (RS/Brasil), mais especificamente do complexo lagunar Patos/Mirim. Esta posição era resultante de nossa convivência durante os anos (2004-2006) vividos na chefia do ESREG/IBAMA (Escritório Regional do IBAMA), nos movimentos ocorridos na época, nas reflexões teóricas geradas a partir daquele contexto, como a especialização (2005) e a dissertação (2006).

No doutorado, houve a descoberta das teorias de Vygotsky e do método do subtexto, novos componentes ligados à psicologia social que influenciaram nas decisões que se sucederam ao longo do curso. Contudo, no decorrer da pesquisa apresentou-se como desafio na trajetória acadêmica, profissional e pessoal o trabalho em educação ambiental nos projetos e programas no contexto do licenciamento ambiental das empresas de petróleo e gás no mar do Brasil, o que gerou certa mudança em nossa linha de reflexão.

Em 2007, tivemos um primeiro contato junto à equipe de assessoria do projeto Pólen que executa um PEA (Projeto de Educação Ambiental) na Bacia de Campos, pertencente ao processo licenciatório da PETROBRAS. Na ocasião, fomos até Macaé, Rio de Janeiro, desenvolver um trabalho sobre projetos sociais e construção de estratégias que garantissem a participação e cooperação no desenvolvimento do mesmo.

A partir desse marco, passamos então a trabalhar e produzir teoricamente neste universo, desenvolvendo assessorias em diferentes estados do Brasil assim como em variadas empresas que exploram e produzem petróleo e gás no mar do Brasil. Tendo por referência estas experiências, vividas e refletidas no campo da Educação Ambiental, optamos por expressá-las neste exercício teórico que ora apresentamos como tese de doutorado.

Tal contexto serve de base para o trabalho por sustentar a idéia de *práxis* (VÁZQUEZ, 1978; GRAMSCI, 2004) adotada em nossa concepção de educação ambiental no processo de gestão pública. Nossa prática nos impulsiona a trabalhar os processos sociais com base nos princípios da educação emancipatória de Paulo Freire e na radicalidade do método materialista histórico e dialético. Nos capítulos que seguem, ao apresentar o nosso referencial teórico, começamos por buscar a natureza da educação e o papel desta na transformação social. Para isso, discorreremos sobre o processo de instauração da educação formal no Brasil e o lugar da educação não formal e informal do ponto de vista da educação ambiental.

A seguir, descrevemos o licenciamento ambiental público e o que significa a *práxis* por dentro da gestão ambiental e como essa prática pode vir a fortalecer o SISNAMA; discutimos o papel da educação ambiental no processo de gestão ambiental público e os sujeitos implicados neste processo. No estudo das origens do Estado, buscamos a resposta para questões que acreditamos ser inerentes à própria natureza dessa instituição. Passamos então para algumas nuances da formação do Estado Brasileiro, nosso percurso metodológico e os posicionamentos filosóficos e políticos que nos embasam nestas análises. Por fim, a pesquisa, a análise do processo no. 02022.001612/01/Bacia de Camamu-Almada, o aprofundamento do conjunto de textos que compõem o processo administrativo (planos de trabalho, relatórios descritivos, relatório analítico e os pareceres técnicos da CGPEG/DILIC/IBAMA).

Nesse sentido, através da análise textual e da busca do subtexto contido no material estudado, a intenção da pesquisa é entender a que concepções de mundo atendem as propostas expressas no processo estudado. A participação dos sujeitos da ação educativa nos processos decisórios têm sido uma constante nos processos de licenciamento do petróleo e gás através dos programas de educação ambiental, tal como definidos em sua estrutura na Nota Técnica n. 01/2010 CGPEG/DILIC/IBAMA. O foco do nosso estudo se dá no questionamento se a proposição do PEA (seus elementos ideológicos e políticos), e o Diagnóstico Rápido Participativo como parte deste, nos moldes em que são apresentados no processo, são a melhor forma para dar conta das orientações pedagógicas e notas técnicas do órgão licenciador federal (IBAMA) e conseqüentemente ter eficácia nos seus resultados práticos. A partir de categorias a priori do *corpus* de pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2007), apresentamos nossas considerações e formulações, buscando identificar as contradições intrínsecas a tais idéias e confrontá-las com as propostas emergentes do método dialético materialista e histórico. O que nos impulsiona ao estudo é a hipótese de que a ineficiência na implementação e efetivação dos projetos comunitários construídos a partir da fase de DRP (no processo ora estudado) tem sua raiz de problemas no referencial teórico que os embasa.

Tal estudo se iniciou a partir dos primeiros contatos com o órgão licenciador federal (IBAMA) e a formalização da pesquisa seguiu os trâmites que a administração pública exige. A seguir, começamos a conversar com os analistas ambientais através do que chamamos fase exploratória, neste período realizamos também, uma reunião de debate e estudo sobre o papel do estado. Esta foi a etapa onde buscamos definir o foco do estudo, a sua delimitação e quais processos poderiam conter os elementos necessários à nossa reflexão, para que ela não fosse parcial, com vistas a uma visão de *totalidade* (uma de nossas categorias a priori).

Inicialmente havia a intenção de realizar uma pesquisa participante, envolvendo os analistas ambientais do IBAMA/CGPEG nos processos decisórios da pesquisa, desde a escolha dos projetos de estudo até a sequência de desenvolvimento da mesma. Contudo, a partir da discussão ocorrida por ocasião da qualificação do projeto, acreditamos que seria mais pertinente aos propósitos da pesquisa a análise documental com foco em apenas um processo. Assim, tomamos

novos rumos, considerando que a primeira etapa foi importante na construção do segundo momento, pois precisávamos saber quais processos se encontravam em situação de disponibilidade de ser estudado. Um dos nossos critérios é que o processo houvesse iniciado há pelo menos 2 anos e que nós não tivéssemos participado da sua execução e ou desenvolvimento. Outro, é que tal processo conteve na sua dinâmica os elementos necessários à análise que nos propomos em função das categorias a priori do corpus de pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Torna-se interessante ressaltar evolução da pesquisa, que num primeiro momento se manifesta com quantidade de materiais para análise e a seguir passa a critérios mais qualitativos do que quantitativos, isto é, no decorrer do estudo a necessidade de delimitar o foco e aprofundar as bases teóricas emergem do próprio estudo, denotando a natureza do trabalho acadêmico.

Por meio da análise textual com bases em Moraes e Galiazzi (2007) e do subtexto (VYGOTSKY, 2001), interpretados na leitura dos documentos que compõem os relatórios técnicos do processo, buscamos um descortinamento das propostas teórico-filosóficas e traçamos um comparativo dos métodos utilizados nos planos e projetos em contraponto com o Método materialista histórico e dialético, sendo este o que nos sustenta teoricamente passamos a fazer conexões buscando explicitar as diferenças, dissensos e antagonismos entre ambos os métodos, como também apontar as fragilidades de propostas que se baseiam em uma educação comportamental, na psicologia ancorada na autoajuda e possivelmente na teoria comunicativa, em detrimento de outras abordagens com centralidade no trabalho, nas ações políticas e na organização social combativa e organizadora da sociedade.

Por fim, apresentamos uma síntese com informações que consideramos relevantes para a construção de projetos e programas de educação ambiental (PEAs) que visem à superação da situação de vulnerabilidade em que se encontram as comunidades da costa brasileira.

Nossa análise dos dados se dá através do tripé que reúne a situação geopolítico-econômica das comunidades, a fala implícita dos sujeitos (sua visão de mundo), o estudo das causas históricas dos problemas atuais do ponto de vista do Método materialista histórico e dialético. Como referenciais teóricos, nos apoiamos em Marx, Engels, Vygotsky, Vasquez, Gramsci e Mészáros, assim como autores que desenvolvem suas reflexões tendo como interlocutores os acima citados.

## **1 OS SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA**

Recapitulando, a presente investigação se dá no contexto dos processos licenciatórios de petróleo e gás no mar do Brasil realizado pela CGPEG/DILIC/IBAMA com sede no Rio de Janeiro. Através do contato profissional com esta realidade nos inquietou a dificuldade de implantação dos projetos e programas de educação ambiental no âmbito da gestão ambiental pública. Como já foi expresso anteriormente buscamos entender os aportes teóricos que embasam os trabalhos desenvolvidos à luz das orientações pedagógicas do IBAMA e das recomendações constantes na Nota Técnica no. 01 de 2010. Em nossa análise faremos uma triangulação das orientações (IBAMA), os dados categorizados na análise textual e o referencial teórico que nos constitui como pesquisadora, no caso o materialismo histórico dialético e a teoria crítica.

Os sujeitos da ação educativa, assim denominados nos documentos de orientação do IBAMA compõem o público envolvido nos processos sociais que envolvem o licenciamento ambiental. A definição deste público se dá com base na assimetria existente na sociedade desigual, onde quem se beneficia com a exploração do bem natural geralmente não é o mesmo que paga o ônus desse uso, exemplo clássico são pescadores artesanais e indústrias de petróleo e gás. Para que a sociedade brasileira e mundial se beneficie com o petróleo torna-se necessário despojar grupos sociais de seu modo de viver de anos e anos. É bastante complexo explicar aos empresários em geral essa assimetria social contudo o órgão executor das políticas ambientais do Estado Brasileiro tem se esforçado neste sentido.

Ao final de 2010 foi publicada pelo IBAMA, uma nota técnica que dá as diretrizes de tais programas e projetos buscando orientar e padronizar os programas e projetos esta é também nosso parâmetro:

O objetivo desta Nota Técnica é o de propor diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção (IBAMA/NT 01/010).

Para estabelecermos e constituirmos nossas categorias de análise, seguiremos as definições da própria nota técnica que expomos abaixo:

Para os objetivos desta Nota Técnica, são estabelecidas as seguintes definições:

3.1. Gestão ambiental compartilhada: processo de compartilhamento de poder e responsabilidade entre representantes do Estado, representantes dos setores de maior vulnerabilidade socioambiental e representantes de outros segmentos sociais no acompanhamento, na discussão e na intervenção sobre o conjunto de atividades de significativo impacto ambiental, promovidas por agentes públicos e/ou privados, que direta ou indiretamente interferem na qualidade de vida dos diferentes grupos sociais.

3.2. Diagnóstico participativo: conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento em licenciamento. Os principais objetivos do diagnóstico participativo são: (i) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; (ii) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; e (iii) identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico. O diagnóstico participativo deverá apresentar propostas que subsidiem a elaboração de um programa ou projeto de educação ambiental ou projeto de compensação, a partir da análise dos dados coletados em campo, complementados por dados secundários.

3.3. Projeto de mitigação: conjunto de procedimentos metodológicos capazes de minimizar e/ou evitar (i) os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, bem como de (ii) o agravamento de impactos identificados e (iii) a ocorrência de novos impactos.

3.4. Projeto de compensação: conjunto de procedimentos metodológicos balizadores do financiamento de ações compensatórias de caráter coletivo por parte da empresa licenciada quando, diante de um impacto inevitável, for identificada a interferência sobre a atividade econômica e/ou o cotidiano de determinado grupo social.

3.5. Programa de educação ambiental: conjunto de linhas de ação que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao

desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de caráter regional.

3.6. Linha de ação: cada uma das frentes de atuação que compõem um programa regional. Isoladamente, cada linha de ação deverá resultar em ao menos um projeto de educação ambiental com foco de atuação específico no âmbito do programa. Este foco pode ser caracterizado e justificado por: (i) mitigar um impacto específico e/ou (ii) capacitar um público específico e/ou (iii) metodologicamente, articular os diferentes projetos de educação ambiental.

3.7. Projeto de educação ambiental: conjunto de atividades que serão desenvolvidas, junto a um público específico, no âmbito de determinada linha de ação. Como cada linha de ação deve abranger, no mínimo, um projeto de educação ambiental, tais projetos, em conjunto, traduzem concretamente o que o programa de educação ambiental regional propõe teoricamente. Portanto, o objetivo geral de todos os projetos é o mesmo do programa de educação ambiental. A elaboração destes projetos é de exclusiva responsabilidade da empresa.

→ O diagnóstico a ser desenvolvido deverá estar de acordo com as diretrizes contidas nos documentos “Orientações pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação dos programas de educação ambiental no licenciamento das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural” e “Bases para a formulação de um programa de EA para a Bacia de Campos” (NT CGPEG/DILIC/IBAMA 01/010).

A relação Estado/empresas tem sido no sentido de construir um entendimento mínimo conceitual para a efetivação dos programas e projetos. As empresas de consultoria e universidades têm cumprido o papel de executores dos programas e projetos e o desafio que se apresenta é o entendimento do papel de cada um, considerando que todos são sujeitos da ação educativa. De acordo com os ideais de Freire, todo aquele que ensina só é capaz de cumprir a tarefa educativa se estiver também numa atitude aberta ao aprender. Isto representa o processo de construção em que se encontra esse tipo de política pública com os interesses conflitantes permeando as relações.

A ausência de profissionais capacitados na área de ciências humanas, (pedagogia, sociologia, história, antropologia e outros) na análise dos processos, pode estar causando uma deficiência na visão do processo educativo, correndo o risco de desconsiderar os aspectos cognitivos, diretivos, políticos e processuais do ensino aprendizagem. Essa característica poderá trazer dificuldades de discernimento das propostas de educação com caráter de relação interpessoal, comportamental, de autoajuda e psicologizante. Apesar do esforço da CGPEG na

formação continuada dos analistas ambientais e também do esforço pessoal dos servidores é forte a influência das ciências da terra e ciências naturais e, por conseguinte as análises positivistas. Por outro lado, nas empresas, enfrentamos dificuldades inerentes ao desinteresse do capital com esse tipo de ação, considerando que os PEAs são formas expressas do Estado intervir no meio privado, causa reações e rejeições a essas propostas (embora possa ser velada tal atitude). Assim, fica a cargo de poucos profissionais isolados ou equipes minúsculas o esforço de manter a licença ambiental, mediando numa disputa acirrada entre o órgão licenciador, a empresa e a comunidade. Soma-se a isso o fato de que esses profissionais também não são da área de educação na maioria dos casos. O que tem sido afirmado é que não há *expertise* nas empresas de petróleo e gás com relação à educação ambiental, o que faz com que se contratem empresas de consultoria (ou universidades) para a concepção e desenvolvimentos de tais programas e projetos.

Nesse contexto, a terceirização do trabalho de educação traz muitas limitações de continuidade e de competência. Por exemplo, em algumas empresas, são obrigatórias licitações por menor preço, o que põe em risco a qualidade do trabalho. Existem casos frequentes de descontinuidade dos projetos de educação ambiental, trazendo consigo um descrédito ao próprio Estado brasileiro e à política de gestão ambiental pública. Em nossa fase exploratória da pesquisa na busca de definição do foco obtivemos estas informações através de conversas informais com os sujeitos envolvidos nos processos de licenciamento. O trabalho eventual *versus* o processo educativo traz contradições difíceis de superar. Por isso, tem sido tentado envolver as universidades na reflexão sobre a execução de tais PEAs, visando a uma ação mais articulada e de longo prazo. Contudo, se torna difícil equacionar tal arranjo institucional pelo caráter das universidades brasileiras com maior ênfase no ensino, embora o tripé seja ensino, pesquisa e extensão, como também pela proposta inovadora da educação ambiental no processo de gestão. Portanto, podemos afirmar que esse campo de conhecimento prático e teórico encontra-se em construção.

## 1.2 Justificativa

Em estudo anterior, que compôs a dissertação de mestrado, trabalhamos com as comunidades de pescadores no contexto das políticas públicas, buscando refletir como seria uma educação ambiental com os pescadores artesanais. Naquele trabalho, desde o título, provocamos as questões ligadas à participação. De modo geral, afirmamos que para realizar um propósito de educação ambiental com pescadores artesanais este teria que passar inquestionavelmente pela participação efetiva desses sujeitos nas ações políticas e nas instâncias de decisão do Estado e da sociedade civil.

A idéia de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva é um dos pontos de partida da pesquisa participante. Isso significa que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento quanto na construção coletiva do pensamento crítico, justo e criativo. Sendo assim, o critério que busco, para avaliar qualitativamente minha atuação como pesquisadora, é o quanto estou conseguindo estabelecer conexões da prática com a teoria e de que forma isso é construído (PEREIRA, 2006, p. 20).

Ao longo de nossa trajetória, durante a militância nos movimentos sociais, bem como na experiência estudantil e profissional na academia, fomos aprofundando reflexões, com a ajuda de companheiros de caminhada, professores, colegas e acúmulos teóricos de autores consagrados. Assim, buscamos uma forma de pesquisar capaz de envolver os sujeitos pesquisados num movimento dialético de construção do saber. Para nós, o processo coloca-se mais importante que o produto resultante da investigação. Desde o início de nossa caminhada, compartilhamos com as idéias expostas por Lüdke e André (1986), assim como Thiollent (2000), Brandão (2003) e Triviños (1987), os quais defendem a pesquisa ação e/ou participante, uma prática que gere e interaja com a ação teórica. Apesar de nos últimos anos termos avançado na discussão metodológica, o que pode num primeiro momento nos levar a considerar tais obras como superadas na discussão atual, acreditamos que elas contêm elementos estruturantes de nossa proposta.

Por outro lado, há algum tempo, temos enfrentado o desafio de trabalhar a educação ambiental no processo de gestão, e mais ainda nos programas que se apresentam como condicionante de licença ambiental das atividades marítimas de

exploração de petróleo e gás no Brasil. Trabalhamos em torno de dezoito meses no PEAC (Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras em Sergipe – PETROBRAS – UO/SEAL). Também desenvolvemos algumas assessorias na Bacia de Campos- Rio (Projeto POLEN), atualmente temos trabalhado na execução do PEA das empresas Shell – Brasil, também na Bacia de Campos. Devido a nossa experiência no trabalho com comunidades, identificamos alguns resultados que denotam problemas ligados às práticas que compõem tais projetos. Apesar das contradições que são inerentes a esses processos, acreditamos que é possível desenvolver um trabalho social que reforce a autonomia dos grupos sociais e as metas de transformação social. Dessa forma nos sentimos instigados a investigar de forma mais aprofundada quais os vínculos das metodologias atualmente utilizadas e apresentadas no âmbito desses projetos e quais as concepções de mundo e sociedade que embasam e sustentam tais práticas.

### **1.3 Objetivo geral**

Identificar os elementos ideológicos e políticos contidos nos textos que compõem o processo nº 02022.001612/01 – Bacia de Camamu/Almada no estado da Bahia, acreditando que estes elementos são em grande parte a causa das dificuldades de implementação dos PEAs.

### **1.4 Objetivos específicos e possíveis categorias**

- Compreender as estratégias de ação propostas nos planos de trabalho, relatórios, projetos e comunicações institucionais;
- Buscar os elementos centrais contidos nas propostas através de análise textual (fundamentos teóricos, concepções ideológicas e políticas);
- Confrontar os elementos categorizados com nosso próprio referencial teórico ( conceito de participação, e outros), e
- Formular alternativas aos PEAs à luz das premissas do IBAMA e ao materialismo histórico e dialético.

## 1.5 Roteiro didático da pesquisa

Nosso roteiro sofreu interações e modificações que são parte de um processo dinâmico de diálogo da pesquisa com o seu sujeito/objeto. Inicialmente, se fez uma consulta ao IBAMA, órgão responsável pelo licenciamento ambiental de petróleo e gás no mar do Brasil, mais especificamente à coordenação de petróleo e gás com sede no Rio de Janeiro, pertencente à Diretoria de Licenciamento ambiental que tem sede em Brasília – CGPEG/DILC/IBAMA. Através de envio de solicitação de autorização para acessar os processos de licenciamento que contém os PEAs, a informação sobre o início da pesquisa, e por fim reuniões com alguns técnicos para discussão de pontos relativos à nossa reflexão.

Na sequência do trabalho, concluiu-se que para o aprofundamento das categorias bastaria a análise documental do processo escolhido, o que fez com que corrigíssemos os rumos de nossa trajetória. Contudo, não abandonamos nossos princípios de pesquisa, os quais compõem nosso perfil de pesquisadores.

O uso das abordagens qualitativas na pesquisa de acordo com Lüdke e André (1986) suscita primeiramente uma série de questões éticas decorrentes da interação do pesquisador com os sujeitos pesquisados. O que tem se usado ultimamente é o pedido de consentimento aos informantes para a realização da pesquisa. Em nosso caso, optamos pelo formulário de consentimento (anexo nesse documento). Lüdke e André (1986, p.48) apresentam uma sistematização que consideramos pertinente à ilustração do nosso propósito:

1. Delimitação progressiva do foco de estudo – O processo de coleta se assemelha a um funil, a fase inicial é mais aberta para que se possa ter uma visão ampla da situação.
2. A formulação de questões analíticas – É conveniente que no processo de delimitação progressiva do foco principal da investigação sejam formuladas algumas questões ou proposições específicas em torno das quais a atividade de coleta possa ser sistematizada.
3. Aprofundamento da revisão de literatura – Relacionar as descobertas feitas durante o estudo com o que já existe na literatura é fundamental para que se possam tomar decisões mais seguras sobre as direções em que vale a pena concentrar o esforço e as atenções.
4. Testagem de idéias junto aos sujeitos – Muitas vezes é aconselhável tomar alguns sujeitos da pesquisa como informantes, no sentido de testar junto a eles certas percepções ou certas conjecturas do pesquisador.

5. Uso extensivo de comentários, observações e especulações ao longo da coleta – Podem surgir muitas idéias e sugestões sobre formas de analisar o que vai sendo captado. É importante registrar suas observações, sentimentos e especulações ao longo de todo processo de coleta. (p. 48)

Reafirmando a peculiaridade desse tipo de pesquisa, a autora segue:

O problema da fidedignidade, que nesse tipo de investigação assume um caráter totalmente diferente daquele dos estudos tradicionais. O que se espera não é que observadores totalmente isentos cheguem às mesmas representações dos mesmos eventos, mas sim haja alguma concordância, pelo menos temporária, de que essa forma de representação da realidade é aceitável, embora possam existir outras igualmente aceitáveis. O importante é manter uma atitude flexível e aberta, admitindo que outras interpretações podem ser sugeridas, discutidas e igualmente aceitas (LUDCKE; ANDRÉ, 1986, p.49).

Nossa pesquisa se deu exatamente como prevê a autora, embora não havendo qualquer imposição da teoria sobre a prática. Num primeiro momento, tínhamos um universo amplo de possibilidades e metas. À medida que conversamos com os sujeitos envolvidos nos processos de licenciamento, passamos pelo que a autora chama de “funil”, focando cada vez mais até chegar a apenas um processo, apesar deste ter abrangido a temporalidade de uma década. Contudo, dentro do processo, nosso estudo se dá com foco no que tange à educação ambiental no licenciamento, o que nos leva às ações da socioeconomia, setor organizado dentro do próprio órgão licenciador (IBAMA). Dessa forma, decidimos então pela análise textual, e orientamo-nos pela produção de Moraes e Galiazzi e pela teoria de Vygotsky sobre Pensamento e Linguagem, na qual caracteriza o subtexto como uma mensagem implícita da linguagem, seja ela oral ou escrita.

## **1.6 Análise documental**

De acordo com a construção teórica ocorrida durante o desenvolvimento do estudo, optamos pela reflexão no contexto dos documentos relativos ao processo de licenciamento, quando foram desenvolvidas as atividades do Plano de compensação da atividade pesqueira da Bacia de Camamu/Almada (BA). Ao mesmo tempo, foi realizado um aprofundamento teórico dos elementos que compõem as categorias

identificadas em cada ação/plano/diagnóstico/projeto. Assim, houve uma orientação para que se considerasse a categoria *ideologia* para atender a reflexão do papel da educação como ação transformadora da realidade e emancipatória dos sujeitos para passarem do senso comum ao bom senso (Gramsci). Por outro lado, a categoria *hegemonia* em Gramsci possibilita uma apreensão da diretividade implicada nos processos em estudo, o que nos indica o posicionamento sobre a concepção de Estado a que estamos nos referindo ao tentar estabelecer o papel que cumpre cada sujeito no processo de licenciamento. Outra categoria seria a *alienação* em Marx, especialmente por se tratar de processos socioambientais nos quais estão implicadas as múltiplas dimensões deste fenômeno na sociedade capitalista, como o trabalho alienado, as fontes de energia utilizadas na modernidade e a sustentabilidade desse modo de produção.

Para efeitos da pesquisa serão considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação no processo administrativo, assim como os projetos (Planos de trabalho, relatórios, leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos), orientações de todo tipo”. Relatórios dos programas e ou projetos produzidos de forma impressa ou meio digital, como também os que são publicados em mídia eletrônica. Para facilitar o entendimento da nossa evolução nesse trabalho teórico apresentamos um pequeno plano que nos orientou:

- Revisão bibliográfica;
- Identificação das categorias *a priori* do *corpus* de pesquisa;
- Leitura e análise textual;
- Desconstrução do texto e unitarização;
- Identificação das categorias emergentes dos textos, e
- Cruzamento dos dados teóricos com os documentos estudados.

A partir do cumprimento dessas metas, surge então a formulação dos pressupostos que se expressam na tese em si, visando contribuir nesse processo socioeducativo, sabendo-se de antemão que este é um processo dinâmico que necessita de permanente reflexão teórica e prática com a participação ampla dos sujeitos envolvidos, técnicos do Estado, população costeira, intelectuais das universidades, empresas de consultoria e as empresas de petróleo e gás.

Nosso estudo tem como base o processo no. 02022.001612/01e da condicionante específica da LPper nº 70/07 considerando que este contém um conjunto de documentos de volume considerável para nos dar uma visão de totalidade e práxis. Contudo para análise textual escolhemos focar nos relatórios descritivos e analítico (assim denominados no processo) pois consideramos que o referencial teórico estavam contidos nestes. Dessa forma as categorias foram retiradas destes textos enquanto que eventualmente citamos um ou outro documento referente ao processo.

## 2 O ESTADO NA HISTÓRIA

### O Filósofo da liberdade

Passaram-se os séculos e continua crescendo a influência do filósofo inglês John Locke no pensamento universal. Não é de se estranhar. Graças a Locke, sabemos que Deus outorgou o mundo aos seus legítimos proprietários, os homens *industriosos e racionais*, e foi Locke quem deu fundamento filosófico à liberdade humana em todas as suas variantes: a liberdade de imprensa, a liberdade de comércio, a liberdade de competição, a liberdade de contratação. E a liberdade de investir. Enquanto escrevia seu Ensaio sobre o entendimento humano, o filósofo contribuiu para o entendimento humano investindo suas economias na compra de um pacote de ações da Royal Africa Company. Essa empresa, que pertencia à coroa britânica e aos homens industriais e racionais ocupava-se de agarrar escravos na África para vendê-los na América. De acordo com a Royal África Company, seus esforços asseguravam um constante e suficiente subministro de negros a preços moderados (GALEANO, 2008, p, 147).

Em primeiro lugar, torna-se importante frisar que o nosso foco de análise, em última instância, é o Estado burguês e, se estamos propondo entender as teorias que permearam as discussões em torno dessa organização, é porque queremos contextualizar nossas reflexões atuais. É certo que teorias sobre o Estado são como teorias econômicas, muitas vezes consistem numa mescla entre situações historicamente verificáveis e propostas que não necessariamente são postas em práticas nas sociedades analisadas. Não queremos dar a impressão de que estamos

tomando a proposta do autor como uma realidade factível. O liberalismo clássico de Adam Smith, por exemplo, é estudado como modelo em qualquer faculdade de economia, mas nunca foi colocado efetivamente em prática. Alguém pode questionar se a intenção é falar das teorias mesmo, e aí não importa se tais formas de Estado existiram efetivamente, ou se o objetivo seria falar das situações em que a ação do Estado se materializa, e neste caso as teorias podem não corresponder à realidade. Temos consciência dos riscos e, na verdade, buscaremos um panorama conjuntural com uma mescla das discussões teóricas da época em que se situam dando ênfase naquelas que temos afinidade, pois é nossa intencionalidade o posicionamento; paralelamente, buscaremos registros históricos já produzidos que nos forneçam as informações do que de fato estava ocorrendo no período.

Se temos a atuação de um tipo de Estado que age como mediador entre a exploração do recurso natural por parte das empresas e do capital, de um lado, e, de outro, os interesses das comunidades que habitam a costa brasileira antes da chegada desses empreendimentos, temos também o fato de que o Estado é a expressão da organização da classe dominante. Em Marx, esse é o aspecto negativo do Estado e a utopia seria uma sociedade sem Estado, pois sem classe dominante subjugando a natureza e o trabalhador não necessitaríamos de mediador.

A interpretação marxista de Gramsci propõe não fazermos uma análise ingênua de tal mediação; a mesma encontra-se crivada de interesses particulares de classes específicas, de *lobbies* vindos por meios políticos e de disputas de poder que advém da organização do próprio sistema (capital) para garantir que seus interesses sejam atendidos, inclusive tendo participação nos governos. Porém, ao aprofundar essa correlação de forças existentes na manutenção do Estado, Gramsci acredita que é possível de forma escalonada ir avançando na construção de hegemonia por dentro da própria estrutura estatal como um todo, ao defender que é possível usar os meios políticos burgueses contra eles próprios e que sempre haverá um movimento dinâmico, mesmo que haja a eliminação das diferenças de classe. Para Gramsci, sociedade civil e Estado são faces da mesma moeda, isso em contraposição a uma idealização da sociedade civil como contraponto ao Estado, como se só este representasse a organização da classe dominante. O autor cita exemplos de como no seio da sociedade civil pode haver relações de dominação semelhantes às que ocorrem no interior do Estado, tais como o despotismo das

fábricas capitalistas e o próprio sistema escravocrata. Contudo, segundo o autor, sempre há possibilidades de reações que podem transformar em instrumento de luta as instituições políticas, mesmo as burguesas (LOSURDO, 2006, p. 223).

A tais questões é que queremos nos dedicar neste capítulo, buscando entender no acúmulo histórico a maneira como se dá esse movimento a fim de apontarmos possíveis saídas. Para Konder (2009):

A partir do momento em que se constituem as classes sociais, uma vez instituída a propriedade particular e realizada a divisão do trabalho, as contradições entre os indivíduos deixam de se manifestar apenas com caráter contingencial, deixam de ser meramente circunstanciais e episódicas (KONDER, 2009, p. 68).

Nesse contexto, que é dinâmico e contraditório, propomos a reflexão sobre o Estado e o que representa esta forma de organização da sociedade, a quem interessa e a quem atende na atualidade e como podemos intervir na correlação de forças existentes nas suas estruturas internas. Tal abordagem virá compor o cenário onde buscamos compreender o papel estratégico das instituições políticas no licenciamento ambiental no Brasil e o tamanho do desafio que representa trabalhar por dentro do Estado burguês, usando alguns de seus meios como instrumento de luta das classes populares. Em nossa visão, os programas e projetos de educação ambiental no licenciamento podem se expressar como um desses meios; por esse motivo, consideramos central em nosso trabalho, as reflexões sobre o Estado. No contexto desta reflexão, buscamos o embasamento necessário em autores como Konder (2009):

A nova organização social cria uma forma de contradição permanente, situada na raiz das condições de vida dos indivíduos, predeterminando alguns dos aspectos fundamentais da atividade, destes indivíduos e lançando-os uns contra os outros, dividindo-os ao nível dos seus interesses vitais em detentores da propriedade e em excluídos dela (KONDER, 2009, p. 68).

Desse modo, buscamos na história o conceito e a origem do Estado, e percebemos que existem várias versões, as quais variam de acordo com as visões de mundo dos seus intérpretes – escritores políticos e filósofos – e com a evolução do pensamento teórico e da ação prática (produtiva). Para efeito de nosso exercício teórico, assim como em nossa postura política, compartilhamos dos posicionamentos de Marx e Engels diante do Estado que os mesmos consideraram

Burguês, da mesma forma que de outros autores que evoluíram a partir das posições dos primeiros, mas que compartilharam dos ideais “marxianos”. São eles: Gramsci, com suas nuances próprias; Mészáros; o próprio Konder; e Bobbio, este nem tão adepto de Marx, mas que traz contribuições importantes na reflexão do Estado moderno.

Podemos dizer que Gramsci redimensiona questões como a extinção do Estado numa sociedade comunista, a dita visão negativa do Estado atribuída a Marx. Conforme já citado anteriormente, Gramsci acredita que as instituições políticas são necessárias em qualquer organização social, pois é inerente à sociedade, embora compartilhe da idéia de que o Estado é a expressão da organização social e não o contrário.

De qualquer modo, vamos buscar nesses teóricos nos reportar a algumas versões diferenciadas da origem e do papel do estado na organização da sociedade. Citando Bobbio (1996), “de Spinoza à Locke, de Pufendorf a Rousseau, de Kant ao primeiro Fichte e à miríade de Kantianos menores que acompanham o fim da escola do direito natural (p. 1)”, o desafio se dá em torno das relações do estado e sua natureza. Bobbio (1996) classifica da seguinte maneira:

O ponto de partida da análise da origem e do fundamento do Estado é o estado de natureza, ou seja, um estado não político e antipolítico; 2) entre o estado de natureza e o estado político, há uma relação de contraposição, no sentido de que o estado político surge como antítese ao estado de natureza (do qual é chamado a corrigir ou eliminar os defeitos (BOBBIO,1996, p.1).

Mais uma síntese de Bobbio (1996):

Em ambos os modelos, o Estado, enquanto situação terminal de um processo concluído, é precedido por um estado pré-político, com a diferença de que esse estado pré-político é, no modelo clássico, a família, ao passo que, no modelo moderno, é o estado de natureza. Enquanto Hobbes (mas também Locke e outros) dedicou o primeiro capítulo de seus tratados políticos ao estado de natureza, Aristóteles dedicou o capítulo equivalente de sua Política à família (BOBBIO, 1996, p.11).

Todos estes que antecederam as reflexões de Marx apontaram formas espontâneas e naturais de formação dessa organização social (Estado), seja a partir da família em Aristóteles ou dos indivíduos (estado de natureza) em Hobbes.

(...) Um fato é realidade – que não pode ser submetido à variedade de interpretações – que o Estado oriundo da Revolução Francesa e

transformado no século XIX em protótipo do Estado burguês (enquanto Estado constitucional, liberal, parlamentar, representativo, etc..) inspira-se nos princípios fundamentais da escola do direito natural. (BOBBIO, 1996, p.11)

Foi Marx quem delineou a propriedade privada e a divisão das classes sociais como a natureza da formação do Estado, isto é, para Marx o Estado é a expressão objetiva e racional da classe dominante, que surge da necessidade de um grupo de subjugar outros e mantê-los ordenadamente sob sua guarda. Como isso tem ocorrido varia um pouco a cada etapa da expansão capitalista e do movimento social, por vezes mais violenta, por outras mais disfarçadamente se impõe. Na verdade podemos encontrar no Estado a estruturação de um poder político com capacidade repressiva. Diante da relação histórica que se estabelece, na disputa por hegemonia é que o Estado se manifesta de forma mais ou menos repressiva. Isso remete-nos ao pensamento de Gramsci, que aponta para os aparelhos ideológicos do Estado que garantem a hegemonia daqueles grupos que usam o mesmo para se manter no poder.

No que diz respeito às reflexões teóricas de Engels sobre “A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado”, abordaremos algumas passagens, sem com isso almejar um aprofundamento da obra em nosso texto. Nosso objetivo é contextualizar e partilhar das suas idéias, embora seja importante ressaltar as diferenças geradas pela lacuna de tempo existente entre o contexto em que foi produzida tal obra e a realidade atual. Por exemplo, falar em “poder do povo” na Atenas antiga não corresponde ao exercício político de todos os habitantes da *pólis*. Naquele momento, a maioria, de fato, esteve sempre excluída da participação política. O povo era o conjunto de cidadãos de Atenas, e os cidadãos em Atenas eram poucos; os trabalhadores eram considerados não-cidadãos. Outro fator que compõe nossa reflexão é que estamos considerando que a visão de Engels é marcada pelo eurocentrismo cientificista do século XIX e que no próprio marxismo houveram críticas às teorias geradas por Engels, principalmente no que se refere à política internacional. Ainda assim, esta é uma obra que consideramos, limitações à parte, estruturante na busca das raízes dos problemas enfrentados na estruturação do sistema que tem no Estado uma expressão sua.

Engels desenvolve seu trabalho, nessa temática, com base no estudo de Morgan<sup>1</sup>, que por sua vez dividiu a pré-história da humanidade em três fases principais: *estado selvagem, barbárie e civilização* (Engels, 2002, p.29). Uma das afirmações em Engels (2002) que nos chama atenção por sua importância à nossa reflexão é a seguinte:

O homem é de todos os seres, o único que logrou um domínio quase absoluto da produção de alimentos. Todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência (ENGELS, 2002, p.29.).

Tal afirmação nos remete a vinculação entre o sistema econômico, isto é, as formas de subsistência e produção social da humanidade, e a relação com a organização e origem do Estado. Em outras palavras, a forma de organização do estado se expressa de acordo com a evolução tecnológica da humanidade. Recuperando as informações acima no que tange à família, Marx *apud* Engels (2002) observa:

A família moderna contém em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado (MARX *apud* ENGELS, 2002, p. 70)

Mesmo tendo noção de que não podemos criar atalhos históricos e dos perigos de uma relação direta do contexto da época com o atual, ainda assim fazemos conexão com o que tem ocorrido na atualidade, na organização do Estado Moderno, buscando entender a essência do fenômeno que se deu naquela época. Aplicamos esse entendimento ao pensarmos a situação do Estado e suas influências no modo de produção capitalista mundial, as formas como se organizam as estratégias de poder, a ditadura do mercado, seus signos e simbolismos. Tudo isso nos remete às origens expostas por Engels ainda nessa fase de seu estudo com base no material produzido por Morgan. Já afirmava Engels no prefácio à primeira edição de 1884:

---

<sup>1</sup> Lewis H. Morgan, *Ancient Society, or Research in the Lines of Human Progress From Savagery Through Barbarism To Civilization* (Este livro foi impresso na América e é muito difícil encontrá-lo em Londres (nota de Engels).

Na América, Morgan descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes – e, baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx (ENGELS 2002, p.09).

É sabido que houve aprofundamentos posteriores as estas abordagens que as complementam em outras obras de Marx e Engels, como em *A Ideologia Alemã* e *O Capital*. Isso reforça a idéia que essa obra tem suas limitações e que estamos cientes disso. Nela, ainda não estavam expostos os mecanismos com que se desenvolve o sistema monetário e o Capital em si. Ambas as obras acima mencionadas analisam e aprofundam o sistema como um todo, no sentido de *totalidade*.

A obra de Engels (2002) demonstra como se deu a transição da produção econômica e conseqüentemente como o poder se organiza (através do Estado) para controlar e tirar vantagens à classe dominante. Esse fato nos reportou ao mecanismo atual de como o Capital se consolida e se expande, principalmente tendo como contexto a América Latina. Vamos exemplificar, citando um trecho de Engels (2002), no qual fala da experiência Ateniese de organização estatal (*Gênese do Estado Ateniese*, p. 129):

Em nenhuma parte melhor do que na antiga Atenas podemos observar como o Estado se desenvolveu, pelo menos na primeira fase da sua evolução, com a transformação e substituição parciais dos órgãos da constituição gentílica pela introdução de novos órgãos, até completamente instauradas autoridades com poderes realmente governamentais – quando uma “força pública armada”, a serviço dessas autoridades (e que, por conseguinte, podia ser dirigida contra o povo), usurpou-se o lugar do verdadeiro “povo em armas”, que havia organizado sua autodefesa nas gens, nas frátrias e nas tribos. (ENGELS, 2002, p. 129)

Aqui já se identifica a semelhança da estratégia que retira subrepticamente um poder que até então estava com a organização local (embora com suas discrepâncias) e em nome de um interesse disfarçado de público inverte a situação, colocando o poder de repressão em um grupo elitizado que fica a serviço de uma parcela da população que ocupa uma posição de poder, podendo mesmo usar o aparelho repressivo contra o povo para manutenção do *status quo* de tal grupo.

Na mesma página, segue:

Na época heróica, as quatro tribos dos atenienses ainda estavam instaladas em diferentes territórios da Ática. Mesmo as doze frátrias que as compunham parece que tinham diferentes instalações nas

doze cidades de Cecrope. A constituição era a da época heróica: assembléia do povo, conselho e *basileu*. Até onde alcança a história escrita, encontramos a terra já repartida e como propriedade privada, o que corresponde à produção e ao comércio de mercadorias relativamente desenvolvido da fase superior da barbárie, além de cereais, vinho e azeite era produzido. O comércio marítimo no mar Egeu passava cada vez mais dos Fenícios aos áticos. Como consequência da compra e venda da terra e da crescente divisão do trabalho entre a agricultura e os ofícios manuais, comércio e navegação, logo se confundiram os membros da gens, frátrias e tribos. Nos territórios das frátrias e das tribos, fixaram residência habitantes que, embora fossem do mesmo povo, não faziam parte daquelas corporações e, por conseguinte, eram estranhos a elas e ao local. Eram estranhos porque, em tempos de paz, cada frátria e cada tribo administravam, elas mesmas, seus assuntos internos, sem consultar o conselho popular ou o basileu de Atenas, e esses habitantes que passavam a residir na área da frátria e da tribo não podiam naturalmente, tomar parte na administração delas. Isso desequilibrou de tal modo a organização gentílica que, nos tempos heróicos, se tornou necessário modificá-la e adotou-se a constituição atribuída a Teseu. A principal mudança foi a instituição de uma administração central em Atenas; parte dos assuntos que até então eram resolvidos independentemente pelas tribos foi declarada de interesse comum e transferida ao conselho geral, sediado em Atenas (ENGELS, 2002, p.129-130).

Embora a conexão direta dessa fase histórica com a atualidade seja um risco, pois ainda estávamos numa era pré-capitalista, de qualquer forma não podemos deixar de lembrar da situação vivida pelas comunidades tradicionais no Brasil e América Latina com o avanço das forças capitalistas, particularmente no que tange ao petróleo e gás no mar, e à energia hidrelétrica. A exploração de petróleo e gás, à semelhança do desenvolvimento marítimo e do comércio daqueles tempos, reflete um mecanismo semelhante, aparentemente a mesma lógica. Traz consigo habitantes que não pertencem àquelas coletividades, desconstituindo em princípio o poder local ao causar um inchaço nas regiões e logo reorganizando o poder para assim ter o controle da situação.

Ainda do ponto de vista dos primeiros passos de formação de uma concepção de Estado:

A simples confederação de tribos vizinhas foi superada pela fusão de todas em um único povo. Daí nasceu o sistema de leis atenienses popular, mais evoluído que o das tribos e o das gens. Garantiam-se assim os cidadãos de Atenas, quanto a certos direitos e proteção legal, mesmo em territórios que não pertenciam às suas tribos. Deu-se dessa forma o primeiro passo no sentido da ruína da constituição gentílica, o primeiro passo na admissão de cidadãos que não pertenciam a qualquer das tribos da Ática e que não eram, nem se

tornaram integrantes da organização gentílica ateniense (ENGELS, 2002, p. 130).

Num primeiro momento, tais informações nos parecem positivas, pois afinal concede direitos aos que aparentemente não o tinham. Contudo, ao darmos seguimento à leitura, percebemos que a seguir vem o ônus de tais atitudes. O mecanismo é juntar todos, dispersar os grupos, enfraquecendo-os e atingindo sua identidade enquanto grupo. A seguir desloca o centro do poder, cria um aparelho repressivo que garanta as reformas e o bem estar do grupo dominante e o próximo passo que veremos é o estabelecimento da divisão em classes, a estratificação social.

A segunda instituição atribuída a Teseu foi a divisão de todo povo em três classes: os *eupátridas* ou nobres, os *geômoros* ou agricultores e os *demiurgos* ou artesãos— sem considerar a divisão em gens, fratrias e tribos —garantida para os nobres a exclusividade do exercício das funções públicas. ENGELS, 2002, p, 131)

É fato que já havia divisões anteriores que foram até equacionadas de alguma forma pela nova organização, como qualquer mudança histórica traz seus avanços, não apenas destruição dos laços anteriores. Entretanto, o que nos chama atenção é o antagonismo que se instaura entre a forma de organização do Estado e os antigos laços gentílicos:

O primeiro sintoma de formação do Estado consiste na destruição dos laços gentílicos, dividindo os membros de cada gens em privilegiados e não privilegiados, e dividindo estes últimos em duas classes, segundo seus ofícios, e opondo-se uma à outra (ENGELS, 2002, p.131).

É certo que estamos falando do ano 660 antes da nossa era, mas convenhamos que esta realidade nos é familiar. O que se segue é o dinheiro e a usura, ditando suas regras e levando a sociedade ao caos. Foi a ruína dos pequenos agricultores, a semente do sistema monetário se mostrou incompatível com a organização das gens. Como os laços das gens é que protegem a organização e a existência dos pequenos agricultores, ao destruir tais laços acabou também com os pequenos agricultores. De acordo com Engels, as gens desconheciam o dinheiro, o crédito e as dívidas fiduciárias. Desse ponto em diante, temos outros tantos exemplo de como se instala o comércio, a mercadoria e o

sistema monetário em diferentes regiões. O próprio Marx aprofunda essa análise na sua obra *O Capital*. Contudo, voltemos às formações do Estado como origem.

Não vamos discorrer aqui sobre as outras experiências de origem do Estado entre os Romanos, Germanos, etc. Escolhemos Atenas como um caso específico, quase uma metáfora para nossa busca de entendimento das origens do Estado atual, esta que contém boa parte dos elementos que tornam o mecanismo de expansão capitalista nosso conhecido, e como a formação dessa organização chamada Estado está arraigada às mudanças na forma de se reproduzir social e economicamente da sociedade. Influenciando e sendo influenciada por esta, acreditamos que o exemplo de Atenas é suficiente para ilustrar nosso raciocínio. Atenas possui características de não ter sido criado o Estado de forma violenta, mas sim de maneira subliminar, usando subterfúgios, corroendo os antigos laços e costumes e se transformando numa outra proposta, o que nos torna familiar, pois é bastante atual.

Os atenienses, porém, deviam aprender e rapidamente, como, ao nascer a troca entre os indivíduos e ao se transformarem os produtos em mercadorias, o produto vem a dominar o produtor. Com a produção de mercadorias, surgiu o cultivo individual da terra em seguida, a propriedade individual do solo. Mais tarde veio o dinheiro, a mercadoria universal pela qual todas as demais podiam ser trocadas; mas, quando os homens inventaram o dinheiro, não suspeitavam que estavam criando uma força social nova, um poder universal único, diante do qual se iria inclinar a sociedade inteira (ENGELS, 2002, p. 133).

O que dá certo alento quando se busca a origem do Estado é compreender que este tipo de organização está arraigada a um modo de produção socioeconômica que pode ser reformulado. Aliás, em termos socioambientais, o atual modo de produção socioeconômica tem se mostrado insustentável. Nossa intenção é exatamente esta, provar que essa não é uma organização natural, mas sim “criada”, podendo ser “recriada” pela sociedade atual ou pelas gerações futuras.

Por fim, em relação a Atenas, Engels fala da revolução de Clístenes (ano de 509 antes da nossa era) como a que abateu definitivamente a constituição gentilícia:

Em sua nova constituição, Clístenes ignorou as quatro velhas tribos baseadas nas gens e nas frátrias. Substituiu-as uma organização nova, cuja base, já ensaiada na naucrárias, era a divisão dos cidadãos de acordo com o local de residência. Dividia-se então, não mais o povo, mas o território: politicamente, os habitantes se tronaram mero apêndices das regiões (ENGELS, 2002, p. 138).

Aqui fica explícita a transformação concreta na organização social e política que visa sustentar o novo modo de vida dos atenienses. Novamente, concentramo-nos nos mecanismos e suas semelhanças com o atual modelo capitalista.

Em Walter (2010), temos uma descrição de como se dá o processo de instauração da indústria de petróleo e gás:

É fato notório que o petróleo é um produto tão estratégico para as sociedades atuais que questões macroeconômicas e geopolíticas são centrais ao seu desenvolvimento, de tal forma que a atividade de E&P está muito mais vinculada às esferas nacional e internacional do que articulada à esfera local e regional. Não se trata de algo trivial, portanto, a avaliação dos impactos destes empreendimentos. A instalação da indústria petrolífera apresenta efeitos, em relação ao uso e ocupação do território, análogos a outros projetos de desenvolvimento econômico: i) aumento das taxas de migração, em virtude da expectativa de emprego; ii) rápido processo de urbanização e sobrecarga da infraestrutura coletiva; iii) mudanças no quadro político, uma vez que a atividade está mais voltada à esfera federal do que à esfera de poderes local e regional; iv) mudanças culturais considerando a entrada expressiva de novos agentes oriundos de outras regiões do Brasil e de outros países e; v) degradação ambiental e poluição (PIQUET, 2007). Em geral, esses efeitos têm sido desfavoráveis às populações locais, sendo as mesmas excluídas dos benefícios econômicos trazidos pelo novo ciclo de desenvolvimento e as mais vulneráveis aos seus efeitos (WALTER, 2010, p.55).

Continuemos em Engels (2002), sobre a organização da época:

Toda a Ática ficou dividida em cem municípios (demos). Os cidadãos (demotas) de cada demos elegiam seu chefe – demarca- e seu tesoureiro, assim como trinta juizes dotados de poderes para resolver assuntos de pouca importância. Tinham, igualmente, um templo próprio e um deus protetor ou herói, servido por sacerdotes eleitos pelo povo. O poder supremo nos demos pertencia à assembléia dos demotas (ENGELS, 2002, p. 138).

Embora partilhemos da idéia de que prevalecia o eurocentrismo, na época que esta obra foi produzida, e que a busca da generalização das origens do estado democrático ou do Estado Burguês é uma tarefa ousada, ainda assim insistimos na importância das questões propostas por Engels:

Conforme adverte Morgan, com muito acerto, este é o protótipo das comunidades urbanas da América que se governam por si mesmas. O Estado nascente teve como ponto de partida, em Atenas, a mesma unidade que distingue o estado moderno em seu mais alto grau de desenvolvimento (ENGELS, 2002, p. 138).

É sabido que existem divergências sobre as bases em que Engels constrói essas hipóteses sobre as origens da formação do Estado. No entanto, não podemos deixar de considerar suas reflexões. Prossegue Engels:

Vimos que um dos traços característicos do Estado é a existência de uma força pública separada da massa do povo. Atenas não tinha senão um exército popular e uma frota equipada diretamente pelo povo, que a protegiam contra os inimigos do exterior e mantinham em obediência os escravos, que já consistiam a maioria da população na época. Para os cidadãos, essa força pública só existia, a princípio, em forma de polícia; esta é tão velha como o Estado e, por isso, os ingênuos franceses do século XVIII não falavam de nações civilizadas, mas de nações policiadas (“nationspolicées”). Os atenienses instituíram, pois, junto com seu Estado, uma polícia – um verdadeiro corpo de guardas a pé e a cavalo – formada de arqueiros, ou, como se diz no Sul da Alemanha e na Suíça: Landjäger. Contudo esse corpo de guardas era constituído por escravos (ENGELS, 2002, p. 139-140).

A respeito das causas da falência do Estado em Atenas, Engels afirma:

O rápido desenvolvimento da riqueza, do comércio e da indústria prova como o Estado, já então definido em seus traços principais, era adequado à nova condição social dos atenienses. O antagonismo de classe, no qual se fundamentavam agora as instituições sociais e políticas, não era mais o que existira entre os nobres e o povo, e sim o antagonismo entre escravos e homens livres, entre clientes e cidadãos. No seu tempo de maior florescimento, Atenas contava com 90.000 cidadãos livres, aí compreendidas mulheres e crianças; os escravos de ambos os sexos, no entanto, somavam 365.000 pessoas, e os imigrantes e libertos chegavam a 45.000. Para cada cidadão adulto havia no mínimo, dezoito escravos e mais de três metecos. A causa da existência de um número tão grande de escravos, o que possibilitava esse número, era o fato de trabalharem muitos escravos juntos, sob as ordens de capatazes, em grandes oficinas manufatureiras. Mas, com o progresso do comércio e da indústria vieram o acúmulo e concentração das riquezas em poucas mãos, e com isso o empobrecimento da massa dos cidadãos livres, aos quais só ficava o recurso de escolher entre: competir com o trabalho dos escravos, fazendo o trabalho manual (o que era considerado desonroso, baixo, e era pouco proveitoso), ou converter-se em mendigos. Este último caminho foi escolhido. Como, porém, constituíam a maior parte da população os que assim fizeram, acabaram por levar à ruína todo o Estado ateniense (ENGELS, 2002, p. 140-141).

Através da obra de Engels, percebemos várias nuances que podem ser identificadas como embriões do Estado moderno, apesar de ainda não se tratar do sistema capitalista como tal. Uma dessas características é que a organização familiar e os direitos de propriedade estão relacionados entre si e servem de base

para a organização do Estado, no caso de Atenas e também como ele se constitui através de suas diferentes formas até o momento. Contudo, arriscamos afirmar que é no Estado moderno que se consolida tal caráter repressivo e ideológico da dominação de classe.

Conforme mencionado anteriormente, o Estado é uma forma estruturada de expressão e reprodução da classe dominante. Gramsci (2004) se refere aos aparelhos ideológicos do Estado e aponta a educação (escola) e a comunicação de massa como estratégicas no processo de manutenção do *status quo*. O que Gramsci afirma categoricamente é que existe uma tensão interna no Estado, uma disputa, uma correlação de forças em que o movimento organizado pode interferir. Nesse sentido, resgatamos a idéia de sociedade civil do autor, que não é separada ou fragmentada do Estado, o que faz com que as contradições de classe estejam condensadas na estrutura do Estado, não de forma estanque, mas no dinamismo inerente ao movimento histórico da luta e antagonismo de classes. Os aparelhos ideológicos do Estado constroem a hegemonia de classe, buscando consolidar um bloco de poder e evitando que se precise usar a força, ou seja, o braço repressivo e policialesco.

## **2. 1 O Estado Moderno no contexto histórico**

De acordo com o Dicionário de Política de Bobbio (2003), “o conceito de Estado não é Universal, contudo indica uma forma de ordenamento político surgido na Europa a partir do século XIII até o fim do século XVIII ou início do século XIX”. Outra afirmação de Bobbio é que

O Estado moderno europeu nos aparece como uma forma de organização do poder historicamente determinada e, enquanto tal, caracterizadas por conotações que a tornam peculiar e diversa de outras formas, historicamente também determinadas e interiormente homogêneas de organização do poder.

Alguns princípios expostos no Dicionário Político e que caracterizam o Estado Moderno seriam a territorialidade, a obrigação política e a progressiva impessoalidade por meio da evolução do *officium*, isto é, no Estado Moderno instaura-se o que se chama de função pública, de forma impessoal, cria-se a idéia de cargo, perfil, que antecede a pessoa.

Para Tavares (1982) apud Streck: (2006)

A organização burocrática vem a ser o elemento fundamental que viabiliza os quatro outros elementos essenciais de cuja confluência resulta a realidade material do estado: o monopólio do sistema monetário, o monopólio do sistema fiscal, o monopólio da realização da justiça, a que se chega substituindo as jurisdições autônomas e a título próprio que dominavam o localismo medievo, pela moderna instituição de instâncias de uma grande unidade jurisdicional cujo vértice é o Estado e que age através de agentes do Poder Soberano - e finalmente o exército nacional (TAVARES, 1982 *apud* STRECK, 2006, p. 44).

### **2.1.1 O modelo contratualista versus a visão negativa do Estado**

O contratualismo moderno é uma escola que floresce no intercuro dos séculos XVI a XVIII (Hobbes – *Leviatã* – 1651; Locke, *Dois Tratados sobre o governo civil* – 1690; Rousseau, *Contrato Social* – 1762). A estrutura básica se dá pela contraposição entre estado natureza e o Estado civil mediado pelo Contrato social (STRECK, 2006, p.29).

O contratualismo busca dar ao mesmo tempo idéia da origem e do fundamento do Estado, simultaneamente firmando que o poder político se constitui pelas vontades, tácitas ou expressas. E que ao se realizar tal acordo (contrato) estaria evoluindo do estágio pré-político, que neste caso seria o “estado de natureza”, dando início ao estado civil, a sociedade política.

Para nosso entendimento mais apurado, vamos resumidamente expor o que se propõe com o (1) Estado de natureza. De acordo com os pensadores que compõem essa escola de pensamento, tal estado antecede o estado civil, seria esse então o momento não racional, onde para uns o homem estaria a mercê de seus instintos maus, para outros os homens viveriam livres e sem disputas numa forma idílica de vida, e para um terceiro essa seria uma paz relativa, haveria uma “razão” que permearia a ação humana e impunha alguns limites às paixões (um tipo de direito natural não mediado). (2) Contrato social: nessa visão, a passagem do estado de natureza à organização se daria através de um tipo de “pacto”. De acordo com Streck (2006), há diferenças marcantes entre os autores que explicam essa passagem do estado de natureza ao estágio político por meio do “pacto”, dentre eles destacam-se Hobbes e Locke. Para o primeiro, o contrato social é firmado entre indivíduos, em favor de um terceiro, com intenção de preservar suas vidas (ainda

não se fala em direitos, este só vem com a criação do Estado). Isto é, para pôr fim à guerra de todos contra todos, a princípio como inerente ao estado de natureza, os homens delegam a um ente fora deles. No caso, Hobbes cria a imagem do Leviatã, um deus mortal que o diferencia de um deus imortal. Isso seria mais do que um consentimento ou concordância, seria uma unidade real de todos em uma só pessoa, realizado mediante o pacto de cada homem com todos os demais, expresso no seguinte:

Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou seja, a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã (...) (STRECK, 2006, p. 33)

Já em Locke o contrato social tem um conteúdo um pouco diferente, incluindo seu caráter histórico, mas mantendo a idéia de legitimação do poder. Em Locke, o pacto de consentimento serviria para preservar e ou consolidar os direitos existentes no estágio anterior (de natureza); o convênio visa amenizar e/ou evitar o conflito. Segundo Streck (2006):

Através dele, os indivíduos dão seu consentimento unânime para a entrada no estado civil e, posteriormente, para a formação do governo quando, então, se assume o princípio da maioria (STRECK, 2006, p. 33).

Na continuação de nossa análise do modelo positivo com base no contratualismo, temos então um terceiro item, o (3) Estado civil. Cada autor já citado tem um posicionamento a respeito do Estado civil a ser conhecido por nós. Em Hobbes, não há parâmetros naturais para a ação estatal; no contrato, o homem se despoja, transferindo tudo ao soberano com exceção de sua vida. Em John Locke, o conteúdo do contrato social será constituído pelo conjunto de direitos naturais presentes no Estado de Natureza (EN); estes irão limitar o poder do soberano no estado civil (Streck, 2006).

Para muitos autores, inclusive Bobbio, a visão de Locke do ideal de estado embasa os princípios do estado liberal.

Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de poder limitado, de direito de resistência, Locke

expôs as diretrizes fundamentais do estado liberal (BOBBIO, 1994, p.40).

Muito teríamos para discorrer com relação a este tema, contudo vamos avançar para a visão que se contrapõe ao Estado contratualista, denominada a visão negativa do Estado.

### **2.1.2. Visão negativa do Estado**

De base marxista, a visão negativa do Estado surge em contraposição ao modelo contratualista; discute primordialmente o enunciado de consenso do contrato; parte do princípio de que existem diferentes interesses na sociedade e que estes disputam entre si. O poder é uma conquista ora violenta, ora na construção de consentimento construído em bases ideológicas, o que Gramsci caracteriza como hegemonia – o bloco de poder construído consensualmente. Este último é característico do Estado Moderno ou Burguês. Diz-se que essa **visão negativa** caracteriza-se porque a teoria marxista prevê o desaparecimento do Estado; vê o Estado como um instrumento para proteger os interesses da classe dominante. Não havendo mais classes sociais, após a revolução, não haveria mais razão para a existência de um aparato desse nível, o que significa que o Estado se extingiria naturalmente. Para Marx, o Estado é resultante do modo como a sociedade se organiza; a relação é da sociedade para o Estado e não vice-versa.

Enquanto existir o Estado será ele a prova de que há conflitos sociais, portanto uma escassez de bens e serviços. Desaparecendo os conflitos sociais, desaparecerão os cães –de -guarda, por inúteis e parasitas, mas nunca antes disso (MANDEL, 1977, p.29).

Streck (2006) ressalta que Poulantzas e Gramsci não aceitam a idéia do Estado como mero instrumento a serviço das classes detentoras do poder (pelo menos de forma determinista, como se poderia pensar). Recuperam assim a perspectiva política da teoria marxista. Desse modo, mesmo sendo para eles o Estado o núcleo do **Bloco do Poder** e representando os interesses politicamente hegemônicos das classes dominantes, o Estado como agente organizador e unificador, goza de autonomia relativa diante das frações dominantes de uma sociedade dividida em classes. Logo, ainda que as frações hegemônicas controlem

e atuem através do aparato estatal, jamais o podem possuir integralmente. A questão central está no fato de que o Estado nem é instrumento total de uma classe, nem é uma “potência” capaz de controlar diferentes frações, equidistantemente de todas elas.

Para Poulantzas não há que atribuir demasiada importância à participação direta da classe dominante no aparelho do Estado – nos níveis do governo, da administração, da magistratura e da política. Trabalhando e superando as categorias althusserianas, Poulantzas concebe o Estado não apenas como atuação negativa configurada no exercício da violência física legítima através dos aparelhos repressivos, mas também na articulação positiva do “consenso”, através dos aparelhos ideológicos, mantendo assim a coesão da formação social e a reprodução das relações sociais. Neste sentido a luta social consideraria a possibilidade de disputar as forças por dentro da instituição política, o Estado, que é uma posição semelhante a de Gramsci.

## **2. 2 Estado Brasileiro**

Independência ou morte!

E assim, naquela manhã de 1822, o príncipe arrancou de sua casaca as insígnias portuguesas e se transformou em imperador do Brasil. Anos antes, outras independências tinham querido ser. Em ouro Preto e em Salvador. Tinha querido ser, mas não foram (GALEANO, 2008 p. 159).

A implantação do regime republicano consistiu no reflexo político-institucional do processo de imposição dos padrões de produção e de sociedade capitalistas no Brasil. Tal processo, contudo, somente ganhou um conteúdo mais “aburguesado” no decorrer da Primeira República (1889-1930) e se intensificou a partir da chamada Revolução de 30. Por outro lado, o positivismo, como corrente político-ideológica, foi expressivo apenas no Rio Grande do Sul e entre um pequeno e derrotado grupo que se degladiou entre vários outros no início da República. A Constituição de 1891, expressão jurídica do pensamento do grupo vencedor, teve um conteúdo basicamente liberal-oligárquico, mesclando orientações capitalistas com as heranças aristocráticas do Estado monárquico. Assim, a identificação do surgimento do Estado brasileiro no advento da República necessitaria ou da ressalva de que este

Estado consiste no protótipo do Estado moderno ou, por outro lado, na contemplação de algumas contribuições decisivas do Estado monárquico.

Podemos dizer que no governo que se seguiu houve três correntes de pensamento que disputavam hegemonia: os liberais, os positivistas e os militares. Benjamin Constant liderava o poder e apesar de ser positivista declarado não tinha boas relações com o apostolado. Se, de um lado, durante as três décadas de governo republicano, os liberais davam o tom político, na prática o regime era autoritário, vide o Castilhismo (adaptação da política positivista às peculiaridades nacionais, posteriormente, com Getúlio Vargas).

Cabe ressaltar:

Os positivistas refluíram no RS onde Júlio de Castilhos (1860/1903) conseguiu promulgar uma Carta positivista, consumando a extinção do Legislativo e enfeixando todos os poderes nas mãos do chefe do executivo. Semelhante projeto radicalizante leva à unificação dos liberais, e o Rio Grande é arrastado à guerra civil por vários anos, mas com a vitória de Castilhos (SANTOS *et al.* 1999, p. 28).

De acordo com o mesmo autor: “O Castilhismo teria sido, assim, uma experiência concreta das idéias políticas antidemocráticas de uma parcela do positivismo nacional” (p. 28). Apesar da influência forte do liberalismo no país, a era Getúlio segue o autoritarismo doutrinário proposto por Castilho.

Continuando a busca do entendimento de como se reflete e organiza o Estado no Brasil, recuperamos alguns conceitos gerais, elegendo pelo menos dois. O primeiro, Maquiavel, onde o povo e a política são moldados pelo príncipe, compreende o Estado como uma unidade que organiza os desejos e aspirações da sociedade como um todo definindo seus objetivos e atuando para sua consecução (SCHWARTZMAN, 1982: 53 *apud* SANTOS *et al* p. 33). O segundo aparece na história Rousseau, onde há delegação (representatividade) do povo através do contratualismo, negando até a própria textura do Estado, pois seriam classes dominantes que exerceriam sua vontade através deste.

Avançando para além destes conceitos à ordem capitalista e suas nuances na expressão do Estado, um deles seria, de acordo com Poulantzas, as “funções” do Estado, a “autonomia relativa” e a “unidade política”. Isto se refere mais ao operacional do que ao conceitual. Vale resgatar que há um consenso sobre o que determina o Estado como expressão da classe dominante que é o braço coercitivo

do mesmo. A forma violenta como poderá se manifestar e se manter no poder é determinante para estabelecer seu caráter diante da sociedade.

Por outro lado, os elementos citados acima se referem às outras formas, algumas subliminares, de como se mantém o Estado com um aparente distanciamento do modo de produção e do Capital em si como um sistema. É como se houvesse uma exterioridade, de acordo com Borges (1999). Outro aspecto que se refere à chamada “unidade política” trata-se das relações no interior do Estado que institucionaliza os interesses por vezes particulares de um grupo hegemônico, em interesse público (cargos, verbas, financiamentos, concessões e equipamentos, acesso à influência, favores e prestígio etc.) (BORGES, 1999).

O Estado moderno cumpre também um papel de regulador do próprio sistema de acumulação do Capital através das formas intervencionistas, isto é, das ditas Políticas Públicas. No movimento inerente ao modo de produção capitalista, que gera camadas de população em situação de precariedade, tais políticas cumprem uma função estrutural na ordem econômica capitalista. Por fim, temos a Legitimidade expressa por Borges (1999) com base nos estudos de Poulantzas e Schimdt (1983):

A legitimidade consiste na função ideológica em cuja base repousa a crença de que tanto o Estado quanto a estrutura econômica da sociedade – ou, de maneira mais ampla, toda a sociedade – são movimentados por ações individuais, que não se agregam nem se manifestam enquanto grupo ou classe social. São cidadãos livres e iguais e assim devem ser definidos e tratados na formalidade das leis e da estrutura jurídica, pois é nesse plano – mesclado de iniciativa individual e formalismo jurídico – que vem edificada toda a estrutura jurídica dos direitos políticos e suas implicações na consciência coletiva. “Um desgaste da legitimidade, portanto, tende a enfraquecer as relações orgânicas que sustentam a unidade contraditória encabeçada pelo Estado”.<sup>2</sup> (BORGES, 1999, p. 37).

As forças de autoritarismo brasileiras foram classificadas por Santos (1998) em *Integralismo, Estado Novo e Autoritarismo Instrumental*. A cada uma destas caracterizações o autor discorre e tenta explicar suas origens. De qualquer forma vai expressando o dinamismo de cada uma e suas relações com as concepções de Estado já existentes. Abaixo apresentamos um resumo de tais ideais:

---

<sup>2</sup> Grifo do autor.

Integralismo	Brasil - Colônia, fase Imperial e Primeira República	Idéia de “naturalismo das desigualdades” predominante nos anos 30
Estado Novo	1937 – 1945 – Azevedo Amaral e Francisco Campos eram seus nomes fortes	Justifica o Estado autoritário com a realidade nacional; defendem que os conflitos sociais são de natureza sociopática com necessidade de intervenção do Estado.
Autoritarismo instrumental	Desde o Brasil Colônia, Clãs Rurais, Chefes ou Caudilhos territoriais; Clãs eleitorais; Forças armadas década de 70.	Transitoriedade do exercício autoritário – este seria um “mal necessário” para edificação de uma sociedade liberal através de um Estado Forte. Estado para integração nacional.

**Quadro 1 – Resumo das forças de autoritarismo brasileiras. Adaptado de Santos 1999**

### **2.2.1 Uma visão panorâmica do Estado Brasileiro**

O Estado burguês no Brasil passa, entre 1930 e 1990, por vários regimes políticos: um regime provisório, ainda que pouco institucionalizado, entre 1931 e 1934; uma democracia representativa e pluripartidária entre 1934 e 1937; a ditadura estadonovista entre 1937 e 1945; uma nova experiência democrática (esta, mais durável) entre 1945 e 1964; a ditadura militar entre 1964 e 1984; um novo regime democrático a partir da constituinte de 1988 (STRECK 2006, p.117).

Streck ressalta um aspecto que considera importante nesse processo que ele denomina como um elemento que perpassa uma boa parte da história do Estado Brasileiro e que em 1990 se modifica. Até a década de 1990, haveria um compromisso com um projeto de desenvolvimento capitalista voltado para o Brasil, através de uma política estatal de apoio à industrialização nacional em substituição às importações. Contudo, a partir de 1988, com a abertura, ficou expressa (talvez construída durante a própria ditadura) a possibilidade de total controle do Estado Brasileiro e total dominação da economia brasileira pelo capital internacional (FMI, Banco Mundial, Os projetos nacionais tiveram um obscurecimento na década de 90.

### **2.2.2 Estado intervencionista e o que isto significaria a um país como o Brasil**

No Estado brasileiro, com suas peculiaridades, o intervencionismo estatal permeia nossa história. O intervencionismo seria, em tese, a condição de possibilidade para a realização da função social do Estado, contudo em nossa história serviu somente para a acumulação de capital e renda em favor de uma pequena parcela da população. Para Streck (2006), embora o Estado intervencionista represente uma espécie de amálgama capitalista, como projeto salvacionista em face do crescimento dos movimentos de massa, tornou-se, na verdade, o embrião da construção das condições da etapa que o sucedeu nos países desenvolvidos, o Estado Democrático de Direito (STRECK, 2006, p. 82).

Ainda no mesmo autor:

A globalização neoliberal-pós-moderna coloca-se justamente como o contraponto das políticas do *Welfare State*. Aparece como a nova face/roupagem do capitalismo internacional: a lógica geral da competição globalizante é inequivocamente concentradora. Daí não apenas fusões, mas, sobretudo, a exclusão de grandes massas de trabalhadores da possibilidade de inserção apta no mundo econômico, o desemprego, e a precarização do trabalho a desigualdade social crescente mesmo nos países em que o desemprego é comparativamente reduzido, e os indicadores exibem saúde e pujança econômica- em suma, aquilo que alguns têm chamado de “brasilianização” do capitalismo avançado. No caso brasileiro, acresce o fato de que nos inserimos mais precariamente no jogo, porque já somos o Brasil da pesada herança escravista e do fosso social (STRECK, 2006, p. 82).

É justo lembrarmos que esse texto faz parte de um momento histórico diferente do atual. Atualmente, o Brasil ocupa um espaço singular na esfera internacional. Com todas as ressalvas que possamos ter em relação aos últimos oito anos de governo Lula, ainda assim houve um movimento que deslocou o Brasil da posição desconfortável que ocupava. Embora isso não se reflita numa reversão das esferas do ponto de vista do Capital, pelo menos estamos numa escala mais aproximada de um Estado de Bem estar Social (a nosso ver).

Para que se possa estabelecer um parâmetro do que se tem hoje, propomos voltar nosso olhar à década de 1990, quando o estado neoliberal estava influenciando fortemente as políticas brasileiras. Por um período, de oito anos sofremos de forma acelerada os resultados das privatizações e das tendências ao Estado mínimo, ao menos no que tange às políticas sociais e dos trabalhadores.

Torna-se interessante frisar que tais políticas de estado mínimo que pregam a ausência do Estado se referem sempre às massas populares, pois a intervenção positiva do Estado no grande capital, como âncora de instituições bancárias são defendidas sorrateiramente pelos seus defensores.

Borges (1999) destaca alguns pontos proclamados pelos representantes do Estado Brasileiro na época:

- a. Crítica total ao intervencionismo estatal e ao gigantismo a que chegou a burocracia governamental no Brasil (como se tal modelo de Estado não tivesse nada a ver com os grupos e lideranças do liberalismo);
- b. Programa de desativação da presença estatal no setor produtivo e redução das ações do Estado ao mínimo da vida nacional (os mecanismos da desestatização foram, na verdade, as irresponsáveis de importantes empresas estatais: ex: Vale do Rio Doce; preços módicos; internacionalização do patrimônio. Conclusão, nem a economia brasileira é aumentada (competitivamente) nem o Estado paquidérmico é revertido);
- c. Flexibilização na legislação do trabalho, supressão de direitos sociais e modernização administrativa (esta última pela terceirização e avanço tecnológico, um dos grandes problemas causados é o comprometimento da capacidade de fiscalização e arrecadação pública).
- d. Reestruturação da Federação e do equilíbrio dos poderes para superar a hipertrofia do executivo. Na dimensão administrativa o paradoxo baseia-se no antigo reconhecimento da importância de oferta dos bens públicos para a superação dos mercados (Haggard & Kaufman). Essa disposição soa como música à tradição do liberal brasileiro, do capitalismo sem riscos, pois o libera para a plenitude da retórica e do discurso da conveniência – sumamente oportunista – enquanto mantém as atuais reformas orientadas para o mercado (BORGES, 1999, p. 45-46).

Ainda, segundo Borges (1999), existem alguns exemplos que representam problemas na política dos anos 1990:

- a) Governar por medidas provisórias;
- b) O Executivo usurpar da função legislativa de representação política;
- c) Afogar o parlamento e o desmoralizar seguidamente, desmoralizando, ademais, a Constituição, cujo sentido prevê a excepcionalidade do dito instituto;
- d) Reforçar o negociismo, a política fisiológica e as oligarquias na manutenção das maiorias parlamentares, de ilustrações mais acessíveis, sem esforço de memória, nos episódios de compra de votos para a reeleição e nas negociações para nova isenção das dívidas de ruralistas com as agências públicas. Em alguns casos para facilitar a negociação do pacote fiscal;
- e) As efusivas manifestações do presidente do STF, I.G., árbitro das eleições gerais de 1998, em prol de resultado eleitoral do

executivo, durante a última campanha do presidente FHC (BORGES, 1999, p. 46).

Já com relação aos últimos oito anos, apresentamos alguns dados concretos que podem nos indicar um caminho apropriado à reflexão que propusemos anteriormente:

Na área econômica a gestão do Governo Lula é caracterizada pela estabilidade econômica, e uma balança comercial com superávit. O endividamento interno cresceu de 731 bilhões de reais (em 2002) para um trilhão e cem bilhões de reais em Dezembro de 2006, diminuindo, todavia a proporção da dívida sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Concomitantemente, a dívida externa teve uma queda de 168 bilhões de reais ([http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article\\_id=1480](http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article_id=1480) acesso: 18/01/2011).

Ainda:

Durante o governo Lula houve incremento na geração de empregos. Segundo o IBGE, de 2003 a 2006 a taxa de desemprego caiu e o número de pessoas contratadas com carteira assinada cresceu mais de 985 mil, enquanto o total de empregos sem carteira assinada diminuiu 3,1%. Já o total de pessoas ocupadas cresceu 8,6% no período de 2003 a 2006 ([http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article\\_id=1480](http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article_id=1480) acesso: 18/01/2011).

Quanto ao fenômeno de sua aprovação como governo, trazemos notícias do mesmo site. Apesar de tais números estão desatualizados, os mantivemos para corroborar do ponto de vista do registro histórico. Contudo, vale corrigir que Lula termina seu governo em 2010 com 87% de aprovação popular.

Pesquisa do instituto Datafolha, divulgada no dia 17 de Dezembro de 2006, mostra que Lula era apontado espontaneamente por 35% dos entrevistados como o melhor presidente que o Brasil já teve. Ao final de 2002, Fernando Henrique Cardoso obtinha 18% de preferência. Depois de Lula, vinham FHC (12%), JK (11%), Getúlio (8%) e José Sarney (5%). Lula obtinha ainda a maior taxa de aprovação de um presidente brasileiro ao final de mandato captada pelo instituto (que faz essa medição desde a volta do país à democracia) - 52% consideravam seu governo ótimo ou bom. Após obter o recorde de aprovação de um presidente, (55% afirmavam ser seu governo ótimo ou bom em março de 2008, o maior índice desde o início das pesquisas em 1990), Lula volta a quebrá-lo em Setembro de 2008 com 64% de avaliação conceitual ótimo ou bom ([http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article\\_id=1480](http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article_id=1480) acesso: 18/01/2011).

Com tais informações, que na verdade se referem ao primeiro mandato do governo Lula, podemos estabelecer as premissas de que o Brasil não passou de fato por um processo revolucionário nos oito anos que se passaram. O grupo que trabalha na gestão ambiental vive bem perto dos problemas que ainda são feridas abertas no Estado brasileiro (vide a crise de identidade que vivem o IBAMA e ICMBIO, licenciamento de hidrelétricas, etc.). De fato, não houve uma inversão de prioridades, de ações transformadoras do processo produtivo. Os processos industriais e as matrizes energéticas ainda são as que causam muita poluição e injustiça social. A construção de barragens e a expansão das atividades poluidoras das indústrias de petróleo e gás ainda permanecem. Contudo, há que se admitir que o Estado brasileiro equilibrou-se de forma a garantir pelo menos uma estabilidade ao país e a própria política econômica quando faz a transferência de capital a uma parcela maior da população devolvendo seu poder de consumo.

Retomando o que foi afirmado acima com base em Streck sobre o Brasil não ter mais um projeto nacional (mesmo que desenvolvimentista), pode se perceber que houve uma recuperação do projeto nacional. Certamente não é algo estanque, há uma síntese dentro de um movimento dinâmico por dentro da história brasileira, onde houveram lutas e pressões, utopias e desencantos, avanços e recuos em busca de hegemonia. Reforçando a concepção gramsciana de Estado, há espaço nas instituições políticas onde a sociedade pode e deve disputar mesmo por dentro do Estado burguês. Através dos pequenos ganhos vai se avançando na direção desejada. Para onde vai pender a correlação de forças depende do movimento social e das lutas que se tem capacidade de estabelecer.

### 3 A NATUREZA DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

O que se imagina quando se pensa em educação está intimamente ligado à nossa concepção de mundo, das relações homem/mulher e suas trocas metabólicas com a natureza (Marx). No contexto da educação libertadora, Paulo Freire (1982) afirma:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade do meu *eu* (FREIRE 1982, p. 41).

No caso específico da educação ambiental na gestão pública (licenciamento ambiental), não colocamos o foco na educação formal, contudo não desprezamos a importância desta na conformação social. É fato para nós a importância estratégica da educação no processo de transformação social e econômica de um país. Vide a revolução cubana o quanto nos serve de exemplo o trabalho desenvolvido na medicina. Cabe ressaltar que essa é apenas uma parte da importância da educação. Por outro lado, não se tem uma produção científica extensa sobre a educação não formal e informal no Brasil e no mundo, e isso reforça a importância da educação formal, pois nossos parâmetros ainda estão nesse sistema. Assim, é a partir dela fazemos a reflexão que se expande para os projetos e programas em educação ambiental no licenciamento ambiental federal. O processo social, educativo e coletivo que se estabelece em tais projetos e programas trazem como desafio a tarefa educativa e transformadora, e para que seja possível a emancipação dos

sujeitos envolvidos nesse processo torna-se fundamental os elementos estruturantes expostos por Freire: a capacidade de sonhar, projetar, trocar experiências, vivenciar, discutir, defender suas posições e idéias, ter raiva, indignação, porque o sujeito da ação é capaz de amar e ter utopia.

Sobre a relação do dirigente (educador) com os educandos, Vygotsky reforça:

A pedagogia se revela sob o aspecto da luta. “Em face da estrutura caótica da sociedade capitalista, três quartos das modernas diretrizes sociais constituem um sistema de sociofobias, ou seja, de uma hábil abstração pelo organismo de ações válidas. Por isso educar no organismo uma sólida resultante social em sua maior parte é uma luta encarniçada ora latente, ora evidente entre o educador e o educando. Por isso a sociologia (pedagogia, psicoterapia) não deve e nem pode ser apolítica. O verdadeiro sociólogo, ou seja, o educador e não o gramofone, sempre é político. A educação dos reflexos sociais é a educação da linha social do organismo, ou seja, a educação não pode deixar de ser, política. A pedagogia (sociologia) nunca foi apolítica uma vez que ao trabalhar com o psiquismo e os reflexos sociais, sempre infundiu, voluntária ou involuntariamente, essa ou aquela linha social, ou seja, política em correspondência com os interesses da classe social dominante que a orientavam” (ZALKIND, 1930, p.155, 157-8 *apud* VYGOTSKY, 2004 p. 459).

Nessas afirmações, identificamos também Paulo Freire quando posiciona os educadores na diretividade e na postura política. Percebemos que, no contexto em que escreveu Vygotsky, já havia esse entendimento de que está implícita na ação do educador a sua concepção de mundo e o modo como o mesmo se posiciona enquanto classe social.

Ao pensar em emancipação dos sujeitos, nos reportamos a movimento, à luta social, e nesta linha temos pelo menos dois ângulos, senão mais. O primeiro seria a ação humana na história, no processo civilizatório da sociedade. Começaremos, por aí afirmando que essa ação, do ponto de vista do materialismo histórico dialético, é intermediada por avanços e retrocessos intermináveis, pois é parte da sua natureza. Tal ação se dá através de grupos organizados que chamamos de movimento político, social e ou movimento popular. Buscamos então uma conexão da educação neste contexto que podemos chamar, conforme alguns autores já se referiram, de “educação das massas” (MÁXIMO, 2000), isto é, da relação da educação e seus processos, com o movimento mais amplo da sociedade:

Um primeiro dado a ser lembrado, em função do estudo da articulação entre atividade política e atividade acadêmica, cujo pressuposto é a necessária articulação entre teoria e prática, diz respeito à formação intelectual de Gramsci. Essa formação se dá nas mesmas turbulências que foi sua vida pessoal. Fora educado fundamentalmente por três instâncias que se complementam: pela escola formal (na qual não fez um percurso regular), no envolvimento com as lutas do movimento operário italiano, particularmente o de Turim, e no partido político, onde atuou em várias esferas, inclusive como membro da III Internacional. A conexão desses elementos, na forma como eles se deram, é fundamental para se compreender o seu legado intelectual, sobretudo a sua esparsa tematização (MÁXIMO, 2000, p.89-90).

A despeito dessas afirmações, pensamos no que diz Freire com relação ao efeito que essa atividade social tem no intelectual:

É preciso que desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transmitir conhecimentos, conteúdos nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996 p.23).

Dessa forma, a relação que se estabelece como pré-condição para a aprendizagem entre educadores e educandos num processo de formação eficiente precisa ter como principio orientador a capacidade de se deixar envolver, apaixonar-se, ser tocado pelos ideais do povo, dos sujeitos da ação educativa. Um processo autêntico de formação tem como indicador o quanto ele é capaz de influenciar os educadores que nele estão inseridos, estes precisam sair transformados do processo sob pena de se chegar a conclusão de que não alcançou seus objetivos educativos.

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação, esquece que as circunstancias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem ser educado ela tem, por isso de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. .

A coincidência entre a altera[ção]das circunstancias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e, racionalmente, entendida como *prática revolucionária* (MARX, 2007, p. 533-534).

Então, se partimos do pressuposto que a ação transformadora, o movimento social e popular estabelecido com as massas tem um caráter altamente educativo, temos que considerar que esse movimento “com” exige o comprometimento do educador e ou educadora. Não é possível considerar-se apolítico e/ou imparcial, neutro. O educador precisa ser educado junto com as massas, no movimento, ao permitir-se ser enfrentado, desafiado nas suas idéias e argumentações. Isto significa despojar-se do autoritarismo que coloca o conhecimento científico num patamar acima do conhecimento popular e ou tradicional.

A respeito desta relação, temos:

Se na educação como situação gnosiológica, o ato cognoscente do sujeito educador (também educando) sobre o objeto cognoscível, não morre, ou nele se esgota, porque, dialogicamente, se estende a outros sujeitos cognoscentes, de tal maneira que o objeto cognoscível se faz mediador da cognoscibilidade dos dois, na teoria da ação revolucionária se dá o mesmo. Isto é, a liderança tem, nos oprimidos, sujeitos também da ação libertadora e, na realidade, a mediação da ação transformadora de ambos (FREIRE, 1982 p. 150).

Ainda:

O esforço revolucionário de transformação radical destas estruturas não pode ter na liderança, homens *do quefazer* e, nas massas oprimidas, homens reduzidos ao puro *fazer*. Por isto na medida em que a liderança nega a práxis verdadeira aos oprimidos se esvazia, conseqüentemente na sua. Tende desta forma, impor sua palavra a eles, tornando-a assim, uma palavra falsa de caráter dominador. Instala, com este proceder, uma contradição entre seu modo de atuar e os objetivos que pretende ao não entender que, sem o diálogo com os oprimidos, não é possível práxis autêntica, nem para estes nem para ela. O seu que fazer, ação e reflexão, não pode dar-se sem a ação e a reflexão dos outros, se seu compromisso é o da libertação (FREIRE, 1982 p.146).

Com estas citações comprovamos a atualidade das palavras de Paulo Freire, que assim como Gramsci foi um homem que viveu plenamente o seu contexto histórico e político, não se furtando a participação no sistema educacional do Brasil. Para quem vive hoje a realidade dos processos sociais no país, a luta social, seja dos pescadores e pescadoras artesanais, seja dos quilombolas e/ou dos agricultores familiares e dos sem terra, sabe o quanto temos que avançar na discussão do método e da relação intelectuais e a massa.

### **3.1 Contexto histórico da região costeira no Brasil diante dos desafios do processo educativo**

Os ecossistemas costeiros e marinhos não são somente ambientes de grande beleza cênica, são o palco onde os homens lutam pela sobrevivência, retirando bens e serviços em situações de tensões e riscos de vida (DIEGUES, 2006, p.17).

Começamos propondo a reflexão de que apesar de atualmente ser impossível pensar a vida moderna sem o petróleo, existem consequências da expansão capitalista. De acordo com Pasquotto (2005) a zona costeira no Brasil possui em torno de dois milhões de pessoas, as quais são responsáveis por 60% do volume de pescados. Além dessa, temos o que restou da cultura indígena e dos negros, dentre os quais se encontram remanescentes de quilombos; alguns misturam-se à realidade da pesca, outros sobrevivem da agricultura familiar. Contudo, a vida dessas populações tem sido afetada no seu modo de viver próprio por conta da exploração e produção do petróleo e gás no mar do Brasil. Esses empreendimentos trazem consigo diferentes impactos, tais como o inchaço das cidades próximas às suas bases e a consequente especulação imobiliária, poluição visual e potencial de derramamento de óleo no mar, poluição esta advinda do processo produtivo. Temos ainda o incentivo ao turismo de veraneio e outras tantas formas que acabam por realocar as novas gerações que tendem a abandonar a atividade tradicional para se estabelecer na periferia do capitalismo, no subemprego ou na precarização da informalidade.

De acordo com as orientações pedagógicas do IBAMA (2005):

Neste sentido, as consequências dos riscos e danos ambientais para a sociedade bem como a assimetria na distribuição de custos e benefícios decorrentes de tais riscos, passariam a ser evidentes para os grupos sociais envolvidos em processos educativos. Daí o desafio de se organizar ações educativas que desenvolvam capacidades (conhecimentos, habilidades e atitudes), para que os diferentes grupos sociais afetados por empreendimentos objeto de licenciamento: Percebam a escala e as consequências explícitas e implícitas dos riscos e danos socioambientais decorrentes destes empreendimentos no seu cotidiano; Se habilitem a intervir, de modo qualificado, nos diversos momentos do processo de licenciamento ambiental, produzindo, inclusive, suas agendas de prioridades (IBAMA, 2005, p, 06)

Contudo tem outro conceito que queremos recuperar neste universo, é o de vulnerabilidade, a nosso ver as populações vulneráveis no contexto acima exposto são as comunidade que mantêm traços do seu modo de viver próprio embora afetadas pelos impactos capitalistas. Dessa forma diferenciamos de grupos sociais que já perderam as características do ponto de vista produtivo e social, por exemplo, favelas. Isto é, os que estão nas periferias dos grandes centros, mesmo que tenham raízes no rural ou na pesca, já não possuem mais os elementos estruturantes da comunidade, o que torna o trabalho diferente do que o proposto às populações com características tradicionais.

Nesse contexto está o desafio da construção de processos educativos que contenham propostas alternativas de sobrevivência e resistência dessas populações reforçando sua reprodução social e simbólica, sua cultura, através da manutenção de elementos do seu processo produtivo, trabalhando os aspectos coletivos e se necessário de complementação de renda. No que tange à pesca, não se pode aumentar o esforço na captura por conta da exploração e sobreexploração das espécies. Isso nos leva a trabalhar com maior intensidade na busca de soluções conjuntas e criativas.

As dificuldades encontradas são variadas, algumas das quais dizem respeito ao distanciamento existente entre o conhecimento científico e o saber tradicional. , a formação acadêmica não têm preparado os profissionais para lidar com os desafios da articulação dos saberes numa realidade complexa como encontramos na comunidades da costa brasileira. Torna-se importante ter consciência de que não é por acaso que isso ocorre, faz parte da hegemonia do tecnicismo educacional inerente ao sistema capitalista que permeia nossas instituições de ensino. Em trabalho anterior, decorrente da dissertação de mestrado, Pereira (2006) já expúnhamos essa reflexão:

Paulo Freire muito falou e praticou uma educação comprometida, banindo do seu horizonte educativo a neutralidade. Também superou o ensino como depósito de conhecimento e a transmissão de conteúdos. Tudo isso parece já consenso entre nós. Porém, talvez por conta de nossa própria formação, ainda reproduzimos alguns desses conceitos que condenamos. Às vezes, não avaliamos por que os trabalhos que propomos não dão certo no cotidiano das comunidades. E, muitas vezes, por conta de uma metodologia imprópria para a mediação que se almeja realizar (PEREIRA, 2006, p, 28).

Tal realidade da educação brasileira está sempre em disputa, é uma realidade dinâmica permeada por lutas sociais, tanto pelos profissionais da educação, por melhores condições de trabalho quanto pelos movimentos sociais e populares ao longo dos anos. As mudanças sempre foram marcadas nas constituições que fazem parte da nossa história, constituições e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Se partirmos do pressuposto de que a política de educação é um mero instrumento do estado, por outro lado, de forma dialética sabemos que a possibilidade de superação das formas alienantes do estado burguês pode estar na educação. Sendo assim, nos questionamos qual educação seria capaz de ir além da lógica do capital como nos afirma Meszaros (2006).

Embora aparentemente a educação ambiental no contexto da gestão ambiental pública, através do licenciamento, não se relacione diretamente com o ensino formal, somos influenciados por tal sistema, pois os profissionais que são responsáveis tecnicamente pelo desenvolvimento dos programas e/ou projetos são produtos deste sistema. Sendo assim, torna-se interessante tentar compreendê-lo para que possamos interagir com ele.

Alguns dos movimentos populares tiveram no Brasil um apogeu no final da década de 1950 e início de 1960, antecedendo o corte histórico com o golpe militar de 1964. De acordo com Shiroma *et al.* (2004):

Aqueles foram anos de embate e de vitória de forças conservadoras – não se pode esquecer que eram tempos de guerra fria agravada com a vitória de Fidel Castro em Cuba, em 1959, o que favorecia o clima de radicalização ideológica no país. Mas o foram também de intensa efervescência cultural e política. O país convivia com as contradições de uma crise econômica decorrente da redução dos índices de investimentos, da diminuição da entrada de capital externo, da queda da taxa de lucro e do crescimento da inflação. Crescia a organização de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, estruturavam-se as ligas camponesas, estudantes fortaleciam a União Nacional dos Estudantes (UNE), militares subalternos organizavam-se. Mobilizações populares reivindicavam Reformas de Base – reforma agrária, reformas na estrutura econômica, na educação, reformas enfim, na estrutura da sociedade brasileira. Essa movimentação repercutiu intensamente no campo da cultura e da educação. (SHIROMA *et al.* 2004, p, 30)

Naqueles dias, conforme exposto, muitas ações estavam ocorrendo, dentre as quais destacamos as de educação popular liderada por um intelectual conhecido

por nós, que é Paulo Freire, como também sua proposta de alfabetização dos trabalhadores de forma significativa e engajada, fazendo isso como uma estratégia de mudança da situação de injustiça social em que se encontrava o Brasil na época. Continua Shiroma *et al.* (2004):

Os chamados “movimentos de educação popular, articulados no início dos anos de 1960, tiveram atuação surpreendente e atraíram intelectuais e militantes preocupados com questões educativas. Expressam bem esses movimentos: os Centros Populares de cultura, os celebrados CPCs da UNE, que levavam “o teatro ao povo” improvisando a encenação de peças políticas em portas de fábricas, sindicatos, favelas. Os movimentos de Cultura popular, os MCP, originários de Pernambuco e Rio Grande do Norte, que inauguravam programas de alfabetização eficientes e altamente politizados, como o de Paulo Freire e o “de pés no chão também se aprende a ler”, liderado por Moacyr de Góes. O Movimento de Educação de Base, o MEB, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e às forças progressistas da igreja católica, que chegou a criar um sistema de radiodifusão educativa. (SHIROMA *et al.*, 2004, p. 31)

Apesar de nas últimas décadas terem se produzido muitas obras em torno da temática educacional, ainda é viva a lembrança para nós educadores da obra e pessoa de Paulo Freire, assim como foi admirável sua estratégia de alfabetizar os populares para que pudessem intervir na vida política do país. Lembremos que na época não era permitido ao não letrado (dito analfabeto) votar, sendo excluído então desse ato de cidadania. Paulo Freire, homem de comprometimento social e político com as classes populares, compreendeu que antes de ler o código escrito havia uma leitura de mundo por parte dos sujeitos e também que a alfabetização dos adultos trabalhadores precisava ser significativa para que pudesse tornar tal sujeito um cidadão ativo e crítico capaz de propor alternativas e construir a sua e nossa história.

Após os obscuros anos de ditadura militar e o retorno da democracia como resultado de uma pressão que foi aumentando de dentro para fora através de lutas tímidas que aos poucos ganharam força diante da desigualdade e injustiça social, finalmente tivemos as diretas em 1980. Depois, a constituinte e, por fim, a promulgação da nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988. Esta, por sua vez, resultou de anos de movimentos e reivindicações que não estão enraizados como gostaríamos na lembrança dos jovens brasileiros. Em geral as pessoas desconhecem a história de lutas que originaram os direitos atuais, o direito ao voto

universal, a política para crianças e adolescentes, a defesa dos direitos humanos, das mulheres, etc. Os direitos fundamentais que se materializaram em nossa Constituição resultam de uma árdua luta de trabalhadores e trabalhadoras da sociedade brasileira. Essa memória poderia caracterizar a cidadania de um povo, isto é, estabelece o grau de comprometimento com as normas resultantes de tais direitos adquiridos. A natureza de uma legislação é que ela seja dada a conhecer para todo povo, pois essa é a condição fundamental para o exercício da cidadania. A CF de 1988 requer uma regulamentação posterior para que o direito se efetive, o que geralmente passa pelas diferentes esferas da União, estados e municípios; contudo, temos um instrumento jurídico para as exceções. CURY (2002, p. 20) esclarece:

Para assegurar tais direitos e o seu exercício quando da inexistência de uma norma reguladora dos mesmos, a Constituição prevê a figura do mandado de injunção no artigo 5º. LXXI. Trata-se de uma forma privilegiada de proteção de um direito ou liberdade quando o citado direito carece de uma norma reguladora. (CURY, 2002, p. 20)

Portanto, para sinalizarmos o nosso conceito de cidadania e pensarmos na situação da educação ambiental na atualidade, reafirmamos que temos um acúmulo histórico que precisa ser considerado em nossas reflexões assim como em nossas propostas. Esse acúmulo se materializa em normas e regulamentações que foram conquistadas dos movimentos, mas sofrem críticas na ideologia burguesa como se fossem um mero assistencialismo do Estado para com as classes trabalhadoras, vale ressaltar ainda que com o avanço das políticas neoliberais, os grupos sociais da classe trabalhadora passaram a ser categorizados numa generalização como “pobres”. Nesse contexto, poderíamos citar as bolsas escola e família, assim como o seguro defeso destinado a garantir a subsistência de famílias de pescadores e pescadoras no período de reprodução das espécies de peixes e que tem servido como sustento das famílias que vivem da pesca.

O atual sistema político brasileiro, seja educacional ou social, é resultante de uma história de lutas e tentativas de construir um sistema de políticas de estado, através da participação popular nas diferentes constituintes e constituições do Brasil, tais como o manifesto de 1930, no caso da educação, e outros momentos históricos. Uma análise do movimento, do ponto de vista do materialismo dialético histórico, nos

facilita compreender o desafio que se enfrenta para se construir um campo de conhecimento e ou um espaço político estruturado como o que se busca na educação ambiental no processo de gestão. Enfim, temos um longo caminho a percorrer.

### **3.2 Breve histórico da Educação Brasileira**

A seguir apresentamos uma breve retrospectiva da história da criação do nosso sistema educacional com base em Saviani (2004). Começamos com a primeira manifestação de plano, no âmbito educacional, dada pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, lançado em 1932. Este, após diagnosticar o estado da educação pública no Brasil, e constatar que não era bom, formulou um “Plano de reconstrução educacional”, que é a idéia de sistema educacional eficaz para uma sociedade determinada.

O planejamento educacional é, nas diferentes circunstâncias, um instrumento de política educacional. Trata-se, no entanto, de uma política que, visando atender efetivamente as necessidades educacionais da população como um todo, busca introduzir a racionalidade social, isto é, o uso adequado dos recursos de modo a realizar o valor social da educação.

O Plano Educacional Brasileiro tem como objetivo dotar o sistema com um conjunto de diretrizes e metas que possam orientar e balizar a política educacional do nosso país. É constituído por uma forma que define claramente as prioridades que são desdobradas em metas objetivas.

Para cada grau e modalidade do ensino, define-se essas metas de forma clara e objetiva para facilitar o atendimento público e o seu acompanhamento pela sociedade civil. Além disso, há também a definição de responsabilidades da União dos Estados e Municípios.

Esse plano sugere também a provisão para as escolas de equipamentos de tecnologia educativa e de comunicação, bem como a expansão do atendimento aos alunos com necessidades especiais e a ampliação gradual de oferta de vagas na educação superior, tanto em instituições públicas quanto privadas.

Quando partimos da visão de que existe um movimento dinâmico na história e que neste a educação esteve imbricada nas diferentes formas usadas pelas forças

que buscaram se estabelecer no país, com suas disputas e tentativas de domínio, então, torna-se relevante resgatarmos que entre 1946 e 1964 observa-se uma tensão entre duas visões de Plano de Educação. Por um lado, temos o nacionalismo desenvolvimentista, que atribuía ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país; por outro, aquela que defendia a iniciativa privada. Essas duas tendências participaram do projeto da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Saviani, 2004). Em 1959, Santiago Dantas salientou a necessidade de o projeto criar as condições para a construção de um sistema voltado para a realidade e as necessidades do desenvolvimento brasileiro.

Na edição da LDB, prevaleceu a tendência que defendia a liberdade de ensino e o direito da família de escolher o tipo de educação que deseja para seus filhos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada em 1961. Em 1962, o Conselho Federal de Educação elaborou um documento em que procurou traçar as metas para um Plano Nacional de Educação e estabelecer as normas para a aplicação dos recursos.

Em 1964, o protagonismo no âmbito do planejamento educacional transfere-se dos educadores para os tecnocratas. Com o advento da “Nova República”, elaborou-se o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989). Em 1993, foi editado o “Plano Decenal de Educação para Todos”, cuja elaboração foi coordenada pelo MEC para a “universalização da educação fundamental e erradicação do analfabetismo”. Em 1997, o MEC divulgou um documento denominado “Plano Nacional de Educação”, que teve como proposta inicial um amplo processo de consultas e debates, considerada como inviável pela rigidez dos prazos, limitação que se pretende contornar através da recuperação, como subsídio básico à elaboração do PNE (Plano Nacional de Educação), da experiência acumulada quando da discussão do Plano Decenal (Saviani 2004).

Até o momento, nos referimos à organização da educação formal do país entendendo que podem estar engendradas, nessa história as saídas para a causa dos problemas atuais nas comunidades costeiras e pesqueiras e na educação formal. Apesar de entendermos que a educação não é a única forma de transformação da sociedade, acreditamos que ela cumpre um papel estratégico. Entretanto, do mesmo modo, entendemos que existe educação para além do sistema escolar.

Nesse sentido, acrescentamos novos elementos que dizem respeito à educação não formal e informal. Começamos apontando alguns conceitos já existentes. Gohn (2006, p. 28) traça um comparativo entre as três esferas educativas:

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento Trata-se do processo de socialização dos indivíduos. A educação não- formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (GOHN, 2006, p. 28)

A partir da linha de pensamento acima, fazemos um exercício teórico em que primeiramente esclarecemos a que educação estamos nos referindo quando tratamos de programas de educação ambiental com foco nas comunidades costeiras e pesqueiras, neste caso, a não formal. Como nossa reflexão está ancorada no método dialético materialista e histórico, fundamentamo-nos nas leis da dialética. Dessa forma, a educação não formal, embora contrária à educação escolar (formal), mantém propriedades semelhantes, expressando-se como um contrário complementar. Para que essa educação se consolide, precisa negar características da educação formal que não julgamos adequadas à realidade social e ao processo emancipatório, que são as escolas e a reprodução do sistema das relações de dominação etc. Contudo, nessa proposta, a educação não formal incorpora algumas propriedades da formal, tais como o processo educativo, a diretividade política, a responsabilidade do Estado e a apropriação das ferramentas necessárias para uma intervenção efetiva nos processos social, político e econômico do país.

Para que isso seja possível, a educação não formal necessita de um espaço definido, onde possua políticas definidas e orçamento para seu desenvolvimento; não pode estar solta. Nesse sentido, apresentamos outro conceito que traz a educação não formal como a educação na gestão ambiental e pública. Em Quintas

(2004, p. 118), encontramos uma reflexão sobre a educação ambiental no processo de gestão que nos remete a um conceito de educação não formal.

[...] ao se falar em Educação no Processo de Gestão Ambiental, não está se falando de uma nova Educação Ambiental. Está se falando sim, em uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações. Neste sentido, esta proposta é substancialmente diferente da chamada Educação Ambiental convencional cujo elemento estruturante da sua prática pedagógica é o funcionamento dos sistemas ecológicos (Layrargues, 2002). A proposta praticada pelo IBAMA referencia-se em outra vertente, a da Educação Ambiental Crítica que, segundo Layrargues (2002:189) “é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos sócio ambientais”. (QUINTAS, 2004, p, 118)

A educação não formal aliada à gestão ambiental pública ganha um sentido e uma intencionalidade. Considerar a educação não formal como algo espontâneo não deixa espaço para processos de ensino-aprendizagem estruturados. Na verdade, quando nos referimos a uma não formalidade, estamos nos reportando a uma educação que não está engajada no sistema escolar de ensino. Porém, não se pode deixar de encará-la como um processo que necessita de diretrizes políticas e um planejamento. Para Loureiro (2009, p.29):

[...] compete à educação ambiental no licenciamento a ação educativa não-formal. A dimensão formal se refere fundamentalmente à dimensão curricular e não apenas ao ato de se realizar atividades na escola, tal como expressa a PNEA e a LDB, é de competência das instâncias de ensino. A confusão entre o que cabe a educação formal e não formal gera problemas de atribuições entre órgãos ambientais, de educação, empresas e organizações populares. (LOUREIRO, 2009, p, 29)

Loureiro se refere aos equívocos básicos que ocorrem nos projetos de educação ambiental, que seriam expressar-se como ações pontuais de atividades extra-curriculares nas escolas. Quanto às questões de diretividade da educação não formal que defendemos, significa que temos que nos posicionar sobre várias questões. Uma que consideramos fundamental é quanto ao público prioritário da ação educativa, e outras são as respostas àquelas famosas perguntas: Quem,

quando, como e por quê? Não podemos pensar num processo educativo sem uma estruturação básica.

A visão defendida por Quintas e Loureiro, acima citados, abre possibilidade de qualificar as relações que se imbricam nos programas e projetos de educação ambiental das condicionantes ambientais dos empreendimentos. Historicamente, tais projetos não contam com critérios e parâmetros rígidos. O que se tem está muito ligado a visão de uma educação espontaneísta por conta de não se tratar de educação escolar. Confundem-se com propostas amparadas em psicologia social, relações interpessoais e comportamentais, não realizando de fato um processo educativo planejado pedagogicamente e expressando-se de forma pontual.

Apesar de estarem em posicionamentos distintos, Quintas e Gohn concordam que a educação não formal se dá num processo coletivo e atende a questões de grupos sociais específicos. Vejamos esta passagem de Gohn (2006, p. 29):

A educação não-formal ocorre em ambientes e situações interativo construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados. (GOHN, 2006, p. 29)

Por fim, nossa proposição é que se estabeleçam novas referências em educação, o sistema nacional de ensino escolar, a educação na gestão ambiental e a educação informal. Esta última ligada aos costumes dos povos, às famílias, sistema de comunicação de massa, etc. No entanto até mesmo a educação informal é regrada por diferentes instituições sociais oficiais, como o sistema legal de proteção à criança e adolescente, orientação e controle de programas de rádio e televisão, etc. Também sofre influência de convenções sociais não oficiais, contudo legítimas, que vão se construindo na história dos povos nas diferentes sociedades, podendo variar de acordo com a cultura local. Por exemplo, o critério de normalidade para práticas sociais variam de acordo com países e culturas, tendo um parâmetro no respeito aos direitos humanos e conceitos como cidadania.

### 3.3 Revisitando a educação ambiental

Em 1999, foi promulgada uma lei que dispõe sobre a política nacional de educação ambiental (9.795/99), regulamentada pelo decreto nº 4.281/02 que cria um órgão gestor da educação ambiental. Na política nacional, já é uma realidade a integração do conselho nacional de educação e o conselho nacional de meio ambiente; há que se concretizar isso nos municípios. Nossa proposta é promover essa integração, identificando as interfaces de tais conselhos e desvelando concepções e práticas dos conselheiros no sentido de contribuir para a política municipal de educação ambiental.

Art. 1o A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade (BRASIL, 2002).

Não é nosso propósito discorrer aqui sobre a longa trajetória da EA. Apenas contextualizamos nossas reflexões no sistema existente para que fique claro que consideramos fundamental uma estrutura política que sustente as ações num plano estatal e organizado. De qualquer forma, consideramos o movimento social e político que historicamente vem constituindo o campo da EA no mundo e seus reflexos no sistema nacional. Porém, nossa posição é que apesar de sua história de luta a EA carece de uma hegemonia no campo da esquerda onde a democracia esteja ancorada em ideais revolucionários.

Novamente, buscamos nas leis da dialética, alento para explicar nosso posicionamento. Agora se trata da lei geral da passagem das mudanças quantitativas às qualitativas. Comparativamente, embora tenhamos uma grande quantidade de eventos, seminários, congressos de EA, a passagem à qualidade destes não é uma garantia. Nesse sentido, qualidade significa a transformação das propriedades que compõem o objeto, no caso, o fenômeno social. Para que houvesse uma mudança concreta promovida por essa série de ações, seria necessário que houvesse rompido com os padrões da educação e das políticas sistêmicas como um todo (econômica, política e social). Isto é, pode até ter havido

uma “evolução” nesse processo, gerando visibilidade, adesão e diversidade, mas não houve uma “revolução”, uma mudança significativa nos padrões estabelecidos pelo sistema capitalista.

Atualmente, temos uma imensidão de ações desconectadas entre si. Múltiplas visões se imbricam no campo da EA. Não há um bloco hegemônico, forte, capaz de enfrentar problemas estratégicos do país e do mundo. Ainda estamos marginalizados diante do poder econômico. Assumimos as mazelas do próprio sistema de ensino formal que vai sempre a reboque das grandes questões. Assim, reafirmamos a importância da demarcação da educação ambiental no processo de gestão. A partir daí, influenciamos mais diretamente nas esferas de poder através do licenciamento ambiental e das decisões que afetam a população e o país como um todo.

Nessa perspectiva, vale lembrar o posicionamento daqueles que trabalham sistematicamente no espaço da gestão ambiental pública e que defendem que a educação ambiental na gestão pública e conseqüentemente no licenciamento federal está no contexto de uma educação ambiental de caráter crítico e transformador (Quintas, 2004, p. 118). No entanto, ela não se enquadra no senso comum de educação ambiental não formal, pois é institucionalizada em órgão federal de gestão ambiental. O que se necessita é reafirmá-la no âmbito do seu aporte legal (PNEA e Pro NEA). Devido ao caráter do licenciamento ambiental e da assimetria social que enfrenta nos processos decisórios, a EA na gestão se pauta nas premissas da teoria crítica e da educação emancipatória.

## **4 A GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA E O LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NO MAR DO BRASIL**

### **4.1 O senso de público do licenciamento ambiental e a importância do funcionalismo (servidores públicos) no processo de consolidação do SISNAMA.**

Ao abordarmos o licenciamento e a gestão ambiental com foco na educação, nos remetemos imediatamente a algumas figuras que marcam a trajetória desse campo de saber prático. A seguir, citamos alguns deles, ressaltando que deixaremos de mencionar muitos incógnitos que com certeza contribuíram nesta construção, são eles técnicos e funcionários públicos de grande valia para a construção do bem comum, pessoas que participaram do processo com todo esforço que a *função* exige. Dessa forma, estamos afirmando a importância da noção de servidor público no bom desempenho do papel do Estado. Para ilustrar, abrimos um parêntese para fazer uma pequena reflexão sobre a palavra *função*. Tal conceito é dado a partir do método de investigação social denominado *Análise estrutural-funcional*, e diz respeito a dois pensadores, Parsons e Merton, sociólogos norte-americanos. Em Triviños (1987, p. 83), encontramos a seguinte afirmação:

Merton faz uma revisão do significado da palavra *função* porque pensa que esse vocábulo em Sociologia não está absolutamente claro. Merton considera que os significados de função, podem ficar reduzidos a cinco. Em linguagem popular, diz que a palavra *função* significa “reunião pública”, “cerimônia”. Outro conceito também usado por Weber, é sinônimo de *ocupação*. O terceiro significado diz relação com o cargo ou posição política. Daí deriva o conceito comum de *funcionário*. Uma quarta dimensão apresenta-se nas matemáticas (Leibniz), se refere a *função* como “uma variável

considerada em relação a uma ou mais de outras variáveis, em termos da qual se expressa ou de cujo valor depende seu próprio valor". O quinto conceito é fundamental na análise funcional. (TRIVIÑOS, 1987, p, 83)

Apesar de não ser esse o nosso foco, torna-se interessante e necessário pensarmos em como os significados vão se relacionando na história e como se forma o *senso comum*. As palavras designam atos e atitudes que muitas vezes nos são impostas pela sociedade e pelo Estado organizado sem uma reflexão crítica de nossa parte.

Ilustrando o tema licenciamento e a palavra função como algo público, que poderá ser encarada como provedora de um bem comum, faz-se questão de citar pensadores do processo de educação ambiental na gestão pública, são eles em primeiro lugar o professor José Quintas, a cujo grande senso de ocupação de uma função pública fazemos alusão, como também à equipe que compôs a CGEAM, coordenação geral de educação ambiental do IBAMA, com sede em Brasília e com núcleos nos estados, os NEAs Na seqüência (literalmente no tempo), temos a criação da Coordenação de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro (CGPEG), que vem desempenhando um papel de importância na conjuntura do país, consciente de sua missão e *função* pública. Esse conjunto de funcionários públicos tem exercido num tempo histórico uma prática social através da qual promovem discussões, debates e produzem conhecimentos sobre o tema em questão, a princípio difuso, que seria a educação ambiental no processo de gestão, tudo isso para além dos seus afazeres cotidianos e específicos.

A partir desse movimento lento e cheio de dificuldades na máquina burocrática do Estado, a idéia foi se espalhando, ganhando força e respaldo em novos espaços, entre eles as universidades. Nesse espaço, temos uma produção acentuada de Loureiro (2004, 2005, 2006, 2007, 2009), Anello (2006 e 2009), e os que usaremos mais adiante como Layrargues, Guimarães, e outros.

Dessa forma, já estabelecemos o sentido histórico e fragilmente humano dessa temática, e a partir daí começamos de fato a falar do contexto do licenciamento e das ações que geram a busca de participação das comunidades costeiras nesse processo. Costumamos lembrar que o SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente é mais antigo que o SUS – Sistema Único de Saúde, embora este seja mais bem conhecido pela população em geral. De fato, não há

quem já não tenha ouvido falar do SUS; pode até não saber o que significa literalmente a sigla, mas sabe que se trata do sistema público de saúde e geralmente tem opinião sobre o seu funcionamento. Deveríamos nos perguntar porque isso não ocorre com o SISNAMA? O acesso às políticas ambientais ficou perdido no espaço-tempo do recurso natural tratado como mercadoria no mundo capitalista globalizado.

Em Anello (2009), encontramos semelhança de afirmações:

Cabe salientar que o processo de licenciamento de atividades poluidoras é recente no Brasil. No petróleo, a primeira norma específica data de 1994; em 1997, os procedimentos são regradados de forma mais universais pela Resolução CONAMA 237; em 1999, é promulgada a Lei 9795 que estabelece a PNEA; e, em 2002, é regulamentada por decreto. Portanto, é muito recente, tanto do ponto de vista de desenvolver expertise técnica para desenvolvimento de projetos quanto para desenvolver normas de procedimentos para avaliação e elaboração.

A ação finalística foi sendo executada, as licenças emitidas e as normas e procedimentos sendo definidos no fazer, o que proporcionou uma série de mudanças de perspectiva, de abrangência e as definições e conceituações se deram no decorrer do processo (ANELLO, 2009, p. 114).

Apesar de citarmos alguns amparos legais neste texto, não pretendemos nos ater à legalidade ou a letra da lei, e sim a uma interpretação do movimento histórico que criou ou gerou o contexto das atuais ações do licenciamento. A lei que cria o sistema nacional de meio ambiente é a 6938/81, e encontra-se no site oficial do IBAMA:

As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, o Ministério do Meio Ambiente emitiu recentemente o Parecer nº 312, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a abrangência do impacto. (<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/> acesso em 08/02/2011)

A Carta Magna, a Constituição Federal (CF) de 1988, possibilita alguns avanços nessa relação, Políticas Ambientais/Sociedade. Ao estabelecer os direitos fundamentais à população e reger uma série de questões ligadas aos instrumentos de gestão, possibilita a organização e participação social. Interessante ressaltar que

essa não foi uma ação dada, de fora para dentro, foi sim resultado de um movimento social e histórico de conquistas sociais e políticas.

O artigo 225 (capítulo de Meio Ambiente) foi uma vitória para todos aqueles que vinham buscando o regramento, o estabelecimento de limites e parâmetros no desenvolvimento econômico. Embora alguns compartilhem da idéia de que essa solução é paliativa ou apenas uma possibilidade, de que o ideal seria uma mudança no sistema de produção do país, entendemos que se fez o que era possível se realizar nas condições históricas. Na verdade, a CF (1988) materializa e legitima uma luta de uma minoria que vinha ganhando influência inclusive no sentido mais global por conta da conjuntura de acidentes catastróficos na área empresarial e que precisavam de respostas. Podemos citar o fenômeno conhecido como maré vermelha no RS e a reação da sociedade após esse fato, como também os grandes acidentes mundiais. Dessa forma, há que se entender que o Brasil sofria esta influencia, os avanços na Constituição não foram uma concessão e sim o produto de um conjunto de fatores que impulsionaram à ação de concordar com algumas regras, para não se contrapor às forças políticas de influencia mundial. Como exemplo, citamos as auditorias empresariais voluntárias, o processo de certificação, as ISO 9000, 9001 e as subseqüentes fizeram parte do mosaico que compôs a conjuntura que geram as regras ambientais.

Recapitulando, o licenciamento tem seu regramento sintetizado por Walter et al. (2004, p. 2):

A Resolução CONAMA nº 237/97 regulamenta diversos aspectos do licenciamento ambiental, incluindo a competência do órgão federal e dos estaduais e municipais sobre o licenciamento.

Adicionalmente, considera as atividades de exploração e produção de petróleo e gás como poluidoras.

A Lei nº 9.966/00, que foi decretada após um vultoso derramamento de óleo na Baía da Guanabara, dispõe sobre a elaboração de Planos de Ação de Emergência (individual, local, estadual e nacional) com vistas a promover ações efetivas de combate a acidentes que envolvam óleo. Por fim, recentemente foi aprovada a Resolução CONAMA nº 350/04, normatizando o licenciamento ambiental da atividade de aquisição de dados sísmicos marítimos, exigindo a elaboração de EIA/RIMA para atividades que ocorrerem em áreas de sensibilidade ambiental, ou seja, em profundidades inferiores a 50 metros, e a realização de audiências públicas em áreas onde a atividade pesqueira artesanal seja expressiva. (WALTER et al. 2004, p, 2)

Dessa forma, poderíamos discorrer incansavelmente sobre as conferências mundiais que marcaram o movimento de tentativa de estabelecer-se das políticas ambientais. Contudo, é desnecessário dizer que os países ricos e as grandes empresas multinacionais tiveram e têm grandes dificuldades em assumir uma postura realmente sustentável para o planeta. O *protocolo de Kyoto*<sup>3</sup> é um exemplo vivo dessa situação, pois os EUA se negaram a assiná-lo, prevendo a diminuição de emissão de gases na atmosfera. Esse tema já é bastante conhecido de todos, mas está na base dos problemas e não podemos deixar de citar.

Quanto às ações que geram os programas de educação ambiental voltados às comunidades costeiras e pesqueiras, no que tange ao petróleo e gás na costa brasileira, podemos afirmar que essas têm interferência direta com a manutenção dos modos de viver próprios dos habitantes da costa, estes que por sua vez têm na raiz de sua cultura o viés extrativista.

#### **4.2 A mitigação e a compensação ambiental: como se relacionam**

Neste tópico, estabeleceremos o que cada proposta pretende tanto, a mitigação, quanto a compensação. Tendo isolado cada uma para fins de estudo, passamos então a estabelecer suas propriedades distintas e semelhantes num

---

<sup>3</sup> O **Protocolo de Quioto** é consequência de uma série de eventos iniciada com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática* (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC. Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênicas do aquecimento global.

Discutido e negociado em Quioto no Japão em 1997, foi aberto para assinaturas em 11 de Dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999. Sendo que para este entrar em vigor precisou que 55% dos países, que juntos, produzem 55% das emissões, o ratificassem, assim entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou em Novembro de 2004.

Por ele se propõe um calendário pelo qual os países-membros (principalmente os desenvolvidos) têm a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012, também chamado de *primeiro período de compromisso* (para muitos países, como os membros da UE, isso corresponde a 15% abaixo das emissões esperadas para 2008).

As metas de redução não são homogêneas a todos os países, colocando níveis diferenciados para os 38 países que mais emitem gases. Países em franco desenvolvimento (como Brasil, México, Argentina e Índia) não receberam metas de redução, pelo menos momentaneamente.

A redução dessas emissões deverá acontecer em várias atividades econômicas. O protocolo estimula os países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas:

conceito de totalidade e assim buscar entender como se relacionam interna e externamente.

Para tanto, utilizamos as seguintes definições, extraídas do glossário disponível no site do IBAMA:

**MEDIDAS COMPENSATÓRIAS** Medidas tomadas pelos responsáveis pela execução de um projeto, destinadas a compensar impactos ambientais negativos, notadamente alguns custos sociais que não podem ser evitados ou uso de recursos ambientais não renováveis

**MEDIDAS MITIGADORAS** São aquelas destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude. É preferível usar a expressão "medida mitigadora" em vez de "medida corretiva", uma vez que a maioria dos danos ao meio ambiente, quando não pode ser evitada, pode apenas ser mitigada ou compensada .

Nos procedimentos de educação ambiental no processo de gestão, como condicionante de licença ambiental, estamos propondo uma articulação entre os projetos que visam a compensação e os de mitigação de impacto. O fato é que os projetos compensatórios por sua natureza pontual não se sustentam em longo prazo. Se, por um lado, são pontuais, por outro, são coletivos, pois não têm intenção de serem indenizatórios, mas sim uma medida compensatória e abrangente às comunidades afetadas. O fato de não serem individuais torna um desafio realizá-los com justiça e eficiência. Por estes e outros motivos, a articulação dos projetos de educação ambiental promovidos como medidas mitigadoras dos impactos dos empreendimentos de petróleo e gás são fundamentais para a sustentação dos projetos compensatórios. Na verdade, um poderá complementar o outro, pois se com a compensação temos uma verba específica para a construção de um centro comunitário, por exemplo, a verba da mitigação que pelo regramento será enquanto houver exploração do recurso (petróleo e gás) poderá sustentar em longo prazo o funcionamento do centro.

Observemos que não existe uma pré-condição estabelecida socialmente para a implantação dos projetos consequentes de medidas compensatórias. Na realidade brasileira, as comunidades pesqueiras, que são a maioria na área de abrangência desses empreendimentos, não possuem organização suficiente para receber o aporte de recursos da compensação. Mesmo se fôssemos trabalhar no âmbito das colônias de pescadores, estas não estão suficientemente legalizadas para fazer convênios e receber verba pública. Se intencionarmos trabalhar mais

junto à base, teremos maiores dificuldades ainda, pois as associações de moradores e ou de pescadores existem legitimamente, mas não legalmente.

Portanto, torna-se necessário um amplo trabalho de construção institucional das organizações para que estejam aptas. E isso pode ser feito pelos projetos de educação ambiental, pelas medidas mitigadoras. Não seria recomendável gastar as verbas da compensação com ações que na verdade são respostas aos passivos ambientais que se acumularam desde os tempos que não havia licenciamento das atividades em questão. Se não houvesse assimetria social, distribuição injusta da riqueza e danos ambientais, não haveria necessidade das comunidades se organizarem em associações para reivindicar e garantirem seus direitos, o que nos leva a pensar que a mitigação é que tem que arcar com o resgate institucional dessas comunidades, preparando o terreno para a efetiva compensação de forma mais justa (dentro do possível, sabemos que é tarefa árdua).

## **5 SITUANDO GEOPOLITICAMENTE O ESPAÇO DO ESTUDO (PEAS – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO)**

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção (MARX, 2008a, p. 1163).

Neste capítulo vamos caracterizar nosso estudo, tanto do ponto de vista do espaço quanto do perfil das pessoas que o compõem. Procuramos expor o contexto em que se encontram nossas dúvidas, suposições e inquietações para que se dê uma idéia básica do tipo de problema a que estamos nos referindo.

É nosso objetivo demonstrar nosso posicionamento diante de tais dificuldades, as encontradas no processo estudado, apontar os parâmetros que guiam nosso caminhar por entre esses apontamentos, pareceres, relatórios e outros documentos.

O grande tema é a Constituição Brasileira, nesta as questões ligadas ao SISNAMA, e dentro deste, o licenciamento ambiental. Ainda focando um pouco mais nos dirigimos aos PEAs que aparecem como condicionantes nos processos de licenciamento ambiental (contexto da gestão ambiental pública). A análise textual segue o processo que se refere ao PEA (neste caso específico um PCAP).

Nossa atenção especial está nos trabalhadores e trabalhadoras das comunidades pesqueiras como a força de trabalho que sofre as consequências do modelo de produção capitalista, estas são as vidas que são influenciadas de uma forma ou de outra com estes processos de licenciamento que chamamos “ambiental”, e são estas que merecem nossa atenção neste estudo.

A contextualização do estudo nas condições geográficas, políticas e econômicas da região foram feitas a partir da análise dos documentos que constam no processo nº 02022.001612/01 do CGPEG/IBAMA 02022.001612/01e na condicionante LIper nº 70/07. É importante entender que tais programas se orientam pelas bacias hidrográficas e abrangem vários estados do Brasil. Nosso estudo possui foco na Bacia de Camamu/Almada (BA). Esse processo de espacialização foi discutido ao longo dos últimos anos e culminou na publicação de uma nota técnica (2010) por parte do IBAMA, que buscou discuti-la no conjunto das empresas antes de finalizá-la. Na Nota Técnica IBAMA- 01/010 consta na página 11: DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL REGIONAIS – iremos dialogar com ela ao longo do texto que ora apresentamos, mas a primeira parte, citada abaixo é que situa geográfica e regionalmente os projetos.

O **Quadro 1** apresenta a regionalização que deve ser o ponto de partida para elaboração e implementação dos programas de educação ambiental. Assim, cada programa citado no Quadro 1 engloba todos os municípios litorâneos pertencentes aos Estados ou trechos dos Estados discriminados na respectiva região. A regionalização apresentada é função da prática do licenciamento da CGPEG, em observância aos critérios mencionados na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 03/09, de 18.03.09, para definição da área de influência dos empreendimentos, dadas as dinâmicas da pesca artesanal e de outras atividades econômicas ao longo da costa brasileira (nota de rodapé no. 3).Entretanto, quando da elaboração de um programa, os critérios devem ser reavaliados nos municípios (NT/CGPEG/DILIC/IBAMA, nº. 01/2010, p.11).

Região	Estados	Nome do Programa de Educação Ambiental	Municípios contemplados pelo Programa	Bacias componentes
1	RS	PEA-RS	Todos do litoral do Rio grande do Sul	Bacia de Pelotas
2	SC, PR	PEA-SUL	Todos do litoral de Santa Catarina e Paraná	Bacia de Santos
3	SP	PEA-SP	Todos do litoral de São Paulo	
4	RJ	PEA-Rio	Municípios litorâneos do Rio de Janeiro, de Paraty a Maricá	
5	RJ	PEA-BC	Municípios litorâneos do Rio de Janeiro, de Saquarema a São Francisco de Itabapoana	Bacia de Santos Bacia de Campos
6	ES	PEA-ES	Todos do litoral do Espírito Santo	Bacia de Campos Bacia do Espírito santo
7	BA	PEA-BA	Todos do litoral da Bahia	Bacia do Mucuri Bacia de Cumuruxatiba Bacia do Jequitinhonha Bacia de Camamu–Almada Bacia do recôncavo baiano
8	SE, AL	PEA-Seal	Todos do litoral de Sergipe e Alagoas	Bacia de Sergipe-Alagoas
9	PE, PB	PEA-Pepar	Todos do litoral de Pernambuco e Paraíba	Bacia de Pernambuco -Paraíba
10	RN	PEA-RN	Todos do litoral do Rio Grande do Norte	Bacia Potiguar
11	CE	PEA-CE	Todos do litoral do Ceará	Bacia do ceará
12	PI, MA, PA, AP	PEA-Norte	Todos do litoral do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá	Bacia de Barreirinhas Bacia do Pará- Maranhão Bacia da Foz do Amazonas

#### Quadro 2 - Regionalização dos PEAS - Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010

Abaixo, disponibilizamos o texto da nota de rodapé no. 3 constante na citação acima (Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010, p. 11):

Conforme preconizado na Nota Técnica, os limites da área de influência devem ser estabelecidos de acordo com o tipo de empreendimento, tal como resumido a seguir. No caso da Pesquisa Sísmica, os limites da área de influência, no que diz respeito ao meio socioeconômico, devem incluir os municípios onde há comunidades que realizam atividades econômicas (tais como pesca artesanal, turismo ou outras que porventura venham a ser identificadas) na área requerida pela atividade. Isso inclui a área de aquisição de dados sísmicos e a área de manobra do navio sísmico. No caso da Perfuração e da Produção & Escoamento, esses limites devem incluir os municípios onde existam comunidades que realizam atividades econômicas na área do empreendimento e, além disso, a interferência sobre a pesca artesanal deverá considerar a área de exclusão no entorno da unidade marítima e aquela oriunda do sistema de escoamento. E nos três tipos de empreendimentos (Pesquisa Sísmica, Perfuração e Produção & Escoamento), na definição desses limites, devem ser levados em consideração o aumento do tráfego de embarcações de apoio à respectiva atividade e as rotas dessas embarcações até as bases de apoio, incluindo os próprios portos ou terminais. Portanto, para definição dos municípios cuja atividade pesqueira artesanal é impactada, faz-se necessária uma análise integrada da região considerando: (a) as características do fundo marinho (cascalho, pedra, recife de coral, lama, etc.)

associadas à distribuição dos recursos de importância econômica para a frota artesanal (camarão, dourado, sardinha, atum, etc.) e às características das pescarias ali realizadas. (b) A dinâmica da frota de cada município. Esta análise deverá ser realizada fazendo-se uso de informações oriundas: i) de abordagem *in loco* das embarcações pesqueiras, realizada em outras atividades de exploração e produção de petróleo na região; ii) de projetos de monitoramento do desembarque pesqueiro pretéritos; iii) de entrevistas com grupos de pescadores experientes em cada tipo de pescaria a ser analisada dos municípios adjacentes à área do bloco ou que foram previamente identificados como municípios que potencialmente integram a área de influência. Em relação à distribuição dos *royalties* associados aos empreendimentos de Produção & Escoamento, deverão ser considerados como parte da área de influência os municípios confrontantes à área de produção, nos termos da legislação aplicável. (Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/2010, p 11)

Cada região dessas abrangidas pelos PEAs enfrenta uma complexidade de problemas na execução dos seus projetos e ou programas. Nós tivemos a oportunidade de conhecer algumas destas realidades por meio da execução. Nosso trabalho profissional se expressou em assessorar tecnicamente alguns destes processos socioeducativos, tanto nas empresas de petróleo quanto nas universidades e ou empresas de consultoria. Daí resulta nossa inquietação em relação aos PEAS e às metodologias participativas que estão arraigadas a eles. Abaixo demonstramos as regiões e o número de PEAs em cada uma.

<b>PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM EXECUÇÃO</b>	
Litoral norte fluminense	4
Bahia	1
Sergipe	1
Litoral do RG do Norte	1
Litoral do Sergipe	1
Bahia	1
Maranhão	1

**Quadro 3 - Programas de Educação Ambiental executados na costa Brasileira, Adaptado de Maturana 2009**

Para este estudo, escolhemos como foco um processo que diz respeito a um trabalho no qual não tivemos atuação, Isto é, tivemos uma atuação sistemática em

Sergipe, e atuações pontuais na Bacia de Campos, contudo na Bahia houve oportunidade de conhecer o universo das comunidades por outro ângulo, como parte integrante do CIPAR (política do Ministério da Pesca), esta experiência nos motivou a investigar as ações dos PEAs no Baixo Sul da Bahia. Portanto buscamos um distanciamento proposital ao exercício da metodologia que nos propusemos (análise textual do processo) porque não tivemos atuação no PEA, ao mesmo tempo, conhecemos a região os anseios das comunidades e suas expectativas.

## **5.1 A análise do material**

### **Aspectos da alienação**

O trabalho é a própria atividade vital do trabalhador. Mas, ele vende essa atividade a outra pessoa para subsistir. Assim sua atividade é apenas um meio. Ele trabalha para viver. É um sacrifício, uma mercadoria. A vida começa para ele quando a atividade termina. Se o bicho da seda tivesse de tecer para continuar sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado completo (MÉSZÁROS, 2006, 114).

A metodologia que acreditamos ser adequada ao trabalho trata-se da análise textual com base em Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2007). É sabido que desde o período dessa publicação até o momento atual muito tem se discutido a respeito dessa temática, contudo acreditamos na atualidade da obra citada. Buscamos fazer uma composição com as idéias e os preceitos de Vygotsky (2001) em diferentes aspectos de sua teoria de Pensamento e Linguagem, mas mais especificamente o “subtexto”. Supomos que tais métodos são complementares e assim seus pressupostos não se contradizem.

Não abandonamos os princípios da pesquisa qualitativa e participante. Em nossa trajetória, trabalhamos sempre dialogando com as idéias de Brandão e Paulo Freire, o que também nos aproxima das narrativas e nos impulsiona a buscar as diferentes narrativas que compõem os textos dos relatórios, estas que podem estar explícitas ou implícitas no texto.

Procuramos identificar informações nos documentos que compõem o processo nº 02022.001612/01– Perfuração no Bloco BM CAL-4 – Bacia de Camamu/Almada (BA), que em 2007 se transforma na LPper nº 70/07 (licença prévia de perfuração) para que se possa interpretar e analisar elementos que nos

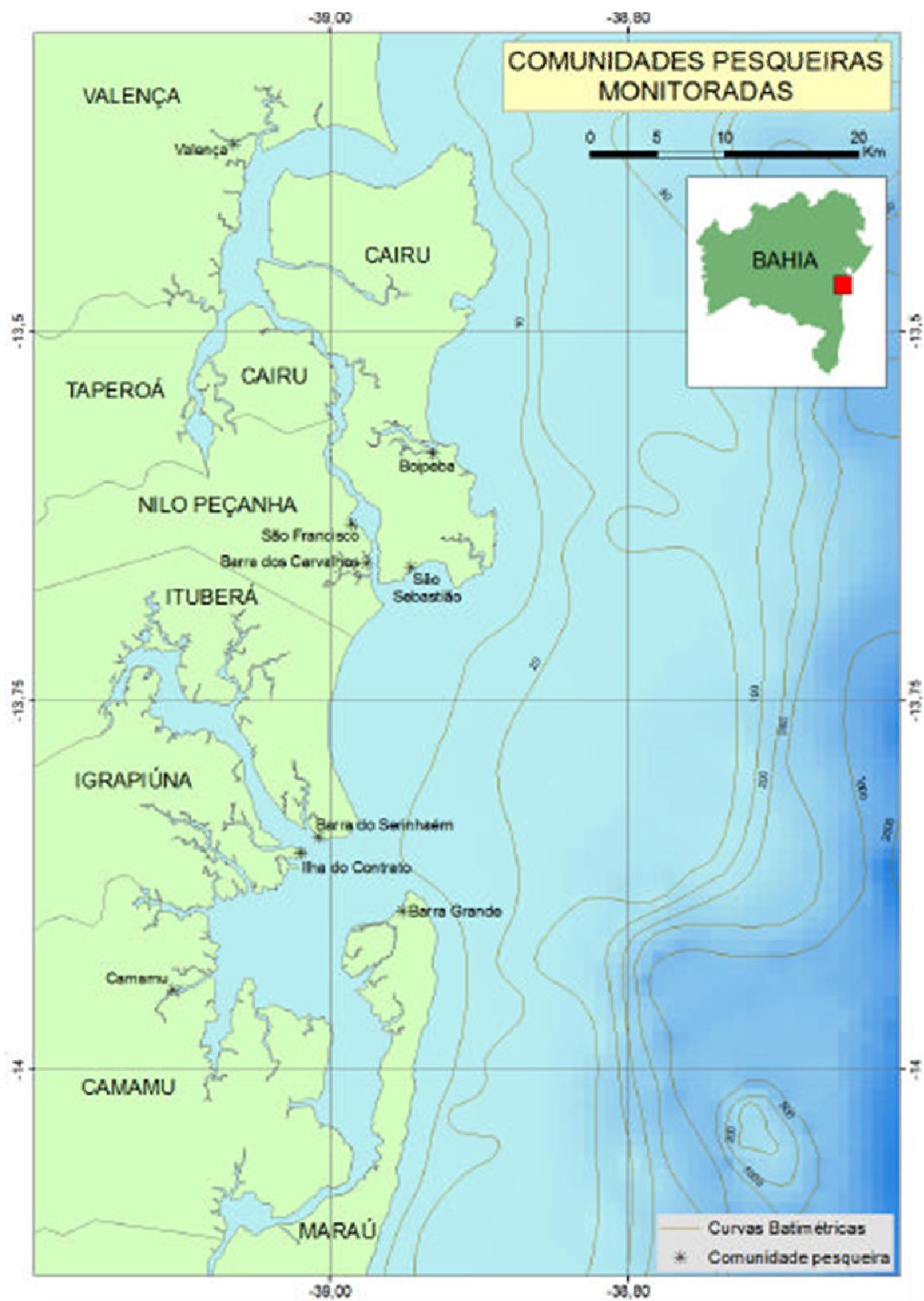
darão base para a formulação de considerações e possíveis alternativas que venham a contribuir na história dos PEAs. É interessante ressaltar que até a publicação da nota técnica 01-010 do IBAMA o programa de educação ambiental não necessariamente englobava o PCAP, embora ao nosso ver um estaria intimamente ligado ao outro; só a partir da referida nota técnica é que os planos de compensação foram absorvidos pelos PEAs.

(i) Os Planos de Compensação da Atividade Pesqueira – PCAPs passam a integrar a linha de ação E naquelas bacias de produção em que já exista o programa de educação ambiental. No entanto, as medidas compensatórias passíveis de implementação no âmbito da linha de ação E não se restringem aos impactos sobre a atividade pesqueira, podendo, mediante verificação de impactos do empreendimento licenciado, alcançar outras atividades produtivas desenvolvidas por populações com as características descritas no item 4.5 (Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA, nº. 01/2010, p.07);

No ano de 2010, tivemos oportunidade de trabalhar com comunidades de pescadores dos municípios do Baixo Sul da Bahia, onde conhecemos lideranças de vários dos municípios que compõem a área de abrangência do processo (citado acima). Porém, não tivemos contato com o projeto cujos materiais analisaremos. O conhecimento do lugar e das pessoas que nele vivem com certeza nos ajudará na interpretação dos textos (relatórios e planos de trabalho). O trabalho que desenvolvemos foi junto ao CIPAR (Centro Integrado da Pesca Artesanal do Baixo Sul), política do Ministério da Pesca desenvolvida numa triangulação de uma ONG e empresas de consultoria (IPLAN – SOMA, Equalizar e Trans For Mar).

Abaixo, mostramos um mapa das comunidades, apresentado no relatório técnico da SOMA no trabalho desenvolvido para a empresa de petróleo e gás El Paso (p. 48). Tal relatório é parte do nosso *corpus* de pesquisa. De acordo com Moraes e Galiuzzi. (2007, p.16), “a análise textual concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado *corpus*. Este representa as informações da pesquisa e para a obtenção dos resultados válidos e confiáveis requer uma seleção e delimitação rigorosa”. Em nosso caso, os textos e imagens utilizados não foram produzidos para e pela pesquisa, mas sim são aproveitados de relatórios e documentos que fazem parte de processos públicos de licenciamento ambiental na gestão brasileira através do órgão executor da política federal que é o IBAMA.

O mapa que selecionamos abaixo é para ilustrar a geografia local. Quem não conhece o interior da Bahia não imagina o quanto ainda existem ilhas e lugares de difícil acesso naquele estado. Isso, apesar de tornar o lugar encantador, o torna também bastante vulnerável ambiental e socialmente. Isso faz com que os PEAs e ou PCAPs (Projetos de Compensação Pesqueira) apresentem-se de acordo com a realidade local, atendendo a suas peculiaridades, em especial a essa possível fragilidade.



**Figura 1 - Mapa das comunidades beneficiadas pelo projeto**

A seguir, discorreremos sobre o aporte teórico que orienta nosso trabalho, buscando um sentido de totalidade e a partir disso realizar um estudo aprofundado

do material selecionado capaz de responder aos nossos questionamentos quanto à possível ineficiência de tais projetos e programas diante da realidade de pobreza e degradação que compõe a costa brasileira. Apesar das belas paisagens e da cultura de veranismo e turismo, podemos dizer que outros lugares estão mais preparados com aporte urbano para atender ao turismo. Na Bahia, contexto dos projetos, quando nos afastamos da capital do estado, a situação de pobreza se acentua, até mesmo no que diz respeito ao atendimento do turista.

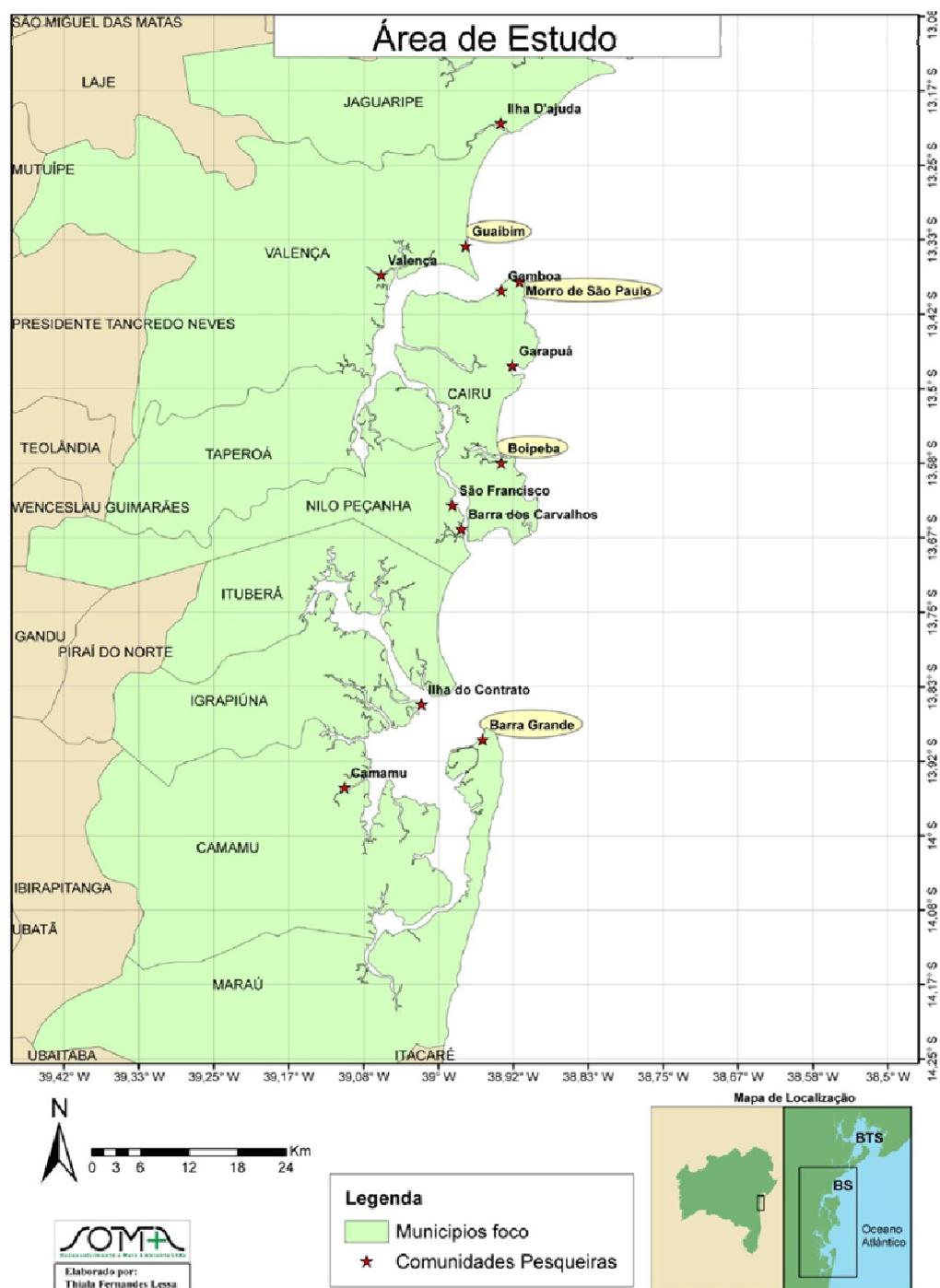
Walter (2010, p.111-112) apresenta os seguintes quadros sobre a região:

:

<i>Município</i>	<i>População total<sup>1</sup></i>	<i>Nº de pescadores e marisqueiras<sup>2</sup></i>	<i>Nº de comunidades pesqueiras por município</i>	<i>Comunidades pesqueiras e bairros com alta concentração de pescadores<sup>3</sup></i>
Valença	84.931	2.684	5	Guaibim, Maricoabo e três bairros na sede (Bolívia, Tento e Mangue Seco)
Cairu	13.712	1.834	14	Gamboa do Morro, Morro de São Paulo, Guarapuá, Batateira, Moreré, Monte Alegre, Boipeba, Torrinha, Tapuia, Canavieiras, Alves, Galeão, São Sebastião de Cova da Onça e Sede.
Nilo Peçanha	12.531	1.512	6	São Francisco, Barra dos Carvalhos, Barroquinha, Boitaraca, Jatimane, Itiuca.
Taperoá	18.217	1.693	7	Sede (bairros: São Felipe, Orla e São Vicente), Camurugi, Graciosa, Jacaré e Jordão.
Ituberá	23.530	1.167	10	Barra do Serinhaém, Finca e Enseada e sede (bairros: Porto Falso, Prainha II e III, Pina, Jacaré, Bairro dos Índios, Vila do Santo André e Jaqueiral).
Igrapiúna	13.246	799	27	Timbuca, Pescaria, Contrato, Ilha das Flores, Âmbar, Ilha da Barreta, Acurau, Dendê, Embira/França, Ponta de Igrapiúna, Vai quem quer, Bom jardim, Marvim, Limeira, Pau d'ólio, Porto D'água, As pedras, Pai André, Fazenda Fé em Deus, Siriiba, Portinho, Pedra Mole, Rio Novo, Ilha Grande, Tubarões, Sete Barras, Sede.
Camamu	32.172	1.685	13	Sede, Aldeia Velha, Ponta da Caieira/Boca do Rio, Barcelos do Sul, Cajaíba, Ilha Grande, Ilha Pequena, Porto do Garcia, Tapuia, Porto do Campo, Pratigi, Matapera, Pedra Rasa.
Maraú	17.029	1.381	12	Sede, Barra Grande\Vila dos Pescadores\Carapitangui, Sapinho, Tanque, Taipus de Dentro, Tremembé, Campinho, Pesqueira, Gamboa, Campinhos do Jordão, Ambuba, Saquáira.
<b>Total</b>	<b>186.368</b>	<b>12.755</b>	<b>94</b>	

Fonte: <sup>1</sup> IBGE (2007). Contagem Populacional. <sup>2</sup> Registro Geral da Pesca – RGP (MPA, 2010); <sup>3</sup> Projeto CIPAR Baixo Sul

**Quadro 4 - Estimativa Populacional de pescadores e números de bairros e comunidades pesqueiras litorâneas nos oito municípios definidos na área do estudo**



**Figura 3 – Área de Estudo.** Foram destacadas algumas das principais comunidades pesqueiras. As localidades de Barra Grande, Boipeba e Morro de São Paulo e Guaibim possuem expressão turística. Esta última também possui uma empresa de cultivo de camarão.

Quadro 5 - figura com as comunidades em destaque, in Walter 2010

Torna-se necessário esclarecer que os quadros em que temos “área de estudo” não se referem à área dos projetos que estamos analisando, mas sim à área delimitada ao estudo da autora, Tatiana Walter. Com as informações de Walter (2010), reforçamos nossas considerações sobre a situação das comunidades na Bahia, estas que são os sujeitos da ação educativa no trabalho analisado a seguir.

## **5.2 O mergulho no processo**

Estabelecemos a meta de estudar todos os textos do processo administrativo no. 02022.001612/01 – Atividades de exploração e produção no Bloco BM-CAL-4, que compõe a licença ambiental do empreendimento da Bacia de Camamu/Almada (BA), que em 2007, transforma-se na LPper nº 70/07 (licença prévia de perfuração), neste caso tendo uma condicionante específica, que é o Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. Este se torna o nosso foco de análise com maior profundidade, pois é o que gera a interação com a comunidade.

Escolhemos tal foco por acreditar que contém os elementos estruturantes necessários à nossa inquietação, a qual provocou a investigação. Começamos então analisando o Plano de Trabalho porque no plano inicial o projeto apresenta os elementos necessários à análise, a fundamentação teórica dos proponentes, suas visões de mundo, da função do Estado, sua metodologia de trabalho, objetivos, metas e indicadores, todos estes contidos no documento em questão. Já nos relatórios, fica exposta a prática social estabelecida durante o desenvolvimento das ações planejadas, as respostas da comunidade às propostas dos executores, os avanços e limites. Nos pareceres técnicos (IBAMA), fica explícito item por item o que não atendeu às exigências desse tipo de programa, assim como considerações sobre o processo estabelecido. Os pareceres técnicos são emitidos após a análise dos relatórios por parte dos técnicos da CGPEG/DILIC/IBAMA, os quais, para comporem sua análise também acompanham as atividades realizadas nas comunidades, onde têm oportunidade de contato direto com as pessoas e podem avaliar o que é relatado com o que é realizado de fato.

Os documentos que nos propomos aplicar a análise textual e construção das categorias de texto e subtexto são especificamente os dois relatórios do trabalho

produzidos pela empresa executora, nos utilizando dos outros materiais como acessórios para o entendimento da totalidade contudo tais materiais tem um recorte temporal de 2001 à 2007, como marco inicial e até o momento ainda são processos abertos. Isso nos fez delimitar os documentos sob pena de perdemos o foco em tantos documentos emitidos durante todos esses anos de desenvolvimento do processo.

Em nossa análise textual, vamos considerar dois aspectos principais: por um lado, temos as categorias que emergirão do *corpus* da pesquisa, isto é, da análise dos documentos; por outro, elas serão submetidas às categorias teóricas *a priori*, que fazem parte do nosso ferramental teórico, o materialismo histórico dialético. Nesse contexto, vamos fazer nossas reflexões dentro das categorias teóricas ideologia (Marx), hegemonia (Gramsci), alienação (Marx; Mészáros), totalidade e práxis (Marx, Vasquez). Temos aqui um desafio entre o conceito de práxis em Gramsci e em Sanches Vasquez, que possuem nuances diferenciadas. No decorrer do trabalho, vamos estabelecendo tais especificidades.

Antes de apresentarmos as categorias teóricas, vamos fazer um apanhado sobre o materialismo histórico dialético tendo em Triviños nosso interlocutor, por acreditarmos que esse autor sintetiza a questão no que tange ao desenvolvimento de pesquisas qualitativas no método materialista histórico dialético.

Em Triviños (1987), são expostas idéias básicas sobre o Marxismo, Materialismo Histórico e Dialético, as quais se fazem interessantes para situar nossa proposta:

Karl Marx (1818-1883), ao fundar a doutrina marxista na década de 1840 revolucionou o pensamento filosófico, especialmente pelas conotações políticas explícitas nas suas idéias, em colocadas em seguida também por Friedrich Engels (1820-1895). Mais tarde Vladimir Ilich Lênin (1870-1924) teve singular capacidade de unir sua vida ao mais elevado pensamento criativo, e a uma prática revolucionária intensa. Com efeito, escreveu obras fundamentais como: O materialismo e o empiriocriticismo, Cadernos filosóficos e O estado e a revolução, onde coloca as principais bases ao que hoje se denomina marxismo-leninismo. Ao mesmo tempo, participou ativamente nas revoluções russas de 1905 e de fevereiro e outubro de 1917 (TRIVIÑOS, 1987, p.49).

Essa citação de Triviños expõe exatamente a perspectiva da nossa proposta; primeiramente, porque situa no tempo os autores, apresentando o ano de nascimento e morte dos mesmos; em segundo lugar, porque deixa claro que foram

homens comprometidos com uma proposta de sociedade, que não eram pensadores descolados de uma prática social, que estavam inseridos nos movimentos sociais e políticos do seu tempo. E isso é fundamental para nós. Ao mesmo tempo, foram geniais na sua obra literária, foram capazes de teorizar sobre as práticas existentes, criando um novo conhecimento capaz de influenciar a humanidade até os dias de hoje, o que acreditamos que deva ser um ideal a perseguir de todos nós que estamos ocupando o espaço acadêmico.

Com certeza, toda a doutrina marxista não ficou parada no tempo; foi alvo de críticas e adesões em sua história que segue até os dias atuais. Triviños se refere a uma “primeira fase” em que Marx era o principal interlocutor, a uma “segunda fase” na qual Marx compartilha com Engels, a uma “terceira fase” em que teriam as contribuições de Lênin e por fim a uma “quarta fase” na qual apesar das inúmeras tendências Triviños ressalta a chinesa e a soviética, que segundo ele reclamam para si as idéias genuínas de Marx. Esse texto de Triviños foi publicado em 1987, antes ainda da queda do muro de Berlim e da abertura do regime da União Soviética. Talvez, na atualidade, haja outras interpretações, contudo o consideramos ainda atual para contextualizar o que queremos propor neste trabalho. É certo que temos críticas contundentes à forma como o comunismo soviético se desenvolveu no seu tempo; não é nossa intenção aprofundá-las nesse texto, onde nosso foco é o Método.

Continuemos com Triviños (1987):

Reconhecem-se como fontes diretas do marxismo o idealismo clássico alemão (Hegel, Kant, Schelling, Fichte), o socialismo utópico (Saint-Simon e Fourier, na França, e Owen, na Inglaterra) e a economia política inglesa (D. Ricardo e Smith) (TRIVIÑOS, 1987, p.50).

É fundamental entender como se constitui a teoria marxista, em que bases filosóficas se apóia e constrói seu raciocínio e suas proposições, assim como se torna importante entender de qual corrente de pensamento vem as críticas às suas teses. Compreender as diferentes visões de mundo e sociedade e nos posicionar é nossa intenção.

Para os jovens hegelianos e Fauerbach, a história era consequência da ação de heróis e resultado das ideologias, tinham uma visão idealista da sociedade e não buscavam descortinar as estruturas sociais e econômicas que geravam as relações

sociais. Marx e Engels, na sua obra intitulada *Ideologia Alemã*, apresentam as bases para o materialismo histórico que acredita na idéias que são capazes de produzir mudanças nas bases econômicas que as originaram, destacando assim a ação de partidos políticos e agrupamentos humanos de todo tipo que busquem interferir nestas relações. Podemos dizer dessa forma que o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo e ainda que a *prática social* é o critério de verdade do materialismo dialético (TRIVIÑOS, 1987).

A propósito, antes de buscarmos o entendimento das correntes filosóficas e políticas que permeiam os dois projetos estudados, acreditamos ser importante darmos uma percorrida na história que nos trouxe as metodologias participativas, de onde elas surgem e com quais propósitos.

### **5.3 Revisitando as ferramentas participativas e sua história**

As metodologias participativas remontam à década de 1970, quando foram difundidas para o planejamento governamental pela cooperação internacional. É algo que vem de países desenvolvidos como EUA e Alemanha. Usados na empresas como forma de melhor desempenho administrativo e nos governos, em nossa visão, para mascarar os verdadeiros problemas que fazem com que o Estado não cumpra a função social – no Brasil aqueles eram tempos de ditadura militar.

No início dos anos 90, houve uma proliferação desses métodos por conta de publicações sobre o tema, focando neste período a Moderação. Ao mesmo tempo, começaram a serem ministrados no Brasil cursos de moderação pela GTZ- Sociedade Alemã para Cooperação Técnica e pela FES – Fundação Friedrcht Ebert, Schubert, nesta ocasião Nogueira e Oliveira elaboraram um Manual do Curso de Moderadores do ILDES- ORPLA- FES (COLLETE, 2001). Em 2001, temos o livro organizado por Markus Brose intitulado *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*; este será o começo da nossa literatura e acreditamos que ali estão representados os principais defensores desse método. Algumas palavras chaves já somos capazes de identificar na leitura, tais como: “terceiro setor”, “empreendedorismo”, “protagonismo juvenil”, dentre outras que buscaremos identificar. Entretanto, com estas já fica indicado o caminho que teremos a percorrer no descortinamento dessa proposta. Desde já, cabe afirmar que as metodologias

participativas tiveram papel importante como contraponto ao tecnocratismo, aos diagnósticos tradicionais que se expressavam de fora para dentro das comunidades, elaborados em gabinetes de governo ou nas classes das universidades e aplicados na base, resultando em distorções sem fim da realidade prática.

No primeiro momento, buscamos essa bibliografia como referencial teórico das ferramentas participativas, assim como as intituladas DRP (Diagnóstico Rápido Participativo). Na sequência, fizemos um cruzamento com a bibliografia que se utiliza nos PEAs, através dos executores dos projetos. Nossa intenção é entender os pontos frágeis de tais metodologias, o que fica expresso pela ineficiência e ou demora de implantação dos projetos constantes no processo estudado. Embora se admitam os méritos dos diagnósticos participativos pela proposta democrática e de valorização do saber popular, ao que nos parece, as fragilidades do método participativo, nos moldes apresentados no âmbito do estudo está na ausência de propostas políticas explicitadas, ficando impotente diante das dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho. O que consideramos suas limitações e possibilidades para o sucesso processual dos PEAs está na incapacidade de reforço ao movimento social e político já existente na região de atuação e do país (nível nacional).

Afinal, por mais problemática que se apresente a situação das populações costeiras, sempre encontramos indício de resistência e luta do povo e, ao que parece, tais métodos não dão conta destas iniciativas. No capítulo de análise do material de pesquisa, procuramos demonstrar os detalhes referentes aos motivos de não o considerarmos adequado a dar respostas às necessidades das comunidades costeiras, que são os sujeitos nos programas e projetos de educação ambiental no licenciamento. Ao mesmo tempo, buscamos as condições necessárias para, a partir da antítese dessas metodologias, criarmos uma síntese que dê conta de uma nova metodologia. Assim, não estaremos negando todas as práticas sociais dessas propostas, mas ao conservar algumas propriedades destas apresentaremos uma nova proposta com elementos novos de resposta à realidade social das comunidades pesqueiras e costeiras numa perspectiva emancipatória e de intencionalidade político pedagógica.

## 6 AS CATEGORIAS A *PRIORI* DO CORPUS DE PESQUISA

### LEQUES

As liberais, que eram assim chamadas desse jeito pelos policiais de Cádiz, conspiravam em código.

De suas avós andaluzas tinham aprendido a linguagem secreta do leque, que servia tanto para desobedecer ao marido como ao rei; aqueles lentos movimentos e súbitas acelerações, aquelas ondulações, aquele bater de asas.

Se as damas afastavam os cabelos da testa com o leque fechado, diziam: não me esqueça.

Se escondiam os olhos atrás do leque aberto: te amo;

Se abriam o leque sobre os lábios: me beija.

Se apoiavam os lábios sobre o leque fechado: não confio.

Se com um dedo roçavam as varetinhas: precisamos conversar.

Se abanando-se chegavam perto da varanda: nos vemos lá fora.

Se fechavam o leque ao chegar: hoje não posso sair.

Se era com a mão esquerda que abanavam: não acredite nisso.

(Galeano, 2008, p.182)

Neste capítulo, vamos explicitar as categorias teóricas que fazem parte do nosso referencial teórico, as quais vamos confrontar com o material analisado no estudo. No entanto não é objetivo deste trabalho uma discussão sobre a interpretação de cada autor e suas possíveis diferenças, ao contrário, vamos estabelecer o que nos parece consensual entre eles a partir do que já é consolidado nos autores citados. Sendo assim optamos em citar unicamente o Dicionário Marxista (Bottomore, 2001) para uma explicação um tanto pragmática das visões existentes nos diferentes autores sobre as categorias, orientando o leitor que não teve contato com tal referencial para que tenha um parâmetro. Os motivos que nos levam ao não aprofundamento das visões e interpretações marxistas dessas categorias é a própria característica dos autores escolhidos. Apesar da profundidade do trabalho de Marx, Engels e Gramsci ambos foram homens de ação política,

engajados nos grupos sociais de sua época. Suas propostas estão ancoradas na vida do povo e nas dificuldades concretas da vida econômica, social e política. Esse exemplo de radicalidade nos impulsiona a um trabalho centrado nas ações dos PEAs e talvez não tão mergulhado nas teorias que o embasam. As categorias *a priori* são: *totalidade, ideologia, hegemonia, práxis* (Gramsci e Vazquez), *alienação e trabalho* (Marx e Mészáros).

Nos pressupostos do método materialista dialético e histórico, é imprescindível o conceito de totalidade na análise da problemática de pesquisa a fim de conduzir a reflexão de Forma a entender as raízes dos fenômenos, as suas origens, fugindo de análises descritivas e ou parciais. Assim, apresentamos já atendendo à coerência de trabalhar com o conceito de totalidade.

Moraes e Galiazzi (2007), em relação às categorias, declara o seguinte:

Um movimento do geral para o particular implica construir categorias antes mesmo de examinar o “corpus”. As categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa. Esses grupamentos constituem as categorias “a priori” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 23).

Desse modo, começamos apresentando nossas concepções com base nos estudos realizados ao longo da trajetória vivida. São razões pelas quais escolhemos as categorias apresentadas para trabalhar. O início de nossa caminhada está no movimento popular, o que nos impulsiona a pensar a vida a partir dessa perspectiva, o que inclui uma visão politizante das relações sociais. Assim a ideologia é algo que nos intriga e instiga em qualquer trabalho, pois a partir de Marx, Engels, Gramsci, Vásquez e Mészáros compreendemos as noções de trabalho alienado e de práxis como ação humana relacionada com o trabalho criativo. Queremos dizer com essas afirmações que todas essas categorias estão interligadas. Então, se vamos trabalhar nas análises do *corpus de pesquisa* na perspectiva de uma delas, conseqüentemente estaremos considerando as outras.

Nosso propósito de análise é entender qual ideologia permeia tais trabalhos apresentados, seja nos planos de trabalho seja nos relatórios já realizados. Quando identificamos a ideologia, nos perguntamos qual o sentido de práxis dos executores do trabalho; como isso se contextualiza numa totalidade; que forças compõem as estruturas internas dos planos, relatórios, trabalhos executados; onde se localiza a

disputa por hegemonia na relação das empresas, com o IBAMA, dos executores com a comunidade e todos entre si; qual a correlação de forças existente entre esses sujeitos com diferentes papéis. Essas são algumas questões suscitadas pela nossa trajetória e a partir do contato que tivemos com a realidade dos PEAs.

Vamos passar então ao momento em que explicitamos os conceitos das categorias as quais estaremos trabalhando:

## 6.1 Totalidade

Em primeiro lugar temos o conceito de totalidade. Como se poderia pensar, neste caso, o todo não significa a soma das partes, mas algo mais complexo. No Dicionário do Pensamento Marxista, encontramos uma orientação para o termo:

Em contraste com as concepções metafísica e formalista, que a tratam como totalidade abstrata, intemporal e, portanto, inerte – na qual as partes ocupam uma posição fixa num todo inalterável – o conceito dialético de totalidade é dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente imutáveis, da realidade objetiva. Como disse Lukács: “A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...); segundo, a relatividade sistemática de toda totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda totalidade é feita de totalidades a elas subordinadas, é também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobre determinada por totalidades de complexidade superior)e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado ( LUKÀCS, 1948, p. 12, *apud* BOTTOMORE, 2001, p. 381).

No sentido de totalidade, vamos pensando a realidade dos empreendimentos de petróleo e gás, onde se localizam no modo de produção capitalista, e como que através do método dialético podemos identificar estratégias de combate aos seus impactos negativos no próprio modo de ser e de se instaurar de tais empreendimentos. Já expusemos nossa idéia de que o capitalismo possui intrínseco ao seu mecanismo de expansão a prática de desalojar os grupos sociais tradicionais, interferindo diretamente no seu modo de viver próprio para realocá-los

na lógica do sistema. Isso se reflete na indústria do petróleo e gás de maneira muito clara, pois, basta a instalação das estruturas de exploração e produção de petróleo numa região da costa e ou do mar do Brasil para que toda essa área sofra os impactos; a expectativa de novos empregos incha as cidades que até aquele momento contavam com pouca infraestrutura para atender uma população pequena; aumentam as demandas de serviços públicos como saúde, escola, moradia, transporte público, causando um transtorno aos moradores locais; e o poder público não consegue responder rapidamente as essas necessidades, mesmo com os *royalties*.

Sobre tais impactos, nossa intenção é buscar nessa realidade as possíveis soluções para o problema, seguindo orientações da dialética, pois acreditamos no Método. Em trabalho anterior, já propomos essa reflexão:

Em Marx, o antagonismo decorre de situações inerentes à sociedade de classes, implicando, em sentido dialético, o enfrentamento político e a explicitação dos conflitos estruturais para a eliminação de uma determinada situação e o surgimento de uma condição. A contradição, como princípio, tem o complementar estabelecido em relações e em um movimento de superação pela negação, de transformação permanente, formando o todo (LOUREIRO, 2004, p.113).

A questão é que ao mesmo tempo em que estas populações são desestruturadas pelo Capital elas são uma possibilidade concreta de um movimento organizado que se contraponha a ele. O próprio sistema já percebeu essa ameaça tanto que estabelece mecanismos de defesa que mantenham neutralizadas tais massas populares. Tais estratégias são apontadas por Gramsci como os aparelhos ideológicos do Estado, além de serem coercitivos e repressivos os meios de comunicação de massa, as ideologias trabalhadas de forma subliminar e o próprio trabalho alienado que mantém a segurança de que as populações não se revoltarão contra o sistema.

Bem, nossa intenção é identificar então as categorias que possibilitam as iniciativas de reversão dos impactos, seja pela forma compensatória, seja pela mitigadora de tais impactos, inserindo-as numa estratégia totalizadora de análise social e política. Compreendendo nossos limites, buscamos indícios nos planos de trabalho analisados que nos permitam entender as fragilidades e possibilidades de tais projetos (já que se tem notícias *a priori* que estes não estão dando conta da

realidade das comunidades) dentro de uma visão de totalidade e na perspectiva do método dialético no contexto do materialismo histórico. Isso significa que é através do enfrentamento dos problemas num conjunto de estratégias políticas e sociais que encontramos a chave para tal enfrentamento.

## 6.2 Ideologia

Vale salientar que adotaremos o conceito de ideologia de Gramsci, considerando que desde a produção inicial de Marx até os dias atuais existem diferentes conotações para “ideologia”. De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista:

A existência de duas importantes concepções de ideologia dentro da tradição marxista é motivo de muitos debates. Alguns autores contemporâneos acreditam que apenas uma dessas versões é realmente marxista., enquanto outros, incapazes de aceitar uma discordância entre Marx e Lênin, tentaram conciliar ambas as versões. Foi o que aconteceu com Althusser, que propôs a mais influente concepção de ideologia das duas últimas décadas. (BOTTOMORE, 2001, p. 186)

### A respeito de ideologia, Althusser

...distingue uma teoria da ideologia em geral, na qual a função da ideologia é assegurar a coesão na sociedade, da teoria de ideologias específicas, na qual a função geral já mencionada é sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe. Essas funções podem ser desempenhadas pela ideologia na medida em que esta é “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1971, p. 153 *apud* BOTTOMORE, 2001, p. 186).

As citações acima ilustram os posicionamentos diante do aporte teórico a que remete tal palavra. Nós trabalhamos com as concepções gramscianas por diferentes motivos; um deles é que este rejeita as concepções negativas de ideologia, principalmente quando estas se referem às “elocubrações arbitrarias de indivíduos particulares” (GRAMSCI, 1971, p. 376 *apud* BOTTOMORE, 2001, p.186). Para Gramsci, a ideologia faz parte de um conceito de organicidade e se manifesta através de diferentes expressões, no direito, na arte, na educação, na economia,

tanto de forma individual quanto coletiva. Por fim: “o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (1971, p.377 *apud* BOTTOMORE, 2001, p. 186).

Partilhamos também da idéia de que existe uma ideologia orgânica com a classe dominante sustentada exatamente pelos intelectuais que representam seus interesses, isto é, desta classe. Esse campo de pensamento foi inaugurado por Gramsci, de considerar que a ideologia dominante é produzida pelos intelectuais orgânicos desta classe por meio da educação, da comunicação, da arte, etc. E que na maioria das vezes o mecanismo utilizado no sistema é o próprio Estado, pelo que o autor chamou de “aparelhos ideológicos do Estado”, onde a escola e a comunicação de massa cumprem papel fundante. “É, portanto, na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer HEGEMONIA sobre outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas” (BOTTOMORE, 2001, p. 186).

### **6.3 Hegemonia**

Começamos por lembrar que conceitos são dinâmicos e construídos historicamente, nunca fechados em si e estanques. Desse modo, ao pensarmos em hegemonia temos que ter em mente os movimentos pelos quais esse conceito foi perpassado. Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, *Hegemonia* pode significar dois sentidos opostos: um deles é “domínio”, como usado por Mao Tse-Tung como hegemomismo para identificar uma modalidade de domínio de um país sobre o outro; o segundo se refere a uma liderança política. Gramsci, por sua vez, se refere ao termo como uma estratégia da classe operária (num primeiro momento). Escreveu: “sistema de alianças que a classe operária deve criar para derrubar o Estado burguês e servir como base social dos trabalhadores (GRAMSCI, 1978:443, BOTTOMORE, 2001, p. 177). Na definição de Gramsci a classe hegemônica é a que lidera politicamente porque vai além de seus interesses econômicos imediatos (pelos quais pode até ter lutado na arena política) para representar o avanço universal da sociedade. Para sintetizar o que diz Gramsci, “uma hegemonia completamente desenvolvida deve repousar no consentimento ativo, numa vontade coletiva em torno da qual vários grupos da sociedade se unem”.

Acreditamos que exista a hegemonia da classe dominante em alguns momentos históricos e transitivos e que a busca de hegemonia por dentro mesmo do Estado burguês pode ser uma transição ao socialismo. Segundo Bottomore (2001):

Algumas interpretações recentes pretendem que o conceito de hegemonia proporciona um instrumento teórico não apenas para a análise da sociedade burguesa e para o desenvolvimento de uma estratégia de transição para o socialismo, como também para a avaliação das realizações e dos limites das próprias sociedades socialistas (BOTTOMORE, 2001, p. 178).

Estabelecidos os pressupostos que nos orientam ao nos referirmos à hegemonia, concluimos por ora ilustrando com fatos da atualidade. Quando trabalhamos no universo das comunidades e dos PEAs, pensamos em hegemonia como uma disputa por um campo de forças. No momento de analisarmos e/ou fazermos um diagnóstico nas comunidades, precisamos ter em mente a correlação de forças existente nas comunidades, isto é, como se localiza a hegemonia, com quem está a força das idéias, quem ou qual grupo tem influência sobre os outros; Quem está se apresentando como representante da vontade da maioria. Somente quando temos essa clareza é que podemos ajudar a traçar estratégias de ação que sejam capazes de intervir nessa relação comunitária de forma a alterar possíveis situações de subjugação de um grupo pelo outro. Temos vários exemplos neste sentido que serão expostos mais tarde no decorrer de nosso trabalho.

#### **6.4 Práxis**

A práxis é uma categoria filosófico-política que nos reporta a dois pensadores que orientam nossas produções: Vazquez e Gramsci. Encontramos em Valadares (2007) algumas considerações sobre o conceito de práxis destes pensadores:

Adolfo S. Vazquez e Gramsci entenderam a práxis como a unidade entre teoria e prática. Vazquez propõe que a práxis apenas irrompe na história da filosofia com Marx. O marxismo, assim, concede ao proletariado, de fora, a indispensável possibilidade, para passar à ação, de chegar à consciência de sua missão histórico-universal e da necessidade de negar-se a si mesmo como classe – o que representa o fim de todas as classes – a fim de alcançar a sua emancipação. Gramsci designa o marxismo como “filosofia da práxis” no lugar de “materialismo histórico”, uma formulação que, mesmo

composta com o adjetivo “histórico”, evocava “incrustações positivistas” e uma desvalorização da política. Vazquez e Gramsci também coincidem quanto à valorização da educação e do Partido. Para Vazquez, o trabalho de educação, organização e direção de uma práxis revolucionária reflexiva reclama o auxílio do setor consciente do proletariado e, por sua vez, daquele que seja o mais decidido a associar a teoria e a prática revolucionárias. Tal setor deve compreender teoricamente as condições, limites e metas do vínculo da luta revolucionária com os atos práticos desta luta. (VALADARES, 2007, p. 1)

Práxis: palavra de origem grega que se refere a “quase todos os tipos de atividade que o homem livre tem possibilidade de realizar; em particular, a todos os tipos de empreendimentos e de atividades políticas” (Lobkowitz, 1967: 9 apud Bottomore, 2001, p. 292). Diante de todos os referenciais que encontramos para o conceito de práxis, assim como nossa própria trajetória nos movimentos sociais e políticos, podemos afirmar que esta é a base da prática social transformadora. Quem tem entendimento do significado dessa pequena palavra sabe que ela é desafiadora, pois não se refere apenas à prática por si só; se assim fosse, esvaziaria-se num ativismo sem direção. Por outro lado, acaba com a visão iluminista e vanguardista de uns poucos direcionando as massas. É nesse sentido que a concepção de Gramsci, aliando o sentido do intelectual orgânico de uma classe social com o conceito de práxis, torna-se completa. A nosso ver, a práxis se complementa através do exercício da prática social reflexiva que só é possível se realizar em espaços coletivos. Não conseguimos projetar uma reflexão solitária como práxis; esta é arraigada a uma prática social sistemática e por isso se aplica aos grupos, movimentos e partidos políticos.

## **6.5 Alienação**

Existem diferentes conceitos ligados à palavra alienação, desde o cristianismo e a idolatria do velho testamento, até os usos dessa palavra pelo direito e economia, referindo-se à dívidas de propriedade na medicina e na psiquiatria como desvio da normalidade. Contudo, o conceito que adotamos é o marxista, através do qual é considerada a ação pela qual (ou estado pelo qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (permanecem) alheios, estranhos, enfim

“alienados” aos resultados (produtos) de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza à qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de e através de – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). Nesse caso, a alienação de si mesmo pode-se dizer é a essência da alienação e não apenas mais uma (Bottomore, 2001, p. 05).

Para nós que temos na categoria trabalho uma centralidade teórico-filosófica, pensamos que a alienação se expressa na relação que se estabelece do ser humano com a sua natureza exteriorizada, o “trabalho”. Quando existe um estranhamento do ser criativo com o produto de sua atividade, quando este não consegue se reconhecer naquilo que faz, então é o embrião do processo de alienação e por isso é dito por Marx que a alienação de si mesmo é a essência; é claro, pois a atividade primeira da consciência se dá no processo de trabalho.

## 6.6 Trabalho

O trabalho enquanto atividade criadora do ser humano, em contraposição ao trabalho alienado, traz consigo um sentido estético inerente ao seu processo criador. A noção de sentido estético na abordagem sócio-histórica fundamenta-se no processo de humanização do homem, na transformação da natureza e de si próprio pela sua ação criadora e pela sua capacidade de significação, isto é, “o homem enquanto espécie é um ser biológico que se tornou capaz de agir sobre a natureza, da qual faz parte, para transformá-la, conferindo-lhe significação, o que faz dela uma produção humana” (PINO, 2006, p.65).

Concebemos a atividade humana na perspectiva da abordagem sócio-histórica (Vygotsky, 2001), cuja inspiração encontra-se em Marx no conceito de trabalho como social, o qual apresenta dois sentidos: o primeiro, decorrente das análises da economia política, concebido por ele como atividade alienada e alienante do trabalhador que vive historicamente sob o regime da propriedade privada dos meios de produção; o segundo, como atividade humana criadora decorrente da análise filosófico-política que Marx faz em *O Capital* (PINO, 2006).

Em trabalho anterior, já pautávamos essa reflexão com vistas ao sentido estético intrínseco ao trabalho criativo do pescador artesanal e aos desafios da educação ambiental crítica e transformadora:

Ao aliarmos os conceitos da educação ambiental com tais pressupostos acima citados, o trabalho como constitutivo da consciência do ser humano, como lembra Vygotsky (2001), e o processo de constituição do pescador no tempo, estamos dando um sentido histórico à própria educação ambiental, que em seus debates, por vezes, é permeada por visões essencialistas, conservacionistas e naturalistas. Nosso propósito é ao mesmo tempo compreender os processos ligados à pesca e desvelar o papel da educação ambiental nesse contexto buscando oportunizar um posicionamento político em favor da transformação da realidade e a construção de alternativas pedagógicas concretas (PEREIRA, MOLON, LOUREIRO, 2007, p.03.).

Com essas palavras encerramos nosso posicionamento quanto às categorias filosófico políticas adotadas para análise do corpus da pesquisa. A seguir, discorreremos brevemente sobre a proposta adotada de análise textual e também do subtexto, com base nos autores que propõem tais metodologias (Moraes, Galiazzi e Vygotsky).

## 7 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO MATERIAL

### 7.1 O subtexto

A linguagem escrita é a forma de linguagem mais prolixa, exata e desenvolvida. Nela temos de transmitir por palavras o que na linguagem falada se transmite por entonação e pela percepção imediata da situação (VYGOTSKY, 2001, p.456).

Ao nos desafiarmos a análise de um determinado texto, estamos certos de que houve um trabalho dinâmico de elaboração que encerra um movimento do geral e complexo ao específico e focado. Muitas narrativas ficam expressas muitas vezes num só texto. Vygotsky nos expõe suas reflexões que traçam comparativos entre a fala interior, a fala exterior (verbal) e a linguagem escrita. Para o autor, existem nuances diferenciadas entre cada uma destas. Vejamos:

A linguagem escrita contribui para o fluxo do discurso na ordem da atividade complexa. É nisto que se baseia o emprego de rascunhos. O caminho entre o esboço e o ato de passar a limpo é uma via de atividade complexa, mas até mesmo quando não há cópia fatural o momento da reflexão no discurso escrito é muito forte; muito amiúde falamos primeiro para nós mesmos depois escrevemos: aqui estamos diante de um rascunho mental (VYGOTSKY, 2001, p.457).

No momento em que lemos algo que foi escrito com intencionalidade para estabelecer um conjunto de estratégias que visam dar solução prática a diferentes problemas da realidade, então podemos tentar identificar os interlocutores dessa escrita; certamente, existem vários, todos mediatizados por quem escreve. Para Vygotsky, “ser constituído de sujeitos e predicados desdobrados, é uma lei da linguagem escrita; omitir sempre o sujeito e constituir-se apenas de predicados é lei da linguagem interior” (VYGOTSKY, 2001, p. 458).

Em relação ao subtexto e na formulação de pensamento e expressão deste:

No nosso pensamento existe sempre uma segunda intenção, um subtexto oculto. ...a passagem direta do pensamento para a palavra é impossível e sempre requer a abertura de um complexo caminho. As experiências mostram que o pensamento não se exprime em palavras mas nela se realizam (VYGOTSKY, 2001, p.478-479).

E mais: “O pensamento não é só externamente mediado por signos como internamente mediado por significados (VYGOTSKY, 2001, p.479)”.

Nesse sentido, ao buscar signos e palavras que desvendem tais significados que mediaram a escrita dos textos e relatórios, interpretando com nosso conjunto de signos e significados, buscando conclusões e possibilidades que gerem propostas de ação prática e política, buscaremos conclusões (nossas) que desvendem enigmas com relação a ineficiência de tais projetos.

## **7.2 A proposta de análise textual (discursiva)**

De acordo com Moraes e Galiazzi (2007), a partir de estabelecido o *corpus* da pesquisa começa o processo de análise que os autores apresentam nesta ordem:

1. Desconstrução e unitarização do texto;
2. Envolvimento e impregnação;
3. Estabelecimento de relações: o processo de categorização;
  - 3.1. Processo de categorização;
  - 3.2. Propriedades das categorias
  - 3.3. Categorização e teorias
  - 3.4. Produção de argumentos em torno das categorias;
4. Captando o novo emergente: expressando as compreensões atingidas;
  - 4.1. Construção do metatexto e sua estrutura textual;
  - 4.2. Descrição e interpretação;
  - 4.3. Produção textual, compreensão e teorização
  - 4.4. Construção e validade
5. Auto-organização: um processo de aprendizagem viva (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.11-41)

Acreditamos ser eficiente para o nosso trabalho a análise textual proposta pelos autores Moraes e Galiazzi; assim, dedicamos os próximos passos a compreender tal proposta. Contudo, nos permitimos uma adaptação da mesma aos nossos propósitos de uso concomitante com a proposta de Vygotsky em suas teorias do pensamento e linguagem, do trabalho com o subtexto. Por outro lado,

buscamos uma triangulação com os princípios da pesquisa participante que nos orientou em nossa trajetória. Por último, consideramos as narrativas que também compõe esse mosaico por considerarmos que dialoga com as propostas acima, além de termos como eixo estruturante o método materialista histórico dialético.

Pretendemos a partir dos textos identificar as mensagens que estão contidas inclusive para desmistificar uma possível neutralidade dos sujeitos que os produziram. Queremos descortinar o ecletismo conceitual, apontando o referencial teórico de tais propostas e explicitar o que cada uma delas defende em termos de proposta de visão de mundo, sociedade e Estado.

Concluindo, por ora, vamos beber da fonte da análise textual enquanto um método de organização, interpretação e análise do material de pesquisa. É possível que tenhamos que fazer algumas adaptações na proposta de metodologia buscando não alterar sua essência.

### **7.3 Análise do material de pesquisa**

Foram lidos os documentos relativos ao processo administrativo no. 02022.001612/01 - Atividades de exploração e produção no Bloco BM-CAL-4, Bacia de Camamu-Almada – EL PASO Óleo e Gás do Brasil (condicionante específica da LPper nº 70/07). Nosso marco inicial de estudo no processo passa a ser o conjunto de documentos relacionados: os pareceres técnicos desde ELPN/IBAMA e CGPEG/DILIC/IBAMA; o plano de compensação da atividade pesqueira; o relatório do curso de capacitação em diagnóstico participativo, a fase I do plano, que é a capacitação, mobilização e articulação institucional (relatórios). Quanto às características dos relatórios, podemos afirmar que uns tem caráter descritivo das ações, e um apenas se denomina analítico, onde consideramos que este último é mais explícito em referencial teórico. De qualquer modo, foram requeridos por nós o conjunto de documentos que compõem o processo para eventuais consultas os mesmos encontram-se relacionados no anexo I.

Abaixo, apresentamos os documentos principais que geraram a “unitarização” proposta na metodologia de análise textual.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL  
ESCRITÓRIO DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE PETRÓLEO E NUCLEAR

## PARECER TÉCNICO ELPN/IBAMA Nº 046/06

**ASSUNTO** Análise do Relatório de Controle Ambiental – RCA – para licenciamento das atividades de perfuração marítima no Bloco BM-CAL-4, Bacia de Camamu-Almada.

**INTERESSADO:** EL PASO Oleo e Gás do Brasil

**PROCESSO IBAMA Nº:** 02022.001612/01

### I - INTRODUÇÃO:

A empresa EL PASO Oleo e Gás do Brasil executou uma 1ª campanha de perfuração no 1º semestre de 2003 com base na LPper nº 34/02. Nesta campanha foram perfurados 4 poços, sendo que 3 deles acusaram presença de óleo e gás.

A EL PASO Oleo e Gás do Brasil solicitou a renovação da licença, contudo a empresa informou que trocaram de plataforma. O ELPN informou que não seria possível a renovação e que seria necessário a emissão de um Termo de Referência Complementar, além disto a empresa deveria realizar uma audiência pública para apresentar os projetos da atividade de perfuração da 2ª campanha à comunidade. O cumprimento das condicionantes da LPper nº 34/02 foi analisado no Parecer Técnico ELPN/IBAMA nº 79/04, emitido em 29 de junho de 2004.

A EL PASO Oleo e Gás do Brasil encaminhou OFÍCIO El Paso EPI/E&P/047/04, datado de 22.04.04, solicitando a emissão de termo de referência complementar para o licenciamento ambiental da 2ª campanha no Bloco BM-CAL-4, Bacia de Camamu-Almada.

A audiência pública foi realizada em 29 de abril de 2004 na cidade de Ituberá/BA, sendo que manifestações relativas à atividade de perfuração na região da Bacia de Camamu-Almada foram incorporadas na análise deste parecer.

O ELPN/IBAMA emitiu, através do OFÍCIO IBAMA/DILIQ/ELPN nº 484/04, o Termo de Referência Complementar nº 019/04, datado de 13.07.04, visando embasar os estudos ambientais apresentados pela empresa.

A EL PASO Oleo e Gás do Brasil apresentou, através do OFÍCIO EP/SM5/040/2005, datado de 24.06.05, o documento "Relatório de Controle Ambiental – RCA (Complementar) para a atividade de perfuração marítima no Bloco BM-CAL-4, Bacia de Camamu-Almada – Revisão 00 – Junho de 2005", elaborado pela Kriteria Consultores Associados. Em anexo, foi encaminhado o formulário de requerimento de licença com o valor do empreendimento de US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares).

O objetivo deste parecer técnico é fornecer subsídios ao IBAMA para a emissão da Licença Prévia para Perfuração (LPper) para a referida atividade.

Nesse parecer, havia considerações de diferentes aspectos do licenciamento, contudo o que nos interessa é o item que transcrevemos abaixo:

#### **Plano de Compensação da Atividade Pesqueira**

Este Plano está sendo exigido pelo ELPN/IBAMA devido à atividade de perfuração ocorrer em áreas rasas e sensíveis (profundidades inferiores a 50-60 metros) e a atividade de pesca artesanal ser intensa, incluindo a previsão de poços perfurados em pesqueiros tradicionalmente utilizados pelas comunidades locais.

Sua proposição é fomentar projetos locais voltados para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. O Plano de Compensação deverá incluir ações a serem definidas em conjunto com as comunidades pesqueiras afetadas, levando em consideração suas necessidades, visando capacitá-las, de forma a possibilitar sua participação efetiva na gestão dos recursos ambientais e pesqueiros da região. Poderá considerar iniciativas locais, a fim de fomentar sua continuidade.

Desta forma, o Plano de Compensação contém duas etapas: i) construção dos projetos comunitários, a partir da identificação dos principais problemas e soluções potenciais em conjunto com as comunidades e, ii) implementação das ações selecionadas pelas comunidades.

É necessário apresentar ao ELPN/IBAMA, o detalhamento da primeira etapa, considerando os seguintes aspectos:

(i) o Plano de Compensação deverá prever a construção de um diagnóstico da atividade pesqueira em todos os municípios da Área de Influência Indireta (AII) e envolver os pescadores impactados pela atividade sísmica;

(ii) o foco do Plano deve ser a atividade pesqueira e, a proposição de soluções para os seus principais problemas. Desta forma, outros temas relativos às comunidades poderão ser tratados, mas sem perda da discussão da temática "pesca";

(iii) deverá ser previsto um projeto por comunidade pesqueira. Soluções/projetos mais amplos, ou seja, que envolva várias comunidades poderão ser propostos desde que sejam demandados por estas;

(iv) os participantes devem representar vários segmentos dos pescadores, independente da atuação das instituições existentes. Desta forma, a participação das instituições locais representantes dos pescadores deve ser garantida (colônias e associações), mas também deverá ser garantida a participação de outros grupos, incluídos aqueles que não são associados/organizados e, por esse motivo, muitas vezes têm posições divergentes dos grupos existentes;

(v) deverão ser utilizadas metodologias participativas, com vistas a garantir que os projetos selecionados sejam demandas das comunidades e, que estes atores sejam co-responsáveis pela sua implementação e, posterior manutenção;

(vi) deverão ser contratados profissionais com experiência em gestão do uso dos recursos pesqueiros e com conhecimento em metodologias participativas de construção de diagnósticos ou profissionais com formação e experiência em educação ambiental no processo de gestão;

(vii) sugere-se que as ações do projeto iniciem-se antes ou durante a atividade de perfuração, mesmo que o fechamento destas ocorra posteriormente. Contudo, o espaçamento de tempo entre o término da atividade e o Plano de Compensação não deve ultrapassar 30 dias;

(viii) deverá ser prevista a participação dos técnicos dos Núcleos de Educação Ambiental (NEA) do IBAMA local em todas as etapas, incluindo a fase de planejamento.

É importante que, para a implementação das ações do Plano de Compensação, alguns

princípios estejam bem claros:

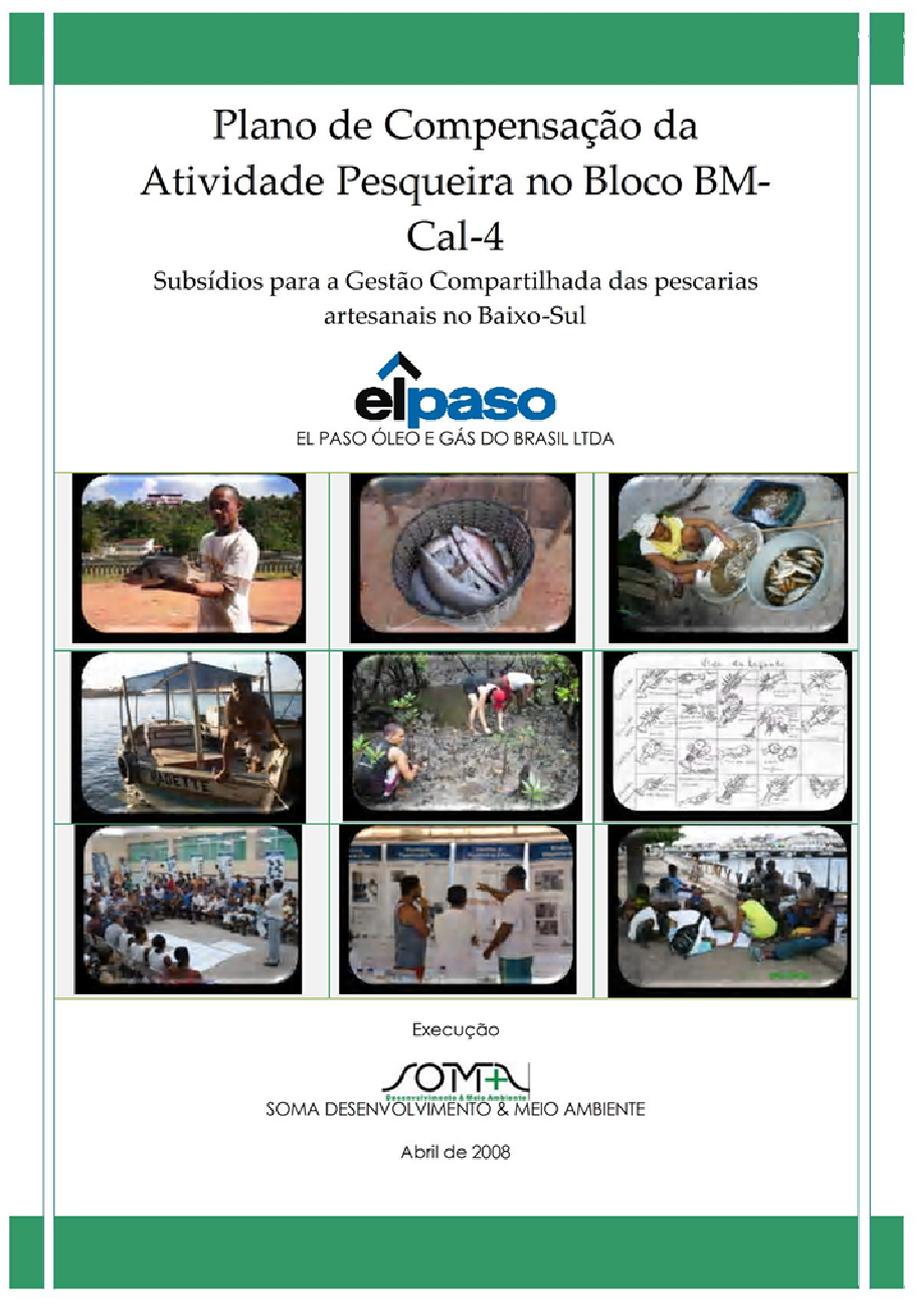
- (i) reconhecimento da pluralidade e da diversidade cultural;
- (ii) interdisciplinaridade - a abordagem interdisciplinar exige discussão e troca entre diversos níveis de conhecimento, sejam científicos ou populares;
- (iii) participação dos diferentes segmentos sociais;
- (iv) descentralização - divisão de responsabilidades e deveres intersetoriais e interinstitucionais.

O documento a ser apresentado para avaliação do ELPN/IBAMA, como parte integrante da Revisão 01 do RCA, deverá conter o detalhamento da metodologia a ser utilizada, incluindo a etapa de seleção dos participantes de cada comunidade e, o cronograma detalhado das ações.

Após a implementação da primeira etapa, deverá ser encaminhado um relatório contendo a descrição do processo de elaboração dos projetos (diagnóstico) contendo os projetos mais votados e aquele que será implementado, incluindo atas e documentação fotográfica. A empresa deverá privilegiar a proposta mais votada pelas comunidades e, caso deseje fomentar outro projeto, deverá justificar os motivos. Tal justificativa deverá ser submetida à análise e aprovação do ELPN que se manifestará em relação aos projetos que deverão ser implementados.

**Quadro 7 - solicitações do órgão licenciador para elaboração do PCAP**

A seguir apresentamos a página inicial dos documentos com as propostas de ações



Quadro 8 - Página Inicial do Relatório Técnico analisado



**SEGUNDA CAMPANHA DE PERFURAÇÃO EXPLORATÓRIA  
BM-CAL-4**



**PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA  
FASE I – CAPACITAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO  
INSTITUCIONAL**



Execução:  
**SOMA**  
Sociedade de Obras e Manutenção

**Agosto de 2007**

**Quadro 9 - Página Inicial da proposta técnica da Fase I - Capacitação, mobilização e articulação Institucional**

**EL PASO – ÓLEO E GÁS DO BRASIL LTDA.  
SOMA DESENVOLVIMENTO & MEIO AMBIENTE LTDA.**

**Programa de Gestão Compartilhada e Desenvolvimento da Pesca no Baixo-Sul  
Bahia – BA**

**CURSO DE CAPACITAÇÃO  
EM  
DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO**

**Relatório da Consultoria/Docência**

Barra Grande – Maraú – BA, 07/ 08/ 09/10/ 11 de agosto de 2008

**Quadro 10 - Página Inicial do relatório do Curso de Capacitação em Diagnóstico Participativo**

Dessa forma, começamos o processo de identificação das palavras chaves e/ou de parágrafos que nos fossem significantes ao propósito do estudo. A esse processo, Moraes e Galiazzi chamam de “desconstrução” do texto, um momento que exige uma “impregnação” ao material pesquisado. Após a leitura generalizada do conjunto do material, mergulhamos na busca de entendimento do processo através da leitura mais detalhada dos relatórios e pareceres. A partir daí, fizemos o exercício de pinçar palavras que para nós significavam ícones com algum tipo de ferramental

teórico. Primeiro foram agrupadas palavras aleatoriamente, a seguir as reunimos em bloco por perspectiva de continuidade de signos, para análise. Foi o que entendemos da proposta do processo de “unitarização” dos autores Moraes e Galiazzi (2007).

Para facilitar o entendimento da análise, optamos em agrupar por palavras chaves e logo a seguir formar blocos. A cada apresentação dos blocos, faremos nossas relações com o que entendemos do texto e as conexões que fazemos com as categorias *a priori* do corpus de pesquisa.

Participação → condições para tomada de decisão → ações coletivas → integração → incorporação dos saberes → nas questões ambientais → propor e expor suas expectativas e percepções → atores sociais → corresponsabilidade → recursos pesqueiros → responsabilidade com que cada um cuida do habitat e dos recursos → processos de aprendizado social → emancipação cidadã → conservação ambiental → padrão de uso dos recursos → percepção dos atores (*stakeholders*) → relações de mercado e relação não econômicas → desprovidos de educação formal e escolarização → intervenção técnica → beneficiários dos projetos → processo de comunicação racionalmente construído → o método é capaz de estimular debates entre as pessoas informantes → expor em grupo os interesses opostos → facilitadores → variáveis contidas nos vértices → atitudes não verbais → promoção de mudanças, inclusive de comportamento dos pescadores e entidades a partir da apropriação da informação gerada → oportunidade → conduz as pessoas → objetivo negociado → relações de gênero → discriminação → cooperação → transparência → Oportunidade → Flexibilidade → Conscientização → organização → confiança → inconsciente → características impositivas → características naturais ou ecológicas → características do mercado → segurança → qualificação → legalidade do trabalho → situação generalizada de despreparo → atravessadores → comercialização → sazonalidade → lógica predominante → infraestrutura → apropriação → armazenamento → conservação → precível → transporte para compra e escoamento → insumos → loja fornecedora → educação → qualidade de vida → Código de Conduta → precariedade → manejo sustentável de recursos → propriedade comum → arranjos de gestão cooperativa → independentemente da localização geográfica, cultura ou sistema político → arranjo institucional → gerações → sustentável → direitos de acesso → delimitação dos sistemas de direito de propriedade → vulnerabilidade e escassez → arranjos locais → caráter informal → regras de uso e acesso → códigos de ética → expansão → organização social → modelo de gestão centralizador do Estado → direitos comunais → Atributos de mercado → oferta x demanda → nova racionalidade → à quebra e/ou desrespeito → lógica produtivista

Quadro 11 - Palavras Chave do processo de unitarização

## 1º. Bloco



**Quadro 12 - 1º Bloco de Unitarização**

Na leitura dos documentos, entendemos que as palavras acima citadas contêm uma relação entre si, mas que podem significar diferentes entendimentos. Por isso, vamos discorrer sobre tais significados de acordo com o objetivo do nosso estudo. Não esqueçamos que nossa inquietação se dá na relação: ação pretendida *versus* resultado alcançado; isto é, percebe-se a intenção clara de realização da política pública por parte dos responsáveis pela sua garantia, no caso o órgão licenciador e executor da política nacional de meio ambiente (IBAMA) e do esforço dos executores dos PEAs em desenvolvê-los. No entanto, não se concretiza; se fizermos um levantamento dos projetos de compensação efetivos, encontraremos um número inexpressivo. Esse é o grande impasse que nos impulsiona a buscar na metodologia de tais empreendimentos (desenvolvimento dos PEAs) a raiz dos problemas de ineficiência.

Começamos a pensar no seguinte bloco de palavras chaves: participação → ações coletivas → comportamento → atores sociais. Percebemos ao longo do texto que é dado ênfase à participação dos sujeitos; mas que participação é esta? A partir da bibliografia apresentada nos textos, conectamos com as propostas das ferramentas participativas que já citamos em nosso texto introdutório, contudo tais princípios de participação e ação coletiva visam a uma mudança comportamental, trazendo aparentemente a responsabilidade aos próprios prejudicados.

O DRP é uma metodologia de pesquisa qualitativa e, por necessidade pode ser também, quantitativa, derivada do Rapid Rural Appraisal (RRA) e desenvolvida, a partir do final da década de 80, por técnicos de agências européias governamentais e não governamentais (especialmente o IIED - International Institute for Environment and Development) que realizavam projetos em países em desenvolvimento, especialmente nos continentes da África e Ásia. Após o desenvolvimento do RRA, foi inserida a importância mais significativa do componente da participação, transformando-se em PRA – para Participatory Rapid/Relaxed/Rural Appraisal (segundo CHAMBERS, 1993).

PRA é um caminho para estimular e apoiar os membros de grupos sociais, para que possam, num espaço de tempo significativo, investigar, analisar e avaliar seus obstáculos e chances de desenvolvimento, assim como, tomar decisões fundamentais e na hora certa, relacionadas aos projetos a seu respeito (Chambers 1993 - processo como “sharing realities”).

Hoje a metodologia foi rebatizada para “Ação e Aprendizagem Participativas”, do inglês PLA – Participatory Learning and Action. Assim, esse desenvolvimento metodológico está ligado à necessidade de novas formas de pesquisa e análise que possibilitem um melhor entendimento entre os técnicos e atores locais (por exemplo, agricultores, artesãos, pescadores, comerciantes). Inclui a todos, especialmente aqueles desprovidos de educação formal e escolarização. Seu uso visa sanar problemas graves nas áreas de pesquisa, apropriação de tecnologias e planejamento, aumentando a eficiência da intervenção técnica onde desníveis socioculturais impossibilitam uma relação adequada entre produção científica, saber tradicional e o saber-fazer dos beneficiários (SOMA, 2008, p. 31).

Como podemos esperar, existem contradições no próprio *corpus*, pois nos textos que se referem à descrição da realidade apresenta-se o problema dentro de uma totalidade, descrevendo a problemática do sistema público ineficiente, da burocracia e da dominação de classe. Porém, na hora estratégica de propor soluções fica explícita a concepção fragmentada de entender que cada um fazendo sua parte seria o suficiente, como se o todo fosse a soma das partes. Passamos a entender tais contradições quando conhecemos os autores que embasam seus planos de trabalho. Por exemplo, para Putnam (1993), Capital Social refere-se à práticas sociais, normas, relações de confiança que existe entre cidadãos de uma dada sociedade. Sistema de participação que estimula a cooperação. Quanto maior a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associadas numa sociedade, maior volume da capital social. Idéias como esta nos pareceriam inofensivas se não tivéssemos a mensagem do subtexto que elas podem significar do ponto de vista

teórico. A questão da cooperação e da participação são ícones que são utilizados com diferentes objetivos. Eles podem estar ancorados numa proposta revolucionária ou reformista, Podem estar ancorados numa proposta de educação crítica e libertária como a de Paulo Freire ou podem estar na ideologia do comportamentalismo de uma pedagogia psicologizante e alienada das transformações sociais. Falar de capital social significa, a nosso ver um consenso com o sistema capitalista e com os seus valores, símbolos e significados alienantes.

Voltemos nossa atenção ao termo “atores sociais”. Este também está arraigado a conceitos onde, a nosso ver, a raiz dos problemas não é atingida, apenas seus efeitos. Aparece com um tom reformista com relação à sociedade, acredita que é possível diálogo entre antagônicos na construção de consenso entre desiguais, como se o problema fosse apenas de comunicação, confunde educação com repasse de informações. Juntando-se todos estes no bloco, encontramos um conceito de sociedade que ignora a estratégia da ação política como mola propulsora da transformação social. Por exemplo:

Diálogo e participação dependem muito de investimento de recursos e confiança; capital social em desenvolvimento; processo de imersão; enlace de instituições; muito diálogo e, conseqüentemente, muito aprendizado para todos os envolvidos; a luta contra a pobreza a partir de métodos mais inclusivos para criar instituições pesqueiras coesas e duradouras (SOMA, 2008, p. 33).

Afirmações dessa natureza demonstram que os autores/executores do plano de trabalho comungam de uma visão de mundo própria do pós-modernismo, onde se preconiza o fim da luta de classes e onde termos como governança, capital social e empoderamento são utilizados como uma nova proposta, um realinhamento do sistema capital.

O conceito de ator social está ancorado na sociologia em Bordieu. Teórico que trabalha na linha do estruturalismo construtivista, admite que no mundo social há estruturas objetivas que podem dirigir ou coagir ação ou representação dos indivíduos, mas estas estruturas seriam construídas socialmente assim como os esquemas de pensamento e ação. Dessa forma, a representação sofre uma ação dialética transforma e é transformada ao mesmo tempo. Ele se refere ao ator, ao jogo social, etc. Contudo, com os instrumentos teóricos que criou, Bordieu se afasta da centralidade do trabalho e do econômico e introduz a idéia de violência simbólica,

para legitimizar o controle de uma classe sobre a outra; e esta se expressaria em estilos de vida. Compondo este mosaico, temos posições tais como:

Autores como Giddens (1996) estão denominando de sociedade pós-tradicional, como Touraine (1998), de pós-industrial e como Bauman(2001), de modernidade líquida, os movimentos sociais, em vez de orientarem uma ação coletiva, orientam uma ação individual. Os bens materiais são produzidos e consumidos com mediação de sistemas informacionais e simbólicos, caracterizando os conflitos fora do sistema tradicional industrial (Melucci, 1989). A partir dos anos 80, os atores coletivos são “temporários”, cuja função simbólica é “revelar” problemas fundamentais, lutar por projetos, significados e orientações. (...) o forte desinteresse pelas instituições políticas e das idéias sociais (GOSS, 2004, p.86).

Acreditamos que esses posicionamentos deslocam o eixo central do problema. Ao ler a descrição da realidade exposta nos relatórios, encontramos os velhos e conhecidos problemas da propriedade privada, do abuso econômico e dos meios violentos e truculentos de manter a dominação de classe. O caso de Barra dos Carvalhos expressa claramente todos os elementos citados. Vamos transcrever para que fique mais claro:

## 2º. Bloco



Quadro 13 - 2º Bloco de Unitarização

Nesta unidade, agrupamos as palavras chaves que consideramos que se relacionam com a categoria *a priori* do *corpus* de pesquisa: **ideologia**. No texto analisado, encontramos referências ao processo educativo, citando Paulo freire, emancipação e participação. Porém, consideramos que os conceitos que amparam

a concepção de educação referida nos textos da empresa são contraditórios em relação ao que apregoava Freire. Embora aparentemente estejam em sintonia, percebe-se no decorrer da leitura dos textos que existem antagonismos entre o que diria Freire e os outros autores citados, assim como a relação da teoria com a prática desenvolvida.

Portanto, para Freire é fundamental que o sujeito educador esteja engajado num processo de aprendizado que seja antes de tudo diretivo e político, expressando-se na prática pedagógica dos planos; não é possível que seja só um treinamento, um comportamento, uma disposição espontânea, que se dá na forma, na metodologia e em uma técnica, uma ferramenta. Sendo assim, segundo o relatório, houve momentos em que se fez uma formação conjunta de técnicos e alguns representantes comunitários; porém, foi um espaço pedagógico de aprendizagem de um conjunto de atitudes de aplicabilidade de ferramentas consideradas participativas. Refere-se a comportamentos adequados como se todo esse conjunto de “formas” fosse o central numa comunidade onde tudo é precário e as pessoas estão com sua subsistência ameaçada. Uma citação retirada do relatório aponta para uma referencia teórica que os sustenta:

De acordo com Demo (1996) e Campell & Salagrama, (2001), a construção de conhecimento ocorre a partir de um processo de aquisição de dados que manejados se tornam informação e, por fim, a partir de um processo de compreensão e de diálogo entre agentes externos (técnicos) e locais (pescadores), se estabelece um nível de conhecimento com maiores chances de propor intervenções coletivas e sustentáveis. Esse processo é exemplificado através dos níveis em que se estrutura a chamada “Pirâmide Informacional” proposta por Jegquier et al. 1987, apud Machado, 1995: (SOMA, 2008, P. 32)



**Quadro 14 - modelo esquemático da Pirâmide Informacional - in Soma, 2008, p. 33**

Na maioria das vezes, encontramos uma visão de educação que está arraigada à informação ou à psicologia. Nas palavras que compõe esse segundo bloco, encontramos PERCEPÇÃO e CONSCIENTIZAÇÃO, que fazem uma conexão direta com a psicologia e que de alguma forma se relacionam com o comportamento (1º. bloco) e com a INFORMAÇÃO. Então, corremos o risco de interpretar que o comportamento das pessoas ocorre de tal forma porque elas não sabem, ou melhor, não têm a informação do que seria correto; e que todo o problema está na falta de diálogo entre os sujeitos envolvidos.

Ora, sabemos que muitos são os motivos que movem o comportamento das pessoas. Um desses aspectos pode estar ligado a falta de informações, contudo ele não é único; as condições objetivas à mudança são determinantes. Aqui entram os conceitos de ideologia e hegemonia dominante e políticas estatais. Isto é, se a vida de uma família depende da pesca, embora o pescador saiba que não está dentro da lei para pescar num determinado lugar ou período do ano, ele não deixará de pescar apenas por saber, pois a necessidade básica de alimentação de sua família é mais forte na sua motivação. Outro motivo seria o conjunto de influências ideológicas que compõem a relação legislação, Estado, povo e fiscalização. Existe um senso comum, entre as comunidades pesqueiras, de que o Estado, através da fiscalização só visa efetivar ações repressivas com os pequenos empreendedores e ou pescadores, isto é, com a grande indústria não haveria esse tipo de rigidez na cobrança da aplicação legal. Esse é só um dos exemplos de elementos que compõem a complexidade de idéias subliminares nesse processo.

Nesse sentido, torna-se necessário que se compreenda as limitações estruturantes para uma proposta de mudança, uma proposta de aprendizagem, estas se compõem nos subtextos do Vygotsky; são mensagens que mediam o pensamento, a linguagem e a ação prática. A nosso ver, a ideologia está impregnada de tais elementos. Contudo ideologia também é um conceito que sofreu a ação contextual de cada tempo vivido, deixando uma síntese para nós. Faremos a tentativa de resgatar alguns dos conceitos de ideologia que consideramos elementares para o entendimento que buscamos. Começamos com Marx em Chauí (2004):

Embora Marx coloque na categoria de ideólogos os pensadores franceses e ingleses, procuram distinguir o tipo de ideologia que produzem: entre os franceses, a ideologia é sobretudo política e jurídica, entre os ingleses é, sobretudo econômica. Os ideólogos alemães são, antes de tudo, filósofos. Se, portanto, podemos falar em ideologia em geral e na ideologia burguesa em geral, no entanto, as formas ou modalidades dessa ideologia encontram-se determinadas pelas condições sociais particulares em que se encontram os diferentes pensadores burgueses (CHAUÍ, 2004, p 14).

O que nos chama atenção na citação acima é que num primeiro momento Marx faz a crítica aos que ele chamou de “ideólogos” grupos intelectuais que produziam teorias sobre a sociedade de forma abstrata sem ação prática. Ainda assim, a citação explica que apesar das críticas não há uma generalidade, pois cada grupo, de cada país, tem um perfil diferente. Por fim, Marx fala dos ideólogos burgueses, defendendo que há pontos que os ligam, mas mantém suas particularidades.

Pensando na categoria ideologia, encontramos diferentes perfis reunidos na bibliografia dos documentos analisados. Os que dizem respeito ao IBAMA, seguem as orientações pedagógicas do órgão, que buscam seguir a linha de Paulo Freire; contudo, nos documentos planejados e relatados pelos executores do PCAP (hoje parte do PEA pela NT- IBAMA- 01/10), encontramos uma hegemonia maior nos grupos ligados à ideologia de organismos internacionais, como os que atendem as exigências do FMI – Banco Mundial.

De fato, acreditamos que existe um abismo entre as propostas ancoradas nos organismos internacionais que trazem mecanismos de gestão e planejamento como os utilizados no DRP e as propostas calcadas em experiências de cunho

revolucionário como os que Paulo Freire estabeleceu nos anos que antecederam a ditadura militar, com o seu método de alfabetização de trabalhadores.

O DRP é uma metodologia de pesquisa qualitativa e, por necessidade pode ser também, quantitativa, derivada do Rapid Rural Appraisal (RRA) e desenvolvida, a partir do final da década de 80, por técnicos de agências europeias governamentais e não governamentais (especialmente o IIED – International Institute for Environment and Development) que realizavam projetos em países em desenvolvimento, especialmente nos continentes da África e Ásia (CHAMBERS, 1993, apud SOMA, 2008, p. 31).

Como já citado anteriormente no capítulo que tratou da educação e dos movimentos históricos que marcaram a vida do nosso país, Paulo Freire foi um homem engajado na política, um homem que pensou sua produção numa relação dinâmica com a prática:

Os chamados “movimentos de educação popular, articulados no início dos anos de 1960, tiveram atuação surpreendente e atraíram intelectuais e militantes preocupados com questões educativas. Expressam bem esses movimentos: os Centros Populares de cultura, os celebrados CPCs da UNE, que levavam “o teatro ao povo” improvisando a encenação de peças políticas em portas de fábricas, sindicatos, favelas. Os movimentos de Cultura popular, os MCP, originários de Pernambuco e Rio Grande do Norte, que inauguravam programas de alfabetização eficientes e altamente politizados, como o de Paulo Freire e o “de pés no chão também se aprende a ler”, liderado por Moacyr de Góes. O Movimento de Educação de Base, o MEB, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e às forças progressistas da igreja católica, que chegou a criar um sistema de radiodifusão educativa (SHIROMA *et al*, 2004, p.31).

O que nos inquieta é que exatamente o movimento político que Freire criticou está sendo usado junto com as suas teorias, como se fossem todas a mesma proposta, estas que são as soluções advindas de organismos ligados ao FMI e ao Banco Mundial, fórmulas (mágicas) de planejamento e participação, como se os problemas no Brasil (na África, na Ásia) fossem reduzidos à melhoria da administração apenas. Essa foi uma política bastante valorizada nos anos 1990, quando houve um avanço do neoliberalismo no Brasil, durante o governo que ali esteve. Com base nisso, tivemos uma invasão em nossos ministérios e órgão públicos de contratos da UNESCO, PNUD e outros que serviram muitas vezes para a política do “quem indica”, dos “amigos do rei” ou outro nome que se queira dar a esses contratos. Essas fórmulas apontadas por tais grupos não são as mesmas

propostas que nos apresentou Freire e seu grupo, embora haja algumas tentativas de mascaramento destas como alternativas democráticas e participativas.

Outra categoria *a priori* do *corpus* de pesquisa que queremos trazer neste bloco e que se relaciona com a ideologia é a **alienação**. Nesse sentido, Chauí é esclarecedora:

A forma inicial da consciência é, portanto, a alienação. E porque a alienação é a manifestação inicial da consciência, a ideologia será possível: as idéias serão tomadas como anteriores a práxis, como superiores e exteriores a ela, como um poder espiritual autônomo que comanda a ação material dos homens. A divisão social do trabalho torna-se completa quando o trabalho material e o espiritual se separam. Somente com essa divisão “a consciência pode realmente imaginar ser diferente da consciência da práxis existente, representar *realmente* algo, sem representar *algo real*. Desde esse instante, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc., ‘puras’”. Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias. Ou seja: as idéias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas idéias revelam tal separação, o que aparece é que as idéias é que estilo separado do mundo e o explicam. As idéias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta – mas como entidades autônomas descobertas por tais homens (CHAUÍ, 2004, p. 25).

Nesse trecho, Chauí reflete as origens da ideologia na alienação do sujeito e a divisão do trabalho como raiz da alienação. A partir desse raciocínio, nos reportamos às nossas palavras-chaves e concluímos que a organização desejada através da conscientização, da percepção e da educação passa necessariamente pela postura política (que implica ideologia/alienação/trabalho) dos educadores (técnicos executores) dos projetos; que concepção de trabalho eles atendem; quais ideais de sociedade compartilham. Estas são questões que pairam no ar e só podem ser respondidas no contexto, isto é, no interior dos seus textos.

Embora os textos estejam cheios de indicações de participação de construção coletiva do conhecimento, o fato é que percebemos, nas mensagens subliminares, com base nas orientações de Vygotsky e do subtexto, vários fatos concretos que

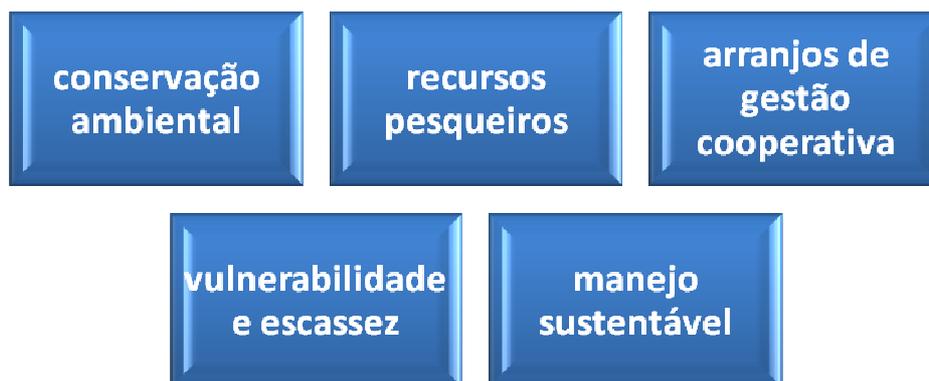
demonstram que estas posições são apenas de formato. Verificamos que não existe um compromisso real com estas comunidades que, de acordo com o IBAMA, são os sujeitos da ação educativa dos PEAs (nem mesmo conseguimos classificá-los como intelectual orgânico no conceito de Gramsci). Outro fator que cabe ressaltar é o uso excessivo de diagramas, mapas e jogos de autoajuda, que denunciam uma postura cientificista, apesar do discurso. E arriscamos afirmar que isso é inerente ao perfil dos grupos executores, sendo eles intelectuais sem vínculos com o movimento social. Isso reforça o sentimento de que a própria classe não poderá achar saídas para sua crise sem que haja uma interferência de fora. Continuamos com Chauí:

A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com a sua classe é a da submissão a condições de vida e de trabalho pré-fixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa reconhecer-se como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a realidade da classe decorre da atividade de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. E uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma “coisa” onde vivem. A ideologia burguesa, através de uma ciência chamada Sociologia, transforma em idéia científica ou em objeto científico essa “coisa” denominada “classe social”, estudando-a como um fato e não como resultado da ação dos homens. A ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir idéias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem. Ou, então, faz com que creiam que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar – ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e condições do trabalho. Ou, ainda, faz com que os homens creiam que são desiguais por natureza e pelas condições sociais, mas que são iguais perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes (CHAUÍ, 2004, p. 31).

Encerramos esse bloco, apontando para uma educação que permeie o processo social e descortine a realidade junto com essas comunidades,

proporcionando que estas possam construir utopias para além do capital (parafraseando Mészáros).

### 3º. Bloco



**Quadro 15 - 3º Bloco de Unitarização**

Este bloco de palavras nos leva a fazer uma crítica aos conceitos já consagrados dessas palavras, pois elas significam muito mais do que poucas palavras. Elas têm uma visão de mundo e relação ser humano/natureza implícitas (assim como as outras estudadas) que são hegemônicas no atual sistema, mas não estanques. Elas são permeadas pela disputa tanto no meio intelectual, por aqueles que são parte da luta dos povos ou por aqueles que são solidários com ela, e ou pelo movimento das massas expresso de muitas formas inclusive resistência velada. A partir do descortinamento dessa realidade, podemos começar a discorrer sobre o que consideramos que elas significam no processo social analisado através dos textos.

**CONSERVAÇÃO AMBIENTAL** – Neste item, tomamos as palavras de Diegues:

A conservação, termo relativamente recente é frequentemente definida somente em seus aspectos técnicos e científicos, sem inseri-la nas teorias mais amplas relativas aos estudos das relações entre os humanos e a natureza. É por aí que começam os problemas, pois haverá tantas definições quantos forem os pressupostos teóricos e as correntes de pensamento e ação que constroem a chamada conservação (DIEGUES 2000, p.1).

Nessa afirmação, fica estabelecida a posição de que quando nos referimos ao termo conservação não necessariamente estaremos nos referindo à mesma coisa. Perguntaríamos o básico: Conservar para quem? Para quê? E/ou por quê? Não raro nos passam a mensagem que seria para as futuras gerações. Mas os grupos étnicos de diferentes regiões do país se perguntariam: qual futuro? Que geração é essa?

Outra reflexão de Diegues nos esclarece quanto aos conceitos de conservação, no contexto da discussão sobre as grandes áreas de unidades de conservação que se estabeleceu como política no país e que tantos cientistas clássicos das ciências naturais corroboram. Diegues vai a busca da origem desse conceito e faz a relação com países tropicais, e ressalta a capacidade que as populações que sempre viveram nesses locais teriam de viver de forma sustentável nesse espaço, interagindo com o meio natural através do seu trabalho e manutenção de suas cultura resultante de tal trabalho.

Entretanto, na política mundial de UCs (Unidades de Conservação), estas são as maiores prejudicadas pela parcela de humanos que vivem e desfrutam do modelo econômico hegemônico no mundo atual (Capital). Vejamos:

Los preservacionistas americanos, partiendo del contexto de la rápida expansión urbano-industrial de los E.E.U.U, proponían “islas” de conservación industrial, de gran belleza escénica, donde el hombre de la ciudad pudiese apreciar y reverenciar La naturaleza salvaje. De esta manera, las áreas naturales protegidas se constituyeron em propiedad o espacios públicos. La transposición de esos espacios naturales vacíos donde no se permite la presencia de habitantes, entro em conflicto com la realidad de los países tropicales, cuyas florestas eran habitadas por poblaciones indígenas y otros grupos tradicionales, que desarrollaron formas de apropiación comunal de los espacios y recursos naturales. Por medio de um gran conocimiento del mundo natural, esas poblaciones fueron capaces de crear ingeniosos sistemas para integrar la fauna y la flora, protegiendo, conservando e incluso potencializando la diversidad biológica. E nestos países existe una gran variedad socio-cultural, responsable por siglos por el manejo del mundo natural (DIEGUES, 2005, p.04).

Além disso:

Parecería llevarse a cabo la reproducción del mito del paraíso perdido y buscado por el Hombre después de su expulsión del Edén. Este neo mito, o mito moderno, viene sin embargo impregnado del pensamiento racional representado por conceptos como el de ecosistema, diversidad biológica, etc. (DIEGUES, 2005, p.05).

Essa discussão nos leva às nossas categorias *a priori* e nos sentimos interagindo com várias delas ao mesmo tempo, e isso por si só já está contido no conceito de *totalidade*. Bem percebemos que, ao falar de conservação ambiental, muitos discursos podem estar contidos nesta fala. Um deles é hegemônico e teve muita influência na formação dos intelectuais brasileiros que trabalham com a área ambiental, pois essa também é uma prática comum. Quando se fala em ambiente, logo se pensa em profissionais da área da biologia, ecologia, oceanologia, etc. E esses profissionais tem tido uma orientação com base na hegemonia mundial muito influenciada pela visão conservacionista exposta por Diegues. Isso reflete nos trabalhos realizados nas comunidades costeiras, pois explicita uma relação truculenta de pescadores e cientistas, assim como outras populações tidas como tradicionais também encontram problemas nesta relação.

Com relação aos textos lidos como parte do processo que compõe nosso *corpus* de pesquisa, encontramos uma tentativa de superação dessa visão tradicional da ciência. Encontramos várias citações de Diegues, por exemplo, que se referem aos pescadores. Vejamos um trecho do relatório analítico:

A opção de fomento à modernização da pesca, em especial à pesca industrial, fez surgir um novo tipo de organização da produção que afastou o pequeno pescador de seus meios de produção e, segundo Diegues (1983), o volume de capital necessário supunha uma organização empresarial, que se baseava nas premissas do capitalismo e não mais na lógica produtiva e no modo de vida da unidade familiar” (SOMA, 2008, p.24).

Há também a tentativa de valorização do conhecimento tradicional das populações, utilizando autores que defendem a valorização do conhecimento ecológico tradicional, como Kalikoski (2002). Contudo, consideramos que há uma dicotomia entre o discurso e sua aplicação prática, sem falar que temos divergências conceituais com tais autores. No caso do trabalho analisado, fala-se em valorizar o conhecimento tradicional, mas se fica naquela concepção de educação e de política para a qual apenas a troca de informações ou o diálogo seria suficiente para a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades. Isso é também parte da proposta teórica citada. Ocorre que isso não se faz e não se fez suficiente. Embora fosse a intenção dos técnicos a troca de informações, ela não ocorreu de fato, pois existe um abismo entre ambos e a única ponte capaz de transpor tal abismo é a

ação conjunta política, ações do movimento organizado ou ações estruturantes que sustentem a base para uma ação posterior.

RECURSOS PESQUEIROS – Em vários momentos do texto, encontramos uma alusão às espécies marinhas e aos peixes como um “recurso”. Esta palavrinha também denuncia uma visão mercantil de mundo. E esta é visão hegemônica também nos meios governamentais. Vejamos: existe a diferença entre um BEM e um RECURSO; por exemplo, no artigo 225 da Constituição Brasileira é dito que “o meio ambiente é um bem de uso comum e responsabilidade do estado e da sociedade civil”; já o recurso é algo que pode ser explorado economicamente, tais como os recursos hídricos, os recursos pesqueiros, os recursos naturais em geral. Ao que nos parece, esse é um problema conceitual que atrapalha um pouco na construção de novas propostas aos pescadores artesanais, pois do ponto de vista da economia eles teriam sua contribuição discutível. No PIB do país eles não despontam, embora existam discussões que busquem recuperar a importância econômica desse setor na economia brasileira. Quando a visão do recurso pesqueiro é essa, a tendência é forçar um desenvolvimento nos moldes capitalistas e, como já vimos em nosso referencial teórico, o capitalismo tem mecanismos próprios que inerentes ao seu processo de instauração ele desestrutura o modo de viver próprio das populações, o que nos leva a pensar em antagonismos. Seria necessário pensar essa relação do ser humano (pescador) com o seu trabalho (natureza) por um outro viés, como um BEM natural que precisa ser pensado como tal; não de maneira romântica, mas buscando de fato valorizar as estratégias utilizadas pelas comunidades até o momento para se manterem. É a partir dessas práticas que se pode evoluir para uma forma atualizada de resistência, e os PCAs (PEAs) podem servir de instrumentos concretos para essa construção objetiva. Ocorre que o Estado brasileiro tem um papel fundamental nesse contexto; por isso, a luta se dá também na esfera política e há que se preparar esses grupos para atuar nesta área de modo a compor um conjunto de estratégias eficientes. Nesse sentido, a nota técnica do IBAMA é muito clara na recomendação de se trabalhar na linha de organização comunitária e, se juntamos esta às orientações pedagógicas que precedia esta nota, facilmente compreendemos que os intelectuais que a produziram estão orgânicos, no sentido gramsciano, com a classe trabalhadora. Então, são

várias lutas e disputas que ocorrem simultaneamente na busca de hegemonia. Passemos a próxima palavra.

**ARRANJOS DE GESTÃO COOPERATIVA:** este pode estar se referindo a dois momentos distintos. Por um lado, temos os arranjos cooperativos que os pescadores desenvolveram ao longo de sua história, como está expresso no relatório analítico, no modo de trabalhar dos pescadores, dos mestres, dos donos das embarcações, envolvendo um sistema próprio permeado por tradição e símbolos que era motivo de orgulho da população. Por outro lado, quando a equipe técnica leva novas propostas às comunidades, também fala de arranjos de gestão cooperativa, e estes podem estar arraigados ao conjunto de conceitos aliados à proposta de gestão compartilhada e outras propostas que se aliam a termos como governança; acabam sendo novas roupagens para velhos conceitos de reforma do sistema (de produção capitalista).

O foco dessas teorias não visa uma transformação dos modos de produção capitalista, mas aponta para valores comportamentais, de identidade cultural, etc. Assim, a cooperação estaria ligada a um conjunto de atitudes como motivação, amizade, companheirismo, entre outras. Isso fica evidenciado quando na prática dos cursos e atividades realizadas o foco se dá no desenvolvimento dessas habilidades. Esse conjunto de teorias não centraliza os problemas sociais no modo de produção dos pescadores, apesar de no caso estudado ser abordado esse aspecto, na hora das proposições de fato ele não é “atacado”. Fala-se, descreve-se os pontos da realidade, mas na hora de exercer a práxis centra-se na autoajuda.

Reportando-nos às nossas categorias *a priori*, a **alienação**, por exemplo, pode ser esclarecedora das dificuldades de tais abordagens: “Em virtude da alienação, a relação humana fundamental – o trabalho – a que define o homem, a que humaniza e faz dele um ser consciente e livre, despoja o trabalhador de sua essência humana” (VÁZQUEZ, 1978, p. 90).

Partindo dos pressupostos de Marx (1975) de que o trabalho alienado afeta a constituição do sujeito, separando-o da natureza e de si mesmo, acreditamos que a ação dialética e transformadora age no processo de construção sociocultural através do ofício de pescador e da forma como se organiza socialmente em comunidades. O conjunto de desafios e dificuldades apresentados aos pescadores historicamente

vem a compor o mosaico de conhecimentos acumulados por eles ao longo de anos e que neste movimento contraditório estão engendradas as possibilidades e alternativas que podem ser o embasamento de políticas públicas que sejam reconhecidas por eles (Loureiro, 2004). Relacionando com a proposta de arranjos de cooperação, isso se expressaria no conjunto de estratégias já utilizadas por eles nas relações historicamente.

VULNERABILIDADE E ESCASSEZ – Esses conceitos são fáceis de consensuar por se tratarem tanto da fragilidade das comunidades quanto do BEM natural, e a escassez do BEM seria em princípio um dos grandes motivos da vulnerabilidade socioeconômico e ambiental dessas comunidades. No caso do modo de produção capitalista, é comprovado que gera tanto a vulnerabilidade ambiental quanto social e econômica. A escassez lembra também outro aspecto que é o alimento, a necessidade de estoques que tem sido uma preocupação mundial ao longo de nossa história, argumento muito utilizado na defesa de alimentos *transgênicos*. Isso poderia nos fazer pensar que o capitalismo seria um mal necessário. Nesse sentido, Mézaros traz contribuição na reflexão:

É evidente que nenhuma sociedade, nem mesmo de complexidade limitada, pode surgir sem a produção de alimentos básicos que excedam as exigências individuais dos trabalhadores. Mas é igualmente evidente que a existência de um produto excedente agrícola não encerra em si nenhuma determinação *econômica* quanto à maneira de sua apropriação. Ele pode ser apropriado por um grupo limitado de pessoas, mas também pode ser distribuído com base na mais estrita igualdade. Ora, a questão é que as exigências mais elementares do modo capitalista de produção (concorrência, crescimento, acumulação, etc.) prescrevem, por necessidade *econômica*, uma relação *fixa* entre produção e apropriação (isto é, a propriedade privada). (MÉSZÁROS, 2006, p. 129).

Logo, o problema da nossa relação com a natureza não está no trabalho como algo abstrato, mas no trabalho alienado que se define na expropriação, na apropriação privada do que é socialmente produzido e nas relações de exploração inerentes a uma formação social específica: o capitalismo. Então, se essa condição foi criada num processo histórico na disputa de interesses políticos e econômicos impondo inclusive uma cultura dominante, essa esfera precisa ser enfrentada num

processo de contra-hegemonia, e tal intervenção é construída politicamente, onde a educação emancipatória cumpre papel fundamental (Pereira *et al.*, 2008).

MANEJO SUSTENTÁVEL – Este conceito vem do conjunto de ciências naturais e da terra, seria o acúmulo de conhecimentos de como usar determinado bem natural sem acabar com a produção deste bem, isto é, manejar, interferir, produzir trabalho no processo natural. As populações tradicionais nos dão exemplos de manejo dos bens naturais, como os seringueiros da Amazônia, as populações indígenas e mesmo os grupos sociais como os que se formaram após miscigenação com açorianos, como é o caso de tantas populações da costa brasileira.

Las poblaciones y culturas tradicionales no indígenas son, de manera general, consideradas “campesinas” (Queiroz, 1973), y son fruto de un intenso mestizaje entre el blanco colonizador, el portugués, la población indígena nativa y el esclavo negro. Ellos incluyen a los “caiçaras”<sup>1</sup>, que habitan el litoral de Sao Paulo, Río de Janeiro y Paraná; los estados del sur; los habitantes de ríos y llanuras del Norte y Nordeste: los vargueiros<sup>2</sup>; las comunidades pantaneras y ribereñas del Pantanal matogrosense; los pescadores artesanales, como los balseros del litoral nordestino; las comunidades de pequeños productores litoráneos acorianos<sup>3</sup> de Santa Catalina, etc. Son poblaciones de pequeños productores que se constituyeron en el período colonial, frecuentemente en los intersticios del monocultivo y de otros ciclos económicos. Con relativo aislamiento, estas poblaciones desarrollaron modos de vida particulares que implican una gran dependencia de los ciclos naturales, conocimiento profundo de los ciclos biológicos y de los recursos naturales, tecnologías patrimoniales, simbologías, mitos e incluso un lenguaje específico, con acentos e innumerables palabras de origen indígena y negro. Sin embargo, esta gran diversidad cultural no ha sido adecuadamente estudiada por los etnólogos y antropólogos, pues como evalúa Manuel Diegues Jr. (1963), hasta hace poco tiempo, la mayor preocupación ha girado en torno al estudio de etnias indígenas. Este autor, a pesar de haber criticado la utilización del concepto de “área cultural”, fue uno de los primeros en llamar la atención hacia la necesidad del estudio de las culturas brasileñas no indígenas (DIEGUES, 2005, p.06).

Mas, na contramão de nossas considerações, temos encontrado conceitos de manejo sustentável construído no seio do conhecimento acadêmico, que embora tenha buscado o relacionamento com alguns grupos sociais ainda não conseguiu de fato estabelecer um processo político que venha a fortalecer tais populações. Temos o caso de Chico Mendes, que foi um processo autêntico de valorização e

preservação dos seringueiros, mas todos nós conhecemos o final trágico dessa história. Outros exemplos, que na verdade são o mesmo caso dos seringueiros, mas com outras características, que se ensaiam nesta linha, são as reservas extrativistas (RESEX), reconhecidas como políticas públicas. Os casos que se estabeleceram estão baseados na garantia do manejo sustentável tradicional.

#### 4º. Bloco



**Quadro 16 - 4º Bloco de Unitarização**

**CAPITAL SOCIAL** – Como próprio nome indica este é um conceito que facilmente se evidencia como um trabalho afirmativo do capitalismo. Podemos discorrer sobre as origens deste conceito e quais autores trabalham com ele, contudo para corroborar nossa impressão ao ler e analisar os textos fomos ao site do SEBRAE e encontramos na página inicial:

O desenvolvimento requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social, o que tem sido denominado como “capital social”. Quanto maior a capacidade das pessoas de se associarem em torno de interesses comuns, ou seja, quanto maiores os indicadores de organização social, melhores as condições de desenvolvimento. Não é possível existir desenvolvimento sem organização, participação e empoderamento das pessoas. Mas isso não vai acontecer se não houver confiança e cooperação, se não se constituírem redes de solidariedade e de ajuda mútua. O capital social é a própria trama de relações que conforma o tecido social. Quanto mais complexa essa trama, maiores as relações de confiança. Ocorre que a confiança está na base das relações de troca que suportam o mercado, portanto, sem capital social não há possibilidade de crescimento econômico. O desenvolvimento, se certa forma, é produto do capital social (<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/o-que-e/capital-social>: acesso: 04/02/2011).

Com essa consciência, de que o capital social faz parte do conjunto de conceitos que visa à afirmação do mercado, e se acreditamos que o mercado é estruturante do sistema capital e se mais ainda defendemos que existe outra forma possível de organização social e econômica, então esse não é o melhor conceito de se trabalhar com os PCAPs (PEAs). Um termo como esse, no conjunto de textos de um PEA, expõe a concepção dos autores e executores. E aumenta nossa inquietação e desconfiança do por que tais projetos não se aplicam à realidade.

Os defensores da idéia de capital social são Francis Fukuyama (1999), Robert Putnam (1993) e Patrick Hunout (1995-1996). Embora esse termo atenda tempos longínquos, esses autores são os que se mais destacam recentemente. Não nos surpreende que este termo seja usado no conjunto do processo analisado sendo que esse conceito remete a redes de cooperação existentes nas comunidades tendo como central, novamente, o conhecimento, a informação e os comportamentos dos grupos. Há um exemplo clássico, que visa explicar o capital social, que diz que um indivíduo sozinho teria potencial, mas quando ele procura seu vizinho ou vai para um clube, então ele estaria acumulando capital social. Novamente, o foco está nas relações comportamentais e simbólicas e ainda para agravar, neste caso, com a afirmação na “capitalização” das relações, termo característico do sistema capitalista.

QUALIDADE DE VIDA: Este, como os outros, é um conceito complexo. Podemos estar nos referindo a diferentes coisas quando falamos de qualidade de vida. O ferramental teórico que trata desse conceito está arraigado à sociologia, Herculano (2000) nos afirma que podemos medir a qualidade de vida de algumas formas diferenciadas, primeiramente medindo, quantificando; em segundo lugar, estimando a qualidade de vida e avaliando as necessidades através dos graus de satisfação e dos patamares desejados, alerta para não confundirmos qualidade de vida com a possibilidade de consumir mais.

De qualquer forma, qualidade de vida e riscos ambientais são conceitos que vêm sendo trabalhados por grupos que defendem um novo arranjo nas classes sociais. Touraine (1994) defende que a contradição entre os socialmente incluídos e os excluídos formaria a nova dialética, o novo confronto que teria suplantado a contradição entre burguesia e proletariado no seio do capitalismo, em sua presente

etapa neoliberal. Contudo, qualidade de vida, a nosso ver, está contida na visão de viver bem, e isto cada qual sabe o que significa para si ou seu grupo. Ocorre que estamos em meio a uma sociedade de consumo, onde a maioria dos bens virou mercadoria. Então, há que se pensar com profundidade o que seria viver bem em cada contexto, problematizando ao máximo o conceito com as pessoas envolvidas para que não se reproduza o senso comum criado pelo sistema dominante. No caso das comunidades que fazem parte do processo estudado, para algumas delas, qualidade de vida passava por ter acesso à água potável, por exemplo; ocorre que as soluções encontradas pelos técnicos não deram conta de ajudar a construir uma solução viável (de acordo com os documentos do processo).

RELAÇÕES DE MERCADO: começaremos a falar deste conceito a partir de uma citação do próprio relatório:

À medida que os pescadores foram inseridos numa lógica de mercado houve perda de autonomia, pois mudaram os objetivos de sua produção social, aumentando sua dependência dos intermediários e desorganizando seu sistema tradicional de apropriação dos recursos. Aliado a isso, as mudanças tecnológicas que se processaram desde o advento do náilon nas pescarias de rede, culminaram com a introdução das redes de arrasto que, paradoxalmente, sustentam materialmente muitas comunidades, ao mesmo tempo em que constituem a razão maior dos conflitos vivenciados (SOMA, 2008, p.73).

Mais ainda:

Em Valença, as marisqueiras consideram que os atravessadores lucram bastante em cima do trabalho por elas executado, pois apanham o pescado na suas casas e os vendem pelo dobro ou pelo triplo do preço. A venda na feira livre da cidade também não é considerada uma boa opção, pois o consumidor, aproveitando-se da necessidade delas, paga menos ainda pelo marisco (SOMA, 2008, p.123).

A lógica de mercado chega junto com a exploração do trabalho de um pelo outro, com garantia de excedente, lucro, e com a possibilidade de escolha da mão de obra; isto é, a mão de obra também tem que ser excedente para que possa manter o preço baixo. Essa é uma lógica perversa e complexa explicada por Marx em sua obra *O Capital*, este como um sistema eivado de estratégias de consolidação e garantias, de sobrevivência do próprio sistema.

Capital, por isso, não é apenas comando sobre trabalho como dizia A. Smith. É essencialmente comando sobre trabalho não-pago. Toda mais-valia qualquer que seja a forma na qual se cristalice, a de lucro, juros, renda, etc., é, por sua substância, materialização de trabalho não pago. O segredo da auto-expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago (Marx, 2008, p.609).

Voltando ao texto analisado, percebemos que houve uma apreensão da realidade por parte dos técnicos que desenvolveram as atividades de diagnóstico e esta se encontra descrita nos documentos. Contudo, não houve a aplicação de um método eficiente de construção de estratégias de rompimento de certas lógicas do sistema e isto faz com que os PCAPs (PEAS) não se concretizem.

#### DIREITOS DE ACESSO → DIREITO DE PROPRIEDADE

Decidimos trabalhar esses dois termos, relacionando-os diretamente através de um exemplo retirado do próprio relatório analítico, pois entendemos que este caso (verdadeiro) que nos expõe o relatório traz consigo todos os elementos constituintes da discussão direitos de acesso e direitos de propriedade. O próprio leitor terá oportunidade de tirar suas conclusões:

##### “CONFLITO EM BARRA DOS CARVALHOS E SÃO FRANCISCO”

Desde que se tornou proprietário da fazenda há 4 anos, esse empresário vem tentando comprar os terrenos dos posseiros a preços muito baixos, ou simplesmente adotando meios para expulsar aqueles que não querem vendê-los.

Foi relatado que as famílias de Barra dos Carvalhos possuem recibos datados de 100 anos, o que configura posse da terra, e, mesmo assim, estão sendo impedidas de cultivarem as suas roças por conta do gado que o Sr. Ramiro colocou para destruir as plantações.

Os moradores de Barra dos Carvalhos sempre tiveram dependência do que era cultivado nessas terras, assim como uma parcela dos moradores de São Francisco. A maioria dos posseiros são também pescadores, cuja rotina diária contemplava a pesca pela manhã e o trabalho nas roças à tarde. A chegada do Sr. Ramiro mudou a rotina dos pescadores, que antes também costumavam pescar do outro lado do rio quando o tempo estava ruim e agora já não contam mais com esta possibilidade. Além disso, o acesso a uma das fontes de água potável utilizadas tradicionalmente pela comunidade está sendo dificultado, o que tem mantido a comunidade em estado de permanente tensão, dadas as condições precárias de abastecimento e inexistência de qualidade da água que abastece suas casas (SOMA, 2008, p.105)

A partir do relato acima podemos entender o que significam direitos e acessos, o que consta amplamente em nossa Constituição Federal (1988). Agora, o que fazer quando nos deparamos com uma realidade nesse nível explicitado de conflito? Esse é o desafio do método de trabalho. Ao nosso ver, não se trata de conhecimento e informações. Mesmo conhecendo seus direitos, os grupos da comunidade que foram chamados de posseiros (isto também já é parte de uma ideologia que visa descaracterizar o grupo), não terão seus problemas resolvidos se não contarem com intelectuais orgânicos com sua classe, apoiadores de suas lutas que estão ocupando cargos nas instituições políticas e estatais. Tais intelectuais podem estar atuando no judiciário, ou no legislativo ou mesmo no executivo, contudo são problemas de difícil solução. Uma proposta, para ter sucesso nesses casos, tem que estar ancorada na construção de estratégias que apontem para saídas políticas.

Outra possibilidade no caso do PCAP é encontrar uma saída de alternativa tecnológica que acabe com a dependência do grupo comunitário pelo menos na sua necessidade básica como é o caso da água. O que se percebeu nos relatórios é que nem uma coisa nem outra foi realizada; a ação ficou confusa entre o papel da política pública mais ampla e a ação pontual da compensação, o que acabou paralisando o processo e irritando a comunidade.

Em 05 e 06.12.2007, os Analistas Ambientais se deslocaram para o Baixo Sul – BA, mas quando chegaram lá foram informados que a comunidade de Barra dos Carvalhos não queria rever o projeto e mantinha sua posição em relação à demanda pela melhoria no abastecimento de água. Considerando que o IBAMA não poderia autorizar um projeto de responsabilidade do poder público e que o projeto fere as diretrizes deste órgão, ao mesmo tempo em que a comunidade se apresentava fechada para um novo diálogo, foi elaborado um ofício para comunidade esclarecendo os motivos sobre a não aprovação do projeto e sobre a não participação dos técnicos na reunião. Segundo o ofício IBAMA/DILIC/CGPEG Nº 890/2007, de 6.12.2007, o IBAMA mantém o compromisso manifestado junto à comunidade de auxiliar na busca de soluções junto aos órgãos competentes responsáveis pela melhoria do sistema de abastecimento de água e, uma vez superada esta questão, voltará a discutir com a comunidade sobre o Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. PT CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 152/ 31 de março 2008

O que se percebeu aqui é que houve uma escolha por parte da comunidade de um projeto que atendia à sua maior necessidade, que era a água. Contudo,

arriscamos fazer a crítica à equipe técnica que orientou a produção do projeto, pois este não estava de acordo com as orientações do IBAMA, orientações estas que seguem um aparato legal que não dá poderes ilimitados ao órgão. Dessa forma, ressaltamos o cuidado que precisamos ter na execução de tais ações junto a comunidade para não expor as contradições do Estado, trazendo mais desilusões e descredibilidade ainda ao povo. De fato, consideramos que o papel da execução neste caso seria construir uma alternativa tecnológica que desse conta de resolver o problema da água na comunidade sem sobrepor-se ao papel do poder público. É importante lembrar que, em se tratando de projetos compensatórios, a equipe poderia ter buscado uma alternativa tecnológica ao invés de ter problematizado ainda mais o conflito que já estava dado. O que ocorreu ao final é que paralisou; nada foi resolvido, pois caiu na limitação do IBAMA, quando na verdade é obrigação da empresa empreendedora achar uma solução dentro das orientações pedagógicas e legais do licenciamento ambiental.

#### 5º. Bloco



**Quadro 17 - 5º Bloco de Unitarização**

**FACILITADORES:** termo que advém da psicoterapia defendida por Carl Rogers, que acredita que não deve haver diretividade no processo. Formado em História e Psicologia, foi psicoterapeuta por mais de 30 anos e aplicou à Educação princípios da Psicologia Clínica. No Brasil, suas idéias tiveram difusão na década de 70, em confronto direto com as idéias Comportamentalistas (behaviorismo), que teve em Skinner um de seus principais representantes. Rogers é considerado um

representante da corrente humanista, não diretiva, em educação, e concebe o ser humano como fundamentalmente bom e curioso, que, porém, precisa de ajuda para poder evoluir. Eis a razão da necessidade de técnicas de intervenção facilitadoras.

No caso do processo em estudo, identificamos uma empatia com as teorias de Rogers, o próprio exemplo dado anteriormente, onde não houve a direção por parte dos responsáveis técnicos para uma saída mais eficiente, aparentemente deixando que a própria comunidade experimentasse o fato de errar, de produzir um projeto dado ao fracasso ou com uma resolução lenta a mercê de um serviço público municipal e ou estadual que já se mostrava ineficiente. Essa é nossa crítica à teoria rogeriana, para a qual a não diretividade pode levar a experiências amargas, embora tenhamos uma relação dialética com esta teoria. Isto é, não descartamos totalmente sua contribuição, acreditamos que Paulo Freire mantém alguns princípios das teorias de Roger, se contrapondo ao comportamentalismo Behaviorista de Skinner, mas avançando na questão da intencionalidade pedagógica e da diretividade política. Neste último, entra nossa intenção de preservar a imagem de um Estado forte, intervencionista (do ponto de vista do Estado de Direito), instância política capaz de ser colocada a favor do povo pobre. Ocorre que isso não se dá de forma estanque; assim, torna-se necessário um movimento dinâmico e social de disputa por hegemonia por dentro e fora dela, numa visão gramsciana de que não há dicotomia entre estado e sociedade civil, sendo os dois, faces de uma mesma moeda.

CULTURA: o conceito de cultura tem movido diferentes pensadores e intelectuais em busca de sua explicação. Nós, como trabalhamos dentro de um posicionamento de classe, adotamos o conceito de cultura ligada ao trabalho, como conjunto de símbolos e significados resultantes da forma como se produz e reproduz socialmente um grupo social. Algo ligado aos costumes, tradições e reprodução social das classes trabalhadoras, estejam elas no contexto de relações capitalistas ou não, como é o caso de algumas poucas comunidades tradicionais e ou indígenas. Na verdade, atualmente se torna difícil que qualquer grupo humano não tenha contato de alguma forma com as relações capitalistas devido à hegemonia mundial desse sistema; contudo, alguns preservam como característica principal as relações não capitalistas. Esse seria um tema dirigido aos antropólogos.

No entanto, no caso do processo em estudo, a palavra cultura tem sido usada para denotar o modo de vida das famílias que habitam as comunidades pesqueiras. Seu trabalho no mar, suas relações com o meio natural, como se dá o processo criativo, seus símbolos e sua estética. Aqui reunimos novamente praticamente todas nossas categorias *a priori* do corpus de pesquisa, pois a cultura como produto do processo criativo do trabalho das comunidades traz inerente a visão de totalidade, de trabalho não alienado e de luta por manutenção de suas características estruturantes diante do sistema ideológico. Vejamos a contribuição de Pino (2006) neste sentido: “O homem enquanto espécie é um ser biológico que se tornou capaz de agir sobre a natureza, da qual faz parte, para transformá-la, conferindo-lhe significação, o que faz dela uma produção humana” (p.65).

A noção de sentido estético na abordagem sóciohistórica fundamenta-se nos pressupostos já anunciados, ou seja, no processo de humanização do homem na transformação da natureza e de si próprio pela sua ação criadora e pela sua capacidade de significação. Para nós, esses conceitos estão na base da construção da idéia de cultura. Portanto, ela não é algo solto, descolado do processo de trabalho, mas sim está arraigada a este.

#### SISTEMA POLÍTICO → TOMADA DE DECISÃO → EMANCIPAÇÃO CIDADÃ

Consideramos que esses termos devem estar coligados, embora os blocos (unitarização) já os interliguem entre si. De qualquer forma, já vínhamos analisando cada um isoladamente em relação ao todo. No entanto, neste caso específico, faremos a análise conjunta por considerar que são inseparáveis nesse contexto.

No caso do processo estudado, quando se refere a sistema político, está geralmente considerando o contexto que geram as políticas públicas, tanto as que embasam o sistema de licenciamento ambiental quanto as voltadas para o setor da pesca. Poderíamos discorrer sobre as diferentes formas de sistema político, mas consideramos que já foi abordado em nosso referencial teórico. Apenas vamos buscar algumas idéias em Mézáros da possibilidade objetiva do socialismo, o que seria a verdadeira mudança de sistema:

No momento esta é uma questão muito difícil, em virtude do que aconteceu no passado recente e em certo sentido ainda está acontecendo... O grande desafio histórico para a atual geração e para as gerações futuras é passar de um tipo de ordem

sociometabólica a outra radicalmente diversa. Nunca é demais salientar quanto é imensa e difícil essa tarefa histórica. Jamais teve de ser enfrentada no passado com a dramática urgência que hoje nos é inescapável (MÉSZÁROS, 2007, p. 76).

Aqui o autor relaciona diretamente os sistemas políticos com o modo como a sociedade humana se produz e reproduz socialmente através do trabalho na sua interação com a natureza, da qual ele é parte. A essa interação é que autor chama de troca sociometabólica (com base em Marx). Ao trazer Mézszáros Cpara o nosso texto sobre sistema político, queremos reafirmar o quanto para nós esse conceito é amplo.

Mais:

A ordem social do capital que é familiar a todos nós culminou em um sistema oniabrangente e dominante nos últimos três ou quatro séculos. No século XX, conseguiu também sufocar, minar ou corromper todos os grandes esforços políticos ir contra ou além dele. No entanto, seria uma enorme ilusão assumir que isso significa o fim do socialismo. Foi assim que nos últimos anos a propaganda neoliberal tentou descrever o que aconteceu, gritando triunfantemente: acabamos com o socialismo de uma vez por todas (MÉSZÁROS, 2007, p. 76).

Aqui o autor se refere aos discursos da primeira ministra da Inglaterra que ele chama Sra.Thatcher, quando se dirige aos trabalhadores e sindicalistas, especialmente os mineiros, que haviam tido uma greve fracassada pelas forças do Estado capitalista e da liderança do Partido Trabalhista sob Neal Kinnock. Ela se referia aos mineiros como inimigos internos por conta de suas aspirações socialistas; por fim, ela se gabava de assistir ao fim do socialismo (Mészáros, 2007).

Por fim:

No momento presente, se olharmos para o mundo como um todo, perceberemos que o capital detém o comando em todos os lugares. Mas, será que ele é capaz de resolver os graves problemas constantemente criados pelo funcionamento de seu próprio modo de reprodução sociometabólica? Ao contrário, dadas as suas contradições antagônicas insuperáveis, o capital é incapaz de atacar esses problemas. Em lugar disso, continua a engendr-los em uma escala sempre crescente. É isso o que mantém na agenda histórica a questão do socialismo, a despeito até mesmo dos esforços mais maciços e concentrados voltados à sua abolição (MÉSZÁROS, 2007, p.76).

Nesse contexto é que inserimos os termos *tomada de decisão* e *emancipação cidadã*. Ao que parece, nos textos analisados, não há uma intenção tão radical quanto a nossa ao se referir a tais termos. Como já ressaltamos anteriormente os textos dos planos de trabalho e relatórios atendem a um referencial teórico mais tendente ao reformismo, onde não se ataca os problemas estruturantes do sistema capital. Nesse caso, os espaços democráticos de tomada de decisão estão arraigados aos princípios liberais, pelo voto, pela política de maioria, e não pela mudança de paradigma que um processo revolucionário ou pelo menos um embrião deste mereceria. O termo *emancipação cidadã* também nos remete a um conjunto de teorias que lembram a sociedade de consumo como um espaço onde é permitido reivindicar direitos, mas se tem garantias de atendimento. Quanto ao Estado de direito:

O Estado, assim, não poderá impor suas vontades que não tiverem fixadas em lei, e nem poderá atuar contra as leis existentes. Dessa forma, o Estado deverá, além de acatar as leis, proteger sua população, concedendo-lhe segurança, e sendo eficiente na busca do bem comum ([www.jurisway.org.br](http://www.jurisway.org.br): acesso: 05/02/2011).

É certo que compartilhamos dos ideais democráticos, contudo falar de emancipação cidadã pode ser um meio e não um fim. Desenvolver lutas por direitos, propor políticas públicas, pressionar, denunciar é realmente parte integrante do processo emancipatório do ser humano, contudo deve estar contextualizado numa utopia de sociedade e não apenas com o senso de inclusão no sistema de consumo ou da tentativa de usufruir das benesses do capital. No caso das comunidades pesqueiras, há que se ter cuidado ao intervir no sistema de vida das mesmas, incluindo elementos do sistema capitalista com seu conjunto de signos, como a disputa, o individualismo, a busca de lucro, etc. Então, o que significa essa “emancipação cidadã”? Preferimos lidar com a emancipação do ser, através da educação emancipatória que prevê uma evolução nos valores éticos e culturais do grupo social.

## 6º. Bloco



**Quadro 18 - 6º Bloco de Unitarização**

**SEGURANÇA:** o que se captou na leitura dos textos é que as comunidades se sentem inseguras na relação com a expansão capitalista expressa no turismo, principalmente. Aliado a isso, há a ausência de um posicionamento do Estado de forma a garantir a segurança da população e o seu modo de viver. Vejamos um trecho do relatório analítico:

Referem-se, sobretudo ao aumento do tráfego e falta de controle da autoridade portuária sobre as lanchas de transporte de turistas, que muitas vezes não respeitam o limite de velocidade e prejudicam a realização das pescarias. A essas embarcações têm sido atribuídas as avarias de petrechos, principalmente de redes (Boipeba e Valença), e a alteração da dinâmica e integridade dos ambientes, como manguezais (Boipeba), corais (Tassimirim) e rios (Valença, Boipeba e Camamu). Como consequência algumas pescarias estão sendo inviabilizadas: **(i)** a pesca de tainha com ingareia em Camamu (as lanchas noturnas assustam o cardume); **(ii)** a pesca de canoa no canal de Valença e; **(iii)** a pesca de caçoeira (rede de caída) e de anzol no rio do Inferno em Boipeba. Os pescadores sustentam já ter oferecido denúncia à Capitania dos Portos, mas a questão ainda não foi solucionada (SOMA 2008, P.102).

Novamente encontramos uma descrição detalhada do problema, contudo não vislumbramos, pelo menos na leitura do processo, alguma centelha de solução para essa realidade. Existem problemas, a nosso ver, que realmente fazem parte de estratégias de longo prazo. Nesse sentido, entra nossa categoria *totalidade*, pois nem sempre é possível remover obstáculos estruturantes, de maneira pontual, percebe-se no texto que foi exposta a fragilidade do próprio estado em dar soluções.

**QUALIFICAÇÃO:** Este é um termo que soa contraditório, pois esta qualificação seria para que afinal? Para pescar não seria, pois neste item as comunidades têm

qualificação de sobra, talvez para uma melhor inclusão no sistema capitalista de forma de se fazer um deslocamento de posição dentro do sistema, pois tanto excluído como incluído, ambos são parte do sistema. Segundo Veras (1999), o capitalismo já nasce com os excluídos; estes fazem parte do seu processo de instauração; ele vem desalojando o povo do seu modo próprio de vida e realocando na lógica do capital. Isso se expressa nessa idéia de qualificação, pois os pescadores e suas famílias deixam de realizar as tarefas que lhes eram comuns e passam a ter necessidade de se qualificarem para atender ao turista, aprender línguas estrangeiras, habilitar-se para pilotar as lanchas e transportar passageiros, trabalhar no atendimento ao público, etc.

Não teríamos outro conceito à qualificação dentro do contexto. Na prática, como tentativa de sobrevivência, poderíamos pensar em alternativas que reforçassem as comunidades, estratégias de afirmação do modo de vida próprio como turismo rural, e ou ecoturismo comunitário. De qualquer modo, estaríamos transformando a comunidade num produto; isso seria de alguma forma uma saída pontual para uma possível resistência em longo prazo, o que é um grande desafio.

DESPREPARO: este termo está correlacionado com o anterior: qualificação e despreparo para o quê? Na verdade, trata-se da mesma discussão. No entanto, podemos pensar em despreparo, no sentido de enfrentamento dos problemas, soluções e saídas sustentáveis, coletivas, tecnologias que venham atender as necessidades criadas pelo sistema atual, como tem sido apontado nos documentos com relação ao acesso à água potável. Além destas, teria o enfrentamento político das dificuldades, a capacidade de reação, manifestação e de denúncia, de se movimentar dentro do próprio sistema jurídico e administrativo do Estado. Percebe-se muito esse despreparo no caso das multas do IBAMA recebidas pelos pescadores artesanais. Eles desconhecem o trâmite administrativo da multa e prejudicam-se, nesse caso, pois perdem o prazo de defesa, confundem o trânsito jurídico com o administrativo. Realmente, esse é um problema para tal população. No entanto, esse fato não aparece no conjunto de textos analisados, sendo um exemplo nosso a partir da prática profissional.

ATRAVESSADORES: para ajudar no entendimento do que significa esse termo trazemos uma citação de Diegues muito esclarecedora:

A pesca que mantém o contato mais intenso entre esses pequenos produtores, donos de seus aparelhos de pesca, com o *mercado*, através, em geral, do *intermediário*, que em um primeiro momento é o mesmo comerciante que lhes comprava o pequeno excedente agrícola, comercializado em vilas ou cidades. À medida que a pesca passa a se tornar mais intensa e o *excedente maior*, a dependência em relação ao intermediário (pombeiro ou atravessador) cresce proporcionalmente (DIEGUES, 1983, p.05).

Na medida em que as relações se alteram no modo de viver dos pescadores e suas famílias, vai necessitando dessa figura que se denomina atravessador (intermediário), que é o representante em pessoa das relações capitalista, embora em pequena escala. Ocorre que ele não trabalha na produção, apenas compra e revenda, ganhando lucro. É sabido que, em algumas comunidades que possuem dificuldade no escoamento da sua produção, a figura do atravessador é fundamental, criando uma verdadeira dependência. Há casos em que o atravessador também é dono dos meios de produção, tendo um comércio local, vendendo as redes, as cordas, os alimentos, etc. O que os torna reféns desse tipo de relação é a dificuldade de acesso às políticas públicas que visam à legalização da atividade pesqueira.

Segundo os pescadores, os procedimentos para retirada da carteira são burocráticos, além dos custos envolvidos para isso (deslocamento para Valença ou Camamu para realização do curso/exame), o que termina por inviabilizar o cadastramento de muitos pescadores das comunidades. Outro fator levantado como impeditivo está relacionado à escolaridade, já que, segundo eles, não é possível ser aprovado no exame da Capitania dos Portos quem não tiver uma base escolar mínima. Da mesma forma, as embarcações também apresentam elevado grau de informalidade com relação à falta de documentação que as tornem aptas a operar legalmente, com segurança, para acessar políticas públicas (ex. subsídio ao óleo diesel) e contribuir ao processo de gestão da atividade pesqueira (SOMA, 2008, p. 175).

Para relacionarmos com nossas categorias *a priori*, lembramos de hegemonia do sistema capitalista, *alienação*, através do trabalho do pescador e sua família e *totalidade*, que é a forma como pensamos os problemas que afetam as

comunidades de forma dialética e histórica, buscando as soluções no âmbito das próprias dificuldades encontradas.

**COMERCIALIZAÇÃO:** no caso das citações desse termo, no conjunto de textos analisados, trata-se especificamente das relações existentes entre as comunidades pesqueiras e a sociedade em geral. Vejamos no relatório analítico:

### ***Formas de beneficiamento e Comercialização***

Grande parte do pescado, peixes de primeira e segunda<sup>33</sup>, é comercializada em peças inteiras, sem, portanto, realizarem algum tipo de beneficiamento. Esses peixes, congelados pelos atravessadores, não são bem aceitos por alguns estabelecimentos locais (pousadas e restaurantes) em função das dificuldades envolvidas no seu tratamento (ex: evisceração, descamação) e estocagem por exigir espaço. Por outro lado, mais na ponta da cadeia, em Valença, há o Centro Comercial de Pescado que comercializa o pescado em diversas apresentações: **(i)** congelado, **(ii)** eviscerado, **(iii)** descamado; **(iv)** em posta; **(v)** filetagem e lavagem e, na maior parte, **(iv)** fresco. Em Camamu, o beneficiamento e a comercialização são atribuições quase que exclusivas dos tratadores e atravessadores. Os tratadores de peixe são considerados aqueles que ganham renda beneficiando pescado nas feiras livres, prestando serviços informais para diversos clientes, tais como : descamação, evisceração, filetagem, cortes em posta e cortes especiais. Existem diversos fornecedores de pescado que entregam os produtos para serem beneficiados pelos tratadores, a saber: donos de peixarias, pousadas, hotéis, restaurantes, turistas (quem pagar melhor), atravessadores, outras comunidades (Barra Grande, Barra de Serinhaém, Saquáira, etc.) e principalmente a comunidade, como relatou um deles: “O que mais nós trabalha é para a comunidade, quem compra e paga a gente para tratar” (SOMA, 2008, p. 179).

Temos discorrido incansavelmente sobre os nossos posicionamentos quanto às formas de organização do capital. É certo que a comercialização é uma das expressões do sistema. Em sua obra, *O Capital*, Marx, no livro 2, faz um esquema para explicar esta fase do processo que ele chama de: “o processo de circulação do capital”, que segundo ele passa por três estágios:

*Primeiro* – O capitalista aparece como comprador no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho; seu dinheiro converte-se em mercadoria ou efetua o ato de circulação D.M.

*Segundo* – Consumo produtivo das mercadorias compradas pelo capitalista, que funciona como produtor capitalista de mercadorias. Seu capital percorre o processo de produção. Resultado: mercadoria

cujo valor supera o dos elementos que concorreram para sua produção.

*Terceiro* – O capitalista volta ao mercado como vendedor; sua mercadoria converte-se em dinheiro, isto é, efetua o ato de circulação M-D.

A fórmula do ciclo do capital – dinheiro é, portanto, D-M...M' – D' . Os pontos significam que se interrompeu o processo de circulação; M' e D' indicam que M e D estão acrescidos de mais valia (MARX, 2008, p.39).

Essa citação de Marx nos remete à totalidade com que queremos tratar o contexto da comercialização, embora tenha suas nuances específicas características do contexto e do tempo em que se encontra. Ainda assim, faz parte de um sistema capital que segue uma lógica sempre necessária de ser descortinada.

## 7º. Bloco



**Quadro 19 - 7º Bloco de Unitarização**

Vamos começar pelo termo direitos comunais em conjunto com o termo *Estado centralizador*, pois acreditamos que os dois são partes de um só fluxo.

### DIREITOS COMUNAIS X ESTADO CENTRALIZADOR

No conjunto de documentos examinados, esses termos foram utilizados quando da caracterização das comunidades e do impacto sofrido no tempo de instauração do modelo capitalista, embora os autores do relatório analítico não deixem claro essa forma capitalista de expansão. Na citação abaixo, podemos confirmar a utilização dos termos:

O caráter informal dos sistemas locais associado a aspectos relativos ao modelo de gestão centralizador do Estado, pouco sensível às características dos recursos e peculiaridades dos ecossistemas locais, ao longo do tempo, minando os direitos comunais pré-estabelecidos. Atributos de mercado também se constituíram como relevantes nesse processo, pois a relação oferta x demanda de pescado, a partir de uma nova racionalidade tende a estimular a “corrida pelo ouro” e, assim, à quebra e/ou desrespeito pelos direitos estipulados (SOMA, 2008, p. 196).

Nesse caso, então, direitos comunais se expressam como um conjunto de práticas estabelecidas e consensuadas ao longo do tempo histórico nas comunidades e que na relação do Estado não seriam respeitadas. No caso da proposta, citada nos textos, de conhecimento ecológico tradicional de autoria de Kalikoski, também há uma referencia à forma como o estado constrói seu conjunto de regras e leis a revelia das comunidades.

Os direitos de propriedade comunais foram sendo substituídos, na prática, por sistemas de livre acesso às áreas e aos recursos pesqueiros, uma vez a estrutura de gestão por parte do governo não atende eficientemente às questões de fiscalização e ordenamento que, em tese, deveriam garantir a sustentabilidade dos processos de exploração pesqueira. Por outro lado, a noção de impunidade daqueles que passaram a operar de forma individualista e predatória criam e acirram os conflitos de forma a conduzir a atividade para cenários de inviabilidade econômica (SOMA, 2008, p. 197).

De acordo com o que foi amplamente tratado em nosso referencial teórico sobre a forma como o Estado pode estabelecer uma relação autoritária através do seu sistema jurídico/legal, o aparelho estatal não é algo estanque, mas a expressão da hegemonia social; e fundamentalmente está em disputa pelas forças que agem no seio da sociedade.

#### **CORRESPONSABILIDADE X INTERVENÇÃO TÉCNICA:**

O conceito de corresponsabilidade advém da proposta de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, com o argumento de que o Estado brasileiro fracassou nas suas propostas de gestão do recurso natural numa ação verticalizada, segundo os autores desta proposta. A idéia é valorizar espaços coletivos de tomada de decisão conjunta como fóruns e comitês, envolvendo os sujeitos que se utilizam do recurso.

Sob esta perspectiva, o cerne das questões relacionadas à sustentabilidade da atividade pesqueira recai nos **princípios e modelos de gestão e manejo**. Essa vem sendo uma questão profundamente discutida em diferentes fóruns políticos e técnicos/acadêmicos e analisada a partir de diversos estudos de caso, chegando-se a resultados que mostram que a crise na pesca pode ser interpretada como problemas associados à falhas institucionais no controle do acesso ao recurso e na implementação de decisões internas para a ação coletiva e sustentável. Modelos focados em sistemas de gestão compartilhada da pesca, também denominada co-manejo, co-gestão ou gestão baseada na comunidade segundo a literatura de recursos de propriedade comum, vem sendo reconhecidas mundialmente como uma alternativa viável para a efetiva participação de governo e usuários na administração da pesca, e como um caminho para a descentralização do gerenciamento pesqueiro (SOMA, 2007, p.59).

Entretanto, numa sociedade desigual como a nossa, é difícil implantar esse sistema, embora seja um espaço bom para o exercício da política e da democracia, desde que haja um trabalho de reforço às comunidades pesqueiras. É preciso que se dê tratamento diferenciado aos desiguais, pois não há como reunir capitalistas e comunitários num mesmo espaço de discussão como se fossem iguais. Esse tipo de proposta, em alguns casos, sofre de certa ingenuidade política e é o que se percebe na leitura dos textos e nos relatos. Ou seja, alguns erros metodológicos e estratégicos fizeram com que se construíssem projetos não aplicáveis à realidade.

**ESCOLARIZAÇÃO:** este termo, no conjunto de textos, refere-se às dificuldades encontradas nas comunidades com relação ao acesso ao ensino formal por parte dos adultos das comunidades, embora atualmente existam várias iniciativas na área educativa voltadas para as comunidades pesqueiras, como o Pescando Letras, Proeja etc. Durante o contato que tivemos com essa região, notamos que as dificuldades são grandes com relação ao acesso à educação de adultos. Ainda nesse sentido, os documentos analisados afirmam que essa baixa escolarização tem dificultado o trabalho conjunto de construção e acesso às políticas públicas, tal como o subsídio ao óleo diesel. Em trabalho anterior, já nos preocupávamos com as questões que envolvem a educação e a pesca, assim como a política de educação e sua relação com a política nacional de meio ambiente (atendendo nossa categoria a *priori* de Totalidade):

Nos Conselhos de educação, os limites são ainda maiores. Os sujeitos da educação formal não costumam dialogar com a gestão ambiental, mesmo que em nível nacional a proposta seja de compartilhamento. Nos municípios do interior, chegam a desconhecer totalmente a Política Nacional de Meio Ambiente, o qual cria um órgão gestor onde se envolvem os Ministérios de Educação e de Meio Ambiente. Somando-se a essa realidade, a pesca e as comunidades pesqueiras não tem sido uma preocupação da política pública local. Além disso, tão pouco há preocupação no que tange à educação ambiental aliada à gestão e ou numa concepção transformadora (Pereira, 2006, p. 26).

Nessa reflexão, procuramos as causas dos problemas da falta de escolarização das comunidades pesqueiras, principalmente os adultos, nas políticas nacionais e na falta de efetivação das mesmas nos estados e municípios com maior ênfase naqueles de difícil acesso. Também constatamos o distanciamento existente entre a realidade das comunidades pesqueiras e o currículo escolar. Alguns filhos e filhas de pescadores encontram problemas também com o calendário escolar *versus* calendário das pescarias, principalmente aquelas que são controladas no período de defeso e safra, como é o caso do camarão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, queremos deixar uma contribuição neste processo mais amplo que é a gestão ambiental pública. É um campo novo no que diz respeito à educação ambiental no licenciamento. Vamos começar nossas considerações nos orientando pela ordem dos capítulos.

## OS SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA

Como já mencionado acreditamos que há necessidade de uma formação continuada oferecida aos envolvidos com os processos, sejam eles técnicos, profissionais de educação, executores e ou consultores. Temos conhecimento de que já existem iniciativas desta ordem. De acordo com Maturana 2009<sup>4</sup>, existe um processo de reflexão sobre a evolução dos PEAs:

### PEA – HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

- Estabelecimento de diretrizes e procedimentos em conjunto com a CGEAM (Coordenação Geral Educação Ambiental) que norteassem os projetos de EA no licenciamento de petróleo, em consonância com os pressupostos da Educação no Processo de Gestão Ambiental; Friburgo, 2005: realização da Oficina de Educação Ambiental e Licenciamento de Petróleo e Gás. Participação: CGEAM/ELPN/ NEAs (SC, RJ, ES, BA, SE, AL, RN, MA)
- Apresentação e discussão do documento: "ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS DO IBAMA PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL" (MATURANA, 2009)

E continuando o processo de evolução das diretrizes e orientações para elaboração e desenvolvimento do PEAs, tivemos em publicação da NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA 01/010 com o seguinte processo:

A construção de diretrizes mais específicas para os programas de educação ambiental regionais baseou-se em quatro etapas: (i) elaboração da minuta da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10; (ii) apresentação da referida Nota Técnica para consulta pública, entre datas de 11.2.2010 e 28.3.2010; (iii) análise das sugestões de alteração da Nota Técnica nº 01/10; e (iv) alteração parcial de alguns itens da Nota Técnica nº 01/10, Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02/10 de 13.7.2010.

---

<sup>4</sup>in comunicação oral em SEMINÁRIO - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SETOR EMPRESARIAL E SINDICAL, promovido pela Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, realizado em Salvador, BA, no período de 6 a 8 de maio de 2009

Portanto este é um conhecimento que já vem sendo construído e acumulado pelo próprio órgão (IBAMA) De qualquer forma ainda há um longo caminho que se quer percorrer no intuito de construção de um novo campo do conhecimento que é a educação ambiental na gestão.

Com relação às comunidades e o público prioritário das ações dos PEAs, consideramos que se torna necessário estabelecer antes mesmo do diagnóstico participativo a definição do recorte, do espaço e do público que será foco das ações. A nosso ver o diagnóstico participativo é um instrumento apropriado a estabelecer os problemas prioritários a serem atacados, mas não necessariamente estabelece o público prioritário, pois parte-se da premissa que cada público tem seus problemas específicos. Por exemplo, mulheres, quilombolas, jovens, pescadores artesanais profissionais, marisqueiras e tantos outros possíveis, cada qual tem sua pauta específica e o diagnóstico deve agir neste espaço e não no “grande espaço”, pois este abre um leque amplo demais ficando difícil de atender as expectativas criadas. Por outro lado, este diagnóstico ficaria separado, à parte do processo educativo e, consideramos que o diagnóstico, há que ser parte do processo. Então neste sentido, estabelecendo quem é o público que vamos trabalhar, aí sim é importante estabelecer um trabalho participativo de análise conjuntural junto com eles. E essa ação já é parte fundante do processo educativo. Nada mais educativo do que o descortinamento da realidade, então o diagnóstico, que busca descortinar os problemas e não da “realidade” como se ela fosse algo abstrato, precisa atender aos propósitos dos processos educativos buscando construir com as pessoas as causas dos problemas, os aliados e adversários na resolução destes, uma análise das forças que se relacionam no espaço analisado e as estratégias de saída da situação atual. Como já identificamos em trabalho anterior:

...a filosofia da práxis não busca manter o homem simples no senso comum, ao contrário, busca conduzi-lo a uma concepção devida coerente na relação teoria e prática. Neste sentido, a convivência dos intelectuais e dos simples não é para limitar a atividade científica e manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa (GRAMSCI, 2004, p.103 apud PEREIRA, 2006, p.56).

O que estamos afirmando é que não temos uma visão romântica ou ingênua do espaço de atuação dos PEAs, sabe-se de antemão que existem forças contrárias, conflitos internos, resultantes do próprio sistema capitalista que produz e reproduz relações de disputa, busca de satisfação das necessidades de forma individualista e outras tantas dificuldades para o estabelecimento de trabalhos de caráter coletivo. Dessa forma torna-se muito pertinente a citação de Gramsci no sentido de termos clareza do nosso papel de educador ambiental nesse meio, a idéia não é concordar com tudo que é dito ou decidido, mas problematizar, colocar nosso conhecimento a serviço desses grupos, construir conjuntamente numa perspectiva de classe.

### **O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO SOCIAL**

Somente a educação pode nos dar a dimensão necessária à saída da situação de crise e miséria que se encontram as comunidades da costa brasileira atualmente. Através do processo educativo, que é lento e progressivo podemos entender a proposta de resistência que permeia um movimento histórico revolucionário. Vejamos, Mézáros discorre sobre o desafio e o fardo do tempo histórico (2007) na sua recente obra:

....o tempo dos oprimidos explorados, com sua dimensão vital do futuro, não pode ser obliterado. Tem sua própria lógica de desdobramento, como o tempo histórico irreprimível de *nossa época de tudo ou nada*. Somente a destruição total da humanidade pode pôr-lhe um fim. Esse tempo potencialmente emancipatório é inseparável da ação social capaz de asseverar por meio de sua luta o “otimismo da vontade” de Gramsci , a despeito de toda adversidade (MÉSZÁROS, 2007, p.24).

Essa lição que nos expõe Mézáros leva à reflexão de como podemos ser autoritários quando nos permitimos ser pessimistas em relação as perspectivas futuras que muitas vezes é utopia no movimento social dos grupos os quais temos trabalhado de forma direta ou indireta. Como nos atrevemos a julgar, do lado de fora do movimento os seus conflitos internos, suas contradições. Um pessimismo cínico, mesmo que não intencional, é que nos invade em alguns momentos de desilusão com as políticas nacionais e com o movimento internacional (mundial do capital).

Mais...

Este tempo presente  
é o dos generais e banqueiros.  
Forjado frio, reluzente  
Cutelo-tempo.

O céu gotejante está blindado.  
A geada perfura, oprime o pulmão  
E o peito nu por trás dos farrapos.  
Em pedra de amolar chia o tempo.

Por trás do tempo, quanto pão silencioso  
E frio!,e caixas de lata, e um montão de coisas geladas.  
Vitrine-vidro-tempo.

E os homens gritam: onde está a pedra?  
Onde está o gelado pedaço de ferro?  
Lança-o! Faz em migalhas! Penetra!  
Que tempo! Que tempo! Que tempo!?  
(poema de Józef em MÉSZÁROS, 2007, p.24)

Importante se torna o discernimento sobre o tempo do capital, impaciente na exploração do trabalho alheio e o tempo da resistência, da construção do novo, das alternativas. Nesse intervalo entre os tempos é que podemos nos estabelecer com o processo social e educativo. E este não pode sofrer do pragmatismo, contudo existem necessidades neste “meio tempo” que são urgentes, a da vida, a da sobrevivência, a da fome. Esta é urgente, sem água, sem comida, não há tempos, pois não há vida muito menos processo educativo. Partindo-se da condição fundamental de manutenção da vida podemos considerar os processos políticos e produtivos do movimento social.

Em nosso modo de encarar a vida, o trabalho é o elemento que constitui nossa consciência de humanos (Vygotsky, 2001), dessa forma tudo que envolve o processo de trabalho, o conjunto de signos, significados, simbologias, faz parte da cultura do grupo social que trabalha e se reproduz socialmente o que é pedra fundamental para o processo educativo. Sendo assim, não se torna possível pensar a educação, seja ela com características do campo da educação ambiental, ou não, de fora para dentro, do grupo o qual se pretende interagir.

No caso das ações mitigadoras e ou compensatórias que compõe o licenciamento ambiental público, é fundamental que as ações desde o início comecem a partir dos movimentos sociais existentes na área de influencia dos empreendimentos. Não se limitando ao numero mínimo de pessoas que já venceram a inércia e trabalham pela transformação social de forma bem sucedida ou não. Mas

buscando nestes movimentos, por dentro deles o viés do processo social que necessita ser instaurado pelo licenciamento.

Nas orientações pedagógicas do IBAMA, anterior a nota técnica 01 de 2010, encontramos uma sintonia com o que estamos buscando afirmar aqui neste trabalho. Podemos dizer que sintetiza nossas reflexões no decorrer da tese sobre a educação formal, informal, não formal e a proposta da EA no licenciamento:

Ao falar em *educação* referimo-nos a processos os mais variados, enfatizando sua dimensão formal e não formal. Efetivamente, ela acontece em casa, em reuniões, nos sindicatos, nas igrejas, no inter-relacionamento das pessoas. E, naturalmente, acontece também na escola. Convencionou-se, por isso, tratar de *educação formal* a ministrada e trabalhada pelas escolas, pela rede de ensino; e de *educação não formal*, os demais processos educativos, voltados a outros atores, em outros espaços de aprendizagem. Nestas Diretrizes, trabalharemos com o corte de refletir a educação vinculada a uma temática: a socioambiental. É uma Educação que toma o espaço da gestão ambiental como espaço pedagógico e procura concretizar na prática da gestão ambiental pública e, em particular, no licenciamento, a efetivação dos princípios que devem reger a Administração Pública brasileira segundo o art. 37 da Constituição Federal. O processo de Educação Ambiental se torna eficaz na medida que possibilite ao indivíduo perceber-se como sujeito social capaz de compreender a complexidade da relação sociedade--natureza, bem como de comprometer-se em agir em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais causados por intervenções no ambiente físico natural e construído como determina a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) e o Decreto 4.281/02 que a regulamenta. Desta forma, a Educação Ambiental coloca-se como importante instrumento para a implementação de quaisquer empreendimentos que, de alguma forma, afetem o meio ambiente e, por consequência, a qualidade de vida das populações. Cabe ao IBAMA, enquanto Órgão responsável pelos processos de Licenciamento federal e pela implementação das políticas e diretrizes na área de Educação Ambiental, criar instrumentos que orientem e normatizem as relações licenciador/licenciado neste campo (IBAMA, 2005)

Os princípios colocados pelas orientações pedagógicas se dirigem a necessidade, da gestão ambiental, de interação do saber perito e do saber popular em relação ao meio que o cerca para assim estabelecer o recorte dos possíveis impactos ambientais tanto em nível local como regional. De acordo com tais orientações o processo educativo teria o desafio de criar espaços onde esse conhecimento fosse trocado, complementado, legitimado, seriam os diálogos entre os grupos que tem interesses afins, com intencionalidade política de transformação

social. Ocorre que, nos últimos anos a educação tem sofrido de modismos e nomeado de diferentes formas, propostas superficiais, como cardápio educador, comunidades de aprendizagem, modos de vida sustentável etc. Muitas vezes juntando Paulo Freire com autores, como Fukuyama e Putnam que não compartilham da visão de engajamento político e diretividade pedagógica. A nosso ver esse fato acontece como forma de forçar um engajamento nas orientações pedagógicas do IBAMA o que influencia na efetividade do planejado. Nosso trabalho propõe elementos de reafirmação das orientações pedagógicas do IBAMA nos princípios freirianos. Portanto, estabelecendo o campo conceitual de Paulo Freire evitando o ecletismo conceitual.

A pedagogia do oprimido, que propõe mudanças radicais na educação explicitando os problemas da transferência do conhecimento e traçando um paralelo desta com elementos do capitalismo, dando a nomenclatura de “educação bancária” é composta por uma série de outros aspectos do ponto de vista da totalidade. Isto é, não basta citar Paulo Freire e inseri-lo em meio a autores que defendem outras propostas que tudo estaria resolvido. É mais ou menos isso que tem ocorrido em alguns trabalhos apresentados no âmbito do licenciamento ambiental, usa-se palavras que remetem a proposta de radicalidade de classe social, como educação emancipatória, participação e transformação social, mas num contexto de propostas pós-modernas e ou num ecletismo conceitual inaceitável, não condizente com o processo educativo de intencionalidade política, diretivo e engajado apregoado por Freire.

O diálogo proposto por Freire não se refere a reduzir tudo a esfera da comunicação, confundindo comunicação da informação com educação e propondo consenso onde existe interesses antagônicos. Por exemplo, promover diálogo entre atravessadores de peixe e pescadores, não é objetivo do processo educativo. Seria esta uma negociação com interesses antagônicos de um explorador com um explorado.

De acordo com Quintas (2002), na sua proposta de curso de introdução à gestão, apesar de aparecer na Constituição Federal (1988, art 225 p. 1º), o meio ambiente equilibrado como direito de todos, na vida prática, o processo de apropriação e o uso dos recursos ambientais não acontecem de forma tranquila (QUINTAS, 2002, p. 29):

Entendemos que o consenso que aparece em Freire coloca-se em contraposição à política da maioria, o que tem sido uma prática nos DRPs nos moldes executados no conjunto de documentos analisados neste estudo. No *corpus* de pesquisa percebemos que uma das práticas educativas foram reuniões com um número relativamente grande de pessoas com momentos dedicados a votação na escolha dos projetos (demandas). E ao que nos pareceu não eram pontuais, eram o centro da reunião, “a votação”. Fotos de pessoas com braços levantados como se isso garantisse a democracia. Nesse contexto a construção do consenso, a negociação, o diálogo incansável é crucial para o processo educativo. Contudo é necessário um contexto adequado, grupos pequenos, condições pré estabelecidas que garantam o processo.

Essa democracia onde cada um vale um voto e não se trabalha com a representatividade, ainda é um conceito liberal que nem sempre é aplicável, a política da maioria nem sempre é a mais sábia. Embora acreditemos na democracia, nem sempre esse processo é justo, pois trabalhamos também com o conceito de hegemonia que trata do poder de um grupo sobre outros, através da ideologia dominante daquele grupo social. Como esses grupos que são trabalhados nos projetos estão inseridos no contexto da sociedade capitalista, temos a interferência dos valores inerentes a esta sociedade, isto é, individualismo, disputa por poder, falta de solidariedade, etc. O que em si é um impedimento à autenticidade do processo de votação.

O Estado brasileiro, ao praticar a gestão ambiental, está mediando disputas pelo acesso e uso dos recursos ambientais, em nome do interesse público, numa sociedade complexa, onde o conflito de interesses é inerente à sua existência. Nesse processo, ao decidir sobre a destinação dos bens ambientais (uso, não uso, como usa, quem usa, quando usa, para que usa, onde usa) o Poder Público, distribui custos e benefícios para a sociedade de modo desigual, no que diz respeito ao espaço e ao tempo (localização e duração dos empreendimentos). Com isso, o poder público assume uma determinada noção de sustentabilidade (IBAMA, 2005, p.05).

Acreditamos no processo participativo na discussão dos empreendimentos, seus impactos e a noção de sustentabilidade, no entanto há muita confusão entre o que é técnica educativa, meio didático para proporcionar a aprendizagem e o que é “ferramenta” de participação. O eixo central deveria ser o processo e não a técnica.

Por outro lado, o uso excessivo de mapas, diagramas e métodos métricos nos remete à psicometria, corrente da psicologia que se arvora em medir o conhecimento estando ancorada no comportamentalismo de Skinner. Podemos dizer que a psicometria é um ramo da estatística que estuda fenômenos psicológicos. Se esses métodos utilizados no material estudado ora trabalham com teorias de aprendizagem centrada na pessoa (Carl Rogers) ora trabalham com elementos de Skinner, isso é no mínimo contraditório. A questão que nos preocupa são as novas embalagens para antigas propostas, assim como este é um novo campo de saber ele também se expressa no mercado de trabalho como novas oportunidades de ganho financeiro o que atrai profissionais liberais que vem chegando com marketing educacional dando nomes politicamente corretos às propostas, contudo são batalhas perdidas, pois não funcionam no seio do movimento popular

### **A gestão ambiental pública e o licenciamento de petróleo e gás no mar do Brasil**

Em Anello (2009) encontramos uma reflexão sobre os dois momentos das licenças ambientais sob a ótica da educação:

Dessa forma, o processo de licenciamento tem dois momentos diferentes e fundamentais para a consecução das ações de EA. O primeiro é o que se denomina de pré-licença, o momento em que se elaboram estudos ambientais que podem ter a complexidade de um EIA/RIMA (Resolução CONAMA 01/86) ou ter caráter mais simples como um Relatório Ambiental Simplificado (RAS) ou ainda um Relatório de Controle Ambiental (RCA). O segundo momento é o referente à pós-licença, momento em que se elaboram os projetos executivos do empreendimento e os programas ambientais de controle, mitigação e compensação dos impactos ambientais. Cabe salientar que não se trata aqui da compensação ambiental prevista na política de áreas protegidas e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, quando é definido um percentual de no mínimo 0,5% do valor global do empreendimento para a aquisição de terras a serem protegidas ou investimento em unidades já existentes Lei 9985/00 (ANELLO, 2009, p. 93).

O que é mais conhecido no processo de licenciamento ambiental é a audiência pública, ainda assim na maioria das vezes o público não tem idéia do potencial que este espaço encerra. Em alguns casos usados para legitimar as posições das empresas em outros casos fazem reclamações inadequadas para o

momento descaracterizando suas reivindicações. Não sabem efetivamente que o que disserem na audiência poderia entrar para o processo. Já o pós-licença realmente é um total desconhecido para as pessoas em geral, mesmo para as outras esferas de competência do SISNAMA (municípios e estados). Neste sentido o caminho é longo são grandes os desafios que se apresentam na construção desse campo de conhecimento. Alguns autores têm produzido nesta área o que proporcionou o acúmulo teórico até o presente, Anello (2009) sintetiza uma adaptação do IBAMA;

Neste contexto é que se insere a proposta da CGEAM, sugerido por Quintas (2002) e Gomes e Uema (2006), organizando as ações de EA no pré e pós-licença em três componentes apresentados neste quadro resumo (ANELLO, 2009, p. 84)

Componentes	Roteiro metodológico	Fase da licença
<p><b>Componente 0</b> Educação Ambiental como instrumento para intervenção de grupos sociais afetados nas audiências públicas</p>	<p><b>Momento 1</b> – levantamento das informações a partir de dados secundários (antes da apresentação e análise do EIA/RIMA).  <b>Momento 2</b> – identificação dos atores sociais e possível posicionamento quanto ao empreendimento, sua capacidade de organização e mobilização (após a apresentação do EIA/RIMA).  <b>Momento 3</b> – Organização das ações educativas com grupos sociais afetados e de acordo com as suas especificidades socioambientais, concluindo com uma avaliação da participação dos grupos sociais na audiência pública (após análise e avaliação do EIA/RIMA).</p>	<p>(Pré-) licença prévia, em processos de licenciamento com EIA/RIMA, Resolução CONAMA 01/86</p>
<p><b>Componente I</b> Educação Ambiental no contexto das medidas mitigadoras e compensatórias e dos projetos de monitoramento e controle ambiental</p>	<p>A partir dos resultados da análise do EIA/RIMA e da audiência pública, ou após a avaliação dos estudos ambientais de processos de licenciamento ordinários, sem a realização de EIA/RIMA. O empreendedor elabora um programa, projeto ou ações de Educação Ambiental que considerem os impactos ambientais do empreendimento, os programas de controle ambiental e a realidade social das localidades e grupos sociais afetados.</p>	<p>Pós-licença prévia, integrante do conjunto de programas ambientais solicitados como condicionantes para emissão da licença de instalação e de operação. Resolução CONAMA 237/97</p>
<p><b>Componente II</b> Capacitação continuada dos trabalhadores envolvidos com a implantação, implementação e operação do empreendimento</p>	<p>Com um caráter reflexivo e não comportamental, as ações de capacitação devem incluir elementos da ecologia e do ecossistema em que o empreendimento está instalado, das implicações legais e de cidadania envolvidos, de saúde do trabalhador. Não deve ter um caráter de treinamento e adestramento, mas de reflexão sobre a prática de cada um.</p>	<p>Pós-licença prévia, integrante do conjunto de programas ambientais solicitados como condicionantes para emissão da licença de instalação e de operação. Resolução CONAMA 237/97</p>

**Quadro 20 - Síntese dos componentes do PEA - in Anello 2009**

Nas universidades e cursos formativos ainda há um distanciamento entre a área de educação e a gestão ambiental, por responsabilidades de ambos os lados. Em geral quando nos referimos à gestão ambiental o sentido simbólico (senso comum) que se dá é o da gestão empresarial privada, ou a responsabilidade social. Anello (2009) explica:

É importante esclarecermos que a gestão ambiental pode ser: (a) **Pública**, quando o governo estabelece as regras para o uso e o acesso aos recursos ambientais (Licenciamento Ambiental, Zoneamento Ecológico Econômico, Planos de Manejo, Plano Diretor ou Código de Posturas e Obras do Município); ou seja, o estado tem a função de garantir o interesse de todos e o bem comum em uma visão republicana, ou garante as condições para que a disputa pelo acesso ao recurso aconteça dentro de regras pré estabelecidas, ou ainda garante à burguesia a organização racional e eficiente da exploração dos bens ambientais; e(b) **Privada**, quando os processos produtivos são realizados visando o uso racional dos recursos ou tecnologia ambientalmente adequada (agroecologia, Tecnologias Limpas, Certificação e rotulagem ambiental), garantindo eficiência energética, redução ou eliminação de resíduos e subprodutos, e redução dos riscos ambientais, tecnológicos e informacionais para que o empreendimento permita o maior acúmulo possível de capital (ANELLO, 2009, p.83).

Dessa forma a gestão ambiental pública e a educação ambiental na gestão estão na pauta do dia dos que valorizam uma luta social que antecedeu a Constituição Federal de 1988, onde se consolidaram direitos há muito almejados. Foram 20 anos de ditadura militar e todo um movimento em torno da abertura política e o direito à livre expressão e participação na vida política do país. A coleta de assinaturas (um milhão) para as emendas de iniciativa popular durante o processo constituinte é um dos fatos que consideramos marcantes (pois participamos dele). Sempre procuramos lembrar que esses projetos e ou programas são resultado de uma luta para que houvesse no país um aparato legal que regresse e impusesse condições aos empreendimentos capitalistas. Sendo assim não é uma questão de boa vontade das empresas esse tipo de ação, o que faz com que tenhamos a noção de responsabilidade conjunta sobre esses projetos. No entanto o corte de classe é muito profundo nestes casos, por isso é tão difícil implantar os projetos, existe uma tendência de incentivar a barbárie nas comunidades, a confusão, a demanda distorcida. Essa é nossa crítica a esses processos espetaculares que reúnem muitas pessoas para votar. O abismo existente entre as empresas de petróleo e gás e as comunidades costeiras é imenso. Entre esse *cânion* estão as empresas de consultoria, universidades e o próprio órgão licenciador (IBAMA). Essa é a grande dificuldade da gestão ambiental pública neste país, administrar as questões de classe em um Estado que garante os interesses da burguesia. Entretanto como nossa concepção do Estado não é determinista, acreditamos assim como Gramsci que é possível fazer a disputa por hegemonia por

dentro da instituição política (Estado). O que se apresenta são lutas em diferentes direções, é o técnico ambiental por um lado engajado na luta sindical por melhores condições de trabalho, salário justo e uma estrutura adequada de trabalho, é a participação política das comunidades (e de toda sociedade) buscando intervir no sistema político (nas três esferas) do país, o fortalecimento do SISNAMA nas competências descentralizadas como nos estados e municípios. O compartilhamento das responsabilidades do ponto de vista estatal (diferentes ministérios). As lutas específicas dos pescadores e pescadoras artesanais, dos marisqueiros e marisqueiras, das mulheres, dos direitos humanos, das comunidades remanescentes dos Quilombos, do movimento negro e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral.

Esse movimento amplo e combativo é capaz de criar as condições para que se imponham as regras e condicionantes de exploração dos bens naturais do país. Mas para que a educação ambiental no licenciamento seja um fortalecimento da luta social torna-se necessário que os intelectuais que trabalham nesses projetos e programas sejam orgânicos com a luta do povo. Como não é possível selecionar o perfil dos grupos que vão trabalhar nos projetos e programas a não ser pelo currículo, nos resta é fortalecer as orientações pedagógicas e o reconhecimento das propostas teóricas tentando antecipar futuros problemas metodológicos.

### **Recomendações sobre metodologia de projetos**

Começamos com Anello (2009) reforçando o que já dissemos até o momento.

Do ponto de vista da educação, que pode ser entendida enquanto campo disciplinar da ciência humana ou processo social de produção e reprodução do Estado, ou ainda como uma possibilidade estratégica de transformação societária, o entendimento do processo de constituição de um programa de educação ambiental é um todo que precisa ser analisado. Assim, propomos enquanto método (o que é uma pretensão) explicitar as relações intrínsecas do substantivo “educação ambiental no processo de gestão” para ir além da pedagogia e do processo de ensinar e aprender, a fim de entender como esses processos se relacionam em uma estrutura organizacional em um contexto de desenvolvimento do capitalismo e sua expansão.

Ir além não significa reduzir; pelo contrário, significa entender que educar, ensinar e aprender, como práticas sociais, são partes de um todo, e esse todo deve conter as condições objetivas para que essa educação aconteça. As questões norteadoras buscam entender e explicar o processo de construção dessas condições e a organização

desse todo em que a subjetividade da pesquisa se objetiva na exposição detalhada (ANELLO, 2009, p. 60).

As afirmações acima nos reportam as questões da educação formal e não formal, suas nuances e paradigmas, e nos desafiam a contextualizar os programas de educação na gestão ambiental nas temáticas que permearam os movimentos sociais e políticos da construção histórica dos mesmos. Isto é, a participação em partidos políticos, a representação política legítima, a organicidade dos intelectuais com os movimentos sociais, a luta pela conquista de espaço na máquina estatal e no parlamento. E por fim fortalecer os movimentos sociais e populares para que se busque a simetria nas negociações que mediam os diferentes interesses nas disputas entre o privado e o bem comum.

Retomamos as questões apontadas por Sanchez Vasquez (2007) das abordagens de Marx em resposta às proposições iluministas de resolver as problemáticas sociais através da educação criando um dualismo educador/educando como se uma classe se sobrepusesse à outra, sendo uma a “iluminada” (particularmente o iluminismo alemão com Goethe)<sup>5</sup>, Acreditamos que estas questões são centrais e buscamos também aprofundar tais pensamentos como eixo orientador da reflexão sobre metodologias de projetos e ou programas de educação ambiental no licenciamento.

A concepção que se encontra no fundo de toda tentativa de transformação da sociedade pelo caminho meramente pedagógico e não pelo caminho prático revolucionário, Marx opõe uma crítica:

a) Os homens não são só produto das circunstâncias, como estas também são produtos seus. Reivindica-se, assim, o condicionamento do meio pelo homem, e com isso seu papel ativo em relação ao meio. As circunstâncias condicionam, mas na medida em que não existem circunstâncias em si, à margem do homem, elas encontram-se, por sua vez, condicionadas;

b) Os educadores também devem ser educados. Rejeita-se, assim, a concepção característica de uma sociedade dividida em duas em educadores e em educandos, com a particularidade de que os primeiros permanecem subtraídos ao processo de educação. Por conseguinte, o sujeito da atividade educativa se encarna em uma parte da sociedade, na maioria. Desse modo, a tarefa de transformar a humanidade – concebida como educação do gênero humano- fica nas mãos de educadores que, por sua vez, não se transformam a si mesmos e cuja missão é transformar os demais. Eles são, portanto, os verdadeiros sujeitos da história; os demais seres humanos não são mais do que uma matéria passiva que eles devem moldar. Ao se

---

<sup>5</sup> Nota do autor Sanchez Vazquez (2007)

afirmar que os educadores também devem ser educados, rejeita-se que o princípio do desenvolvimento da humanidade se encarne em uma parte da sociedade que não exija também sua própria transformação. Tal era a concepção característica da burguesia revolucionária do século XVIII que se via, a si mesma, como o princípio do desenvolvimento e do condicionamento histórico, ao mesmo tempo em que negava para si este desenvolvimento.

Na tarefa da transformação social, os homens não podem se dividir em ativos e passivos; por isso não se pode aceitar o dualismo de educadores e educandos.

c) as circunstâncias que modificam o homem são, ao mesmo tempo, modificadas por ele; o educador que educa há que ser educado por sua vez; É o homem, definitivamente, quem muda as circunstâncias e muda a si mesmo. Mas essa unidade entre circunstâncias e atividade humana, ou entre transformação das primeiras e autotransformação do homem, somente se realiza em e pela prática revolucionária (VAZQUEZ, 2007, P. 148-149).

Por tratarmos de educação, processos sociais, e movimentos que visam a transformação social é que nos identificamos com as colocações acima, nossa preocupação com o futuro é que se continue confundindo propostas de participação conjunta na construção de alternativas e estratégias de resistência ao sistema com modismo educacionais na linha da educação não formal ou informal que realmente ficam à deriva dos processos políticos e sociais do país. Especialmente a educação ambiental sofre dessa esquizofrenia, se apresenta com diferentes personalidades em nome de uma diversidade que a tudo aceita. Aproximando-se do ecletismo conceitual que mencionávamos ao início do trabalho.

A grande questão que se coloca é como expressar na prática social o aporte teórico apresentado nos planos de trabalho e apresentados nas universidades. Só com a solidariedade de classe assumida na radicalidade que ela exige é que conseguiremos agir fora do preceito iluminista, A práxis que nos apresentou Gramsci e Marx está ancorada no engajamento político deles até o sofrimento pessoal resultante das suas posições teóricas. Marx passou sua vida dedicado a causa que teorizava, num de seus apontamentos ele brinca que nunca alguém escreveu tanto sobre o dinheiro sem tê-lo. Mészáros (2007) fala sobre Gramsci:

Gramsci, mesmo quando sofria pessoalmente a maior das misérias, e ao mesmo tempo percebia a proximidade da catástrofe nazi-facista para a humanidade, recusou-se absolutamente a se render ao extremo pessimismo. Não obstante as nuvens mais densas que por toda parte cobriam o horizonte, ele rejeitou vigorosamente a idéia de que se devesse permitir que o pessimismo subjugassem a vontade humana, por mais

desfavoráveis que pudessem ser as tendências e as circunstâncias visíveis, como eram indubitavelmente no momento. Adotou como uma de suas máximas as palavras de Romain Rolland, que falou sobre “o pessimismo da razão e o otimismo da vontade” (MÉSZÁROS, 2007, p. 23)

Por fim queremos deixar algumas considerações que fazemos entre o planejado e o executado nos planos e projetos estudados no processo em questão. Ao que nos pareceu em 2007 foram estabelecidas as condicionantes que previram o plano de compensação das atividades pesqueiras, estamos hoje em 2011 e esses projetos não estão concluídos. Dos nove projetos detectamos seis com problemas de execução/conclusão, dos outros três não tivemos informações o que aponta para uma possível conclusão. Além de serem projetos questionáveis por se tratarem de empreendimentos largamente implantados pelo ministério da pesca, as famosas fábricas de gelo e ou unidades de beneficiamento de pescado. Contudo seria compreensível se as mesma se expressassem como uma forma diferenciada e coletiva de economia solidária. Contudo, aparentemente não se concretizaram desta forma. A nosso ver esse é o indicativo mais forte de que o aporte teórico foi equivocado principalmente por não ter resultado num processo social combativo e organizado. Compreensível seria se as unidades produtivas tivessem fracassado diante do sistema como foi o caso da maioria dela no RS onde a antiga SEAP fez o processo de implantação. No entanto no Sul, restou o processo organizacional reflexivo da práxis. Isso não se percebe nos relatos lidos no conjunto de textos analisados.

Nesta direção, gostaríamos de reafirmar que o diagnóstico deveria se dar já no grupo social definido previamente, e o próprio processo de diagnóstico, de forma mais simples de discussão e descortinamento dos problemas, sem a pirotecnia das ditas ferramentas participativas, (diagrama de Venn, escada da Participação, mapas, gráficos, jogo da riqueza etc.). Como este processo já é o educativo, ele poderá ter dinâmicas e ou didáticas que produzam aprendizagem, contudo ele deve servir para a construção de uma agenda política comum onde ainda não há, ou reforçar o movimento existente com novos elementos e enriquecimento das propostas. Os intercâmbios em nível nacional são exemplos de atuação com grande valia para os movimentos pois proporciona a troca de experiência entre os grupos sociais num

país como o Brasil com diferenças regionais tão marcantes.. As necessidades são tantas nestes movimentos que eles não têm capacidade de deslocamento para se comunicarem e articularem-se politicamente entre si, se o diagnóstico servir para resolver este problema de comunicação entre eles para discutirem suas lutas entre as quais nós inserimos a pauta socioambiental e os impactos, já seria de grande ajuda. E é bom lembrar que nós deixamos essa contribuição a partir da experiência concreta de ação conjunta nestes movimentos, não estamos falando de fora e sim de dentro. A nossa máxima é: pelo menos não vamos atrapalhar os movimentos, se conseguirmos alcançar a meta de ajudá-los nas suas lutas e no caso da compensação trazer novas tecnologias que se expressem em soluções alternativas para os problemas concretos, no contexto de uma ação educativa e de um processo político trabalhar na organização social.

Acreditamos que jogar decisões para os comunitários da forma como foi relatado no processo estudado, pode ser um tipo de “basismo” isto é, como se o povo decidisse por qualquer coisa mesmo sem ter as informações necessárias para a tomada de decisão. E isso não quer dizer que não lhes foi informado, a questão é o tempo que precisa para que essa informação seja “apreendida” pelo interlocutor ou educando no processo.

O exemplo mais clássico para nós foi o que ocorreu em Barra dos Carvalhos onde a comunidade tomou decisões que não puderam ser aceitas pelo órgão licenciador (IBAMA) o que a nosso ver não foi bom para ninguém, nem para o Estado nem para comunidade, deixar chegar nesta situação é ruim para o processo, embora saibamos que a situação era realmente complicada acreditamos que é possível conduzir o processo de forma que hajam reflexões sobre os diferentes papéis dos governos e do próprio licenciamento. Mais tarde na sequência da leitura descobrimos que o projeto desta comunidade passou a ser uma “casa de cultura”, o que gerou dúvidas sobre o grau de satisfação desta comunidade, pois os conflitos descritos lá eram estruturantes como luta pela terra, por acesso à água, necessidades básicas. Daí a passar para uma casa de cultura foi no mínimo surpreendente na leitura. Logo após tais dúvidas instauradas procuramos informações junto aos técnicos que acompanharam o processo e ficamos sabendo que apesar do nome ser casa de cultura, na verdade é um espaço para a comunidade se reunir e fazer cursos de formação, um espaço que poderá ser de

politização da comunidade. Dessa forma vamos encerrando nossas considerações com as dúvidas que consideramos saudáveis por se tratar de um trabalho acadêmico que aponta para estudos subsequentes, por exemplo, o processo de implantação e os resultados de tais projetos que fizeram parte deste Plano de Compensação da Atividade pesqueira no Baixo Sul da Bahia.

Para finalizar deixamos uma contribuição que consideramos importante na construção e execução dos PEAs, Um roteiro para execução de projetos e ou programas:

1º. Revisão bibliográfica- Momento onde se busca as informações já sistematizadas sobre o ambiente que se vai atuar como também nessa etapa é realizada a identificação dos movimentos organizados, instituições parceiras, etc.

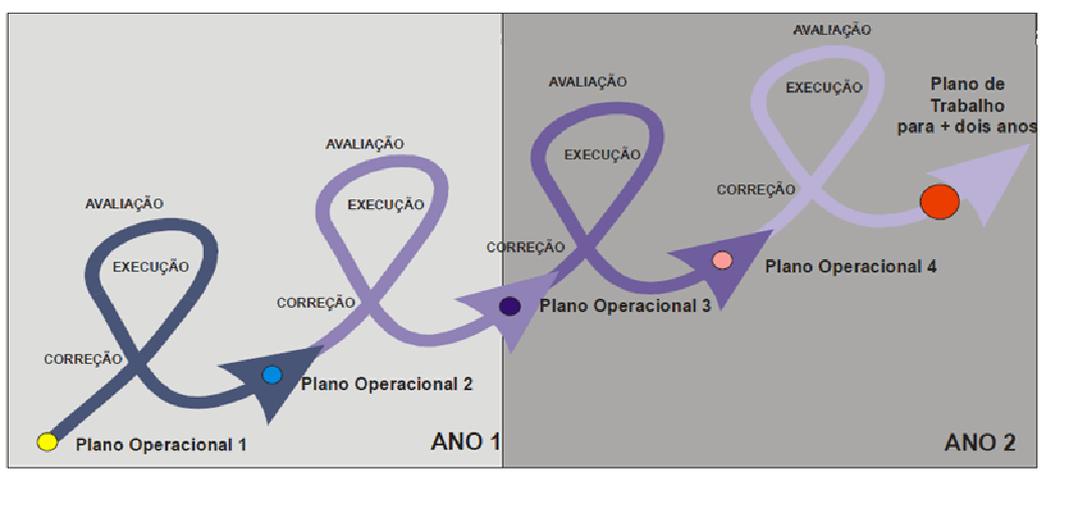
2º. Ir ao encontro da comunidade e identificar os interlocutores (dos movimentos) Esse espaço é onde se faz a confirmação dos dados anteriores como também os primeiros contatos em direção ao universo de trabalho. Contato com as lideranças, primeiras visitas, encontros informais e conversas exploratórias.

3º. Processo de Mobilização (diagnósticos) - Este cumpre a função de identificação dos problemas e conflitos em todos os níveis, internos e externos, é como uma análise de conjuntura conjunta com interlocutores e já ampliando essa base cumprindo já o segundo papel, o subliminar, que é fortalecer o movimento organizado, pois nesta etapa vai se agregando na equipe as lideranças que possuem visão regionalizada e capacidade de articulação.

4º. Encontro com representações – Embora seja concebido como um espaço para um grande grupo trabalha com o conceito de representatividade construída na fase anterior que chamamos de mobilização. Este tem o objetivo de construção de uma agenda socioambiental e ou articulação regional dentro das orientações da nota técnica do IBAMA (NT01/010). Podemos afirmar que este momento é onde estará sendo construído o PEA com a comunidade.

5º. Momento - De volta às comunidades (é a própria Execução do PEA), aqui se faz o movimento contrário do anterior, de volta às comunidades com as decisões tomadas no encontro e os encaminhamentos necessários à realização das ações definidas no encontro.

Essa metodologia foi proposta originalmente por Anello (2009, p. 117) onde afirma que esse movimento é espiral crescente quando concebeu o programa de educação ambiental com comunidades costeiras do Sergipe (PEAC);



**Quadro 21 - fluxograma metodológico do PEA. In Anello 2009, p 117**

Para finalizar nosso trabalho vamos deixar uma citação de Vygotsky (2004) que acreditamos é pertinente à mensagem subliminar que gostaríamos de passar aos leitores desta tese (vamos quebrar o protocolo e deixar em fonte maior do que as citações do texto).

Os gregos diziam que a filosofia nasce da surpresa. Em termos psicológicos isso é verdadeiro se aplicado a qualquer conhecimento no sentido de que todo conhecimento deve ser antecedido de uma sensação de sede. O momento da emoção e do interesse deve necessariamente servir de ponto de partida a qualquer trabalho educativo. O melhor exemplo dessa insensibilidade estéril é o pequeno conto cômico de Tchékhov de profundo sentido. O conto narra a história de um velho funcionário que nunca na vida havia estudado e por experiência lembrava-se de todos os sinais de pontuação; ele sabia que antes de enumerar papéis ou atestados colocam-se dois pontos, que a vírgula separa o sobrenome dos nomes a serem enumerados, noutros termos, em sua vida e em sua experiência houve sempre momentos cujo sentido emocional se traduzia nesses sinais. Durante todos os seus anos de trabalho o único sinal que nunca teve a oportunidade de encontrar foi o ponto de exclamação; através da mulher, que havia decorado as regras de pontuação no colégio interno, ele fica sabendo que o ponto de exclamação se coloca com expressões de êxtase, admiração, fúria, indignação e outros sentimentos afins. Esses eram sentimentos que o funcionário nunca deparara em sua vida, e uma sensação de infanda amargura pela vida tolamente vivida, uma indignação e uma revolta o faziam pela primeira vez experimentar uma forte explosão e, depois de assinar o livro de felicitações da chefia, colocar três grandes pontos de exclamação (VYGOTSKY, 2004, p.145).

Esperamos que nós educadores tenhamos muitos pontos de interrogação e exclamação em nossa caminhada!!!!!!

## REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ANELLO, L de F. S de. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução**. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2009.

ANELLO, L. de F. S. de. **A educação ambiental e o licenciamento no sistema portuário de Rio Grande**. Brasília: IBAMA, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo. Boitempo, 2007, 9ª. Edição.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Paz e Terra, 1996.

BOTTOMORE, Tom (org) *et al.* **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002** . Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.maternatura.org.br/servicos/biblioteca/Dec4281\\_Regulamento%20da%20PNEA.pdf](http://www.maternatura.org.br/servicos/biblioteca/Dec4281_Regulamento%20da%20PNEA.pdf)>.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:  
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997- 2007**. Brasília: MMA, 2008. 290 p. (Série desafios da Educação Ambiental).

BROSE, M. (org.) **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p.

CURY, C. R. J. **Legislação educacional brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DIEGUES, A. C. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1988.

DIEGUES, A. C. **El mito moderno de La naturaleza intocada**. Edición revisada São Paulo: NUPAUB-USP, 2005.

DIEGUES, A. C. Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos. In: SEMINÁRIO A CULTURA CAIÇARA E SUAS TRANSFORMAÇÕES, 2006, Bertioga. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/>>. Acesso em: 29 dez 2009.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GOSS, K.P *et al.* **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia da UFSC. Vol. 2, no. 1(2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou em Maquiavel**. POA,1980

JPALMA [pseudônimo]. **O Governo Lula**. In: Enciclopédia. Disponível em: <[http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article\\_id=1480](http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article_id=1480)>. Acesso: 18 jan. 2011.

JURISWAY: Sistema judicial online. Disponível em: <[www.jurisway.org.br](http://www.jurisway.org.br)>. Acesso em: 5 fev. 2011.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LAMOUNIER, Bolivar. A formação de um pensamento autoritário na Primeira República. In: Fausto, B. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. X. São Paulo: Difel. 1977.

LOSURDO, Domenico. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. (Org). **Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais**: a perspectiva do licenciamento. Salvador: IMA, 2009. 170p. (Série Educação Ambiental; v. 5).

LOUREIRO, C. F. B. **Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental**. Educar em Revista, Curitiba, n. 27, p. 37-53, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos**. Gestão em Ação, Salvador, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Emancipação. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. *et al.* Conteúdo, gestão e percepção da educação ambiental nas escolas. In: TRAJBER, R; MENDONÇA, P. R. (Org.). **Educação na diversidade**: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. *et al.* **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ibase/Ibama, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajectoria e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M. de A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação**: aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Ibase, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental”. In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Org.). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. (Pensamento crítico; V.9)

LUBAMBO, C. W. **Reforma do Estado e Capacidade de Gestão Pública nos Municípios Nordestinos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

MANDEL, E. **Teoria Marxista do Estado**. Editora antídoto, 1977.

MARX, K.; Engels, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume V; tradução Reginaldo Sant' Anna. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro II: tradução Reginaldo Sant' Anna. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: [s.n.], 1975.

MATURANA, E. - in comunicação oral em SEMINÁRIO - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SETOR EMPRESARIAL E SINDICAL. Salvador: Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, 6 a 8 de maio de 2009. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/conama/reunalt.cfm?cod\\_reuniao=1122](http://www.mma.gov.br/port/conama/reunalt.cfm?cod_reuniao=1122)>. Acesso em: 10 fev. 2010.

MÉSZAROS, I. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZAROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C., Análise textual discursiva. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 224 p.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/glossario/>>. Acesso em: 08 fev. 2010.

MEDIDAS MITIGADORAS. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/glossario/>>. Acesso em: 08 fev. 2010.

PASQUALOTTO, F. V. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul**: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. 2005. 166f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural -

PAULA, Juarez de. São Paulo: SEBRAE, [2000]. **O que é capital social**. Acesso em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/o-que-e/capital-social>>. Acesso: 4 fev. 2011.

PEREIRA, M. O. R. **Educação ambiental com pescadores artesanais**: um convite à participação. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2006.

PEREIRA, M. O. R. **Representações e práticas de educação ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos**. 2005. 68 f. Monografia (Especialização) - Especialização em Educação Brasileira, Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2005.

PEREIRA, M.O.R., et al. **Oficinas de saúde e segurança ocupacional: um relato de experiência, uma reflexão possível**. Rev. Eletr. Mestr. Educ. Ambient., v. 21, julho a dezembro de 2008. Disponível em <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol21/art28v21.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2009.

PINO, A. A produção imaginária e a formação do sentido estético: reflexões úteis para uma educação humana. **Pro-posições**, Campinas, v.17, n.2(50), p.47-69, 2006.

PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2005.

POULANTZAS, Nico. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p.115-142.

SANTOS, W. G. **Décadas de Espanto e uma apologia Democrática**. Rio de Janeiro: Rocco. 1998.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SHIROMA, E. O. *et al.* **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, Rodrigo. Categorias éticas e políticas para fundamentar a transformação do mundo burguês. Encarte espaço aberto, 2007.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VÁZQUEZ, A. S. **As idéias estéticas de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Pensamento crítico; v. 19)

VÉRAS, M. P. B. Exclusão social: Um problema de 500 anos. In SAWAIA, Bader (org), **Artimanhas da exclusão**: Uma análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

VYGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

WALTER, T. et al. **Interferência da Atividade de Petróleo na Pesca: Aspectos do Licenciamento Ambiental**. In: SEMINÁRIO DE GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E DA PESCA NO BRASIL, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SAGE/COPPE/UFRJ, 2004.